



UNIVERSIDADE  
ESTADUAL DE LONDRINA

---

KAEDMON SELLBERG SOARES

**A SIMPOIESE E A NÁUSEA:  
UMA REVISÃO DA LITERARIEDADE EM TERRA  
VERMELHA DE DOMINGOS PELLEGRINI**

---

Londrina  
2026

KAEDMON SELLBERG SOARES

**A SIMPOIESE E A NÁUSEA:**  
UMA REVISÃO DA LITERARIEDADE EM TERRA  
VERMELHA DE DOMINGOS PELLEGRINI

Tese de Dissertação apresentado à  
Universidade Estadual de Londrina - UEL, como  
requisito parcial para a obtenção do título de  
Doutor em Letras.

Orientador: Prof. Frederico Augusto Garcia  
Fernandes.

Londrina  
2026

Sellberg, Kaedmon.

A simpoiese e a náusea : uma revisão da literariedade em Terra vermelha de Domingos Pellegrini / Kaedmon Sellberg. - Londrina, 2026.  
144 f.

Orientador: Frederico Fernandes.

Tese (Doutorado em Letras) - Universidade Estadual de Londrina, Centro de Letras e Ciências Humanas, Programa de Pós-Graduação em Letras, 2026.  
Inclui bibliografia.

1. literariedade - Tese. 2. Londrina - Tese. 3. autopoiese - Tese. 4. simpoiese - Tese. I. Fernandes, Frederico. II. Universidade Estadual de Londrina. Centro de Letras e Ciências Humanas. Programa de Pós-Graduação em Letras. III. Título.

KAEDMON SELLBERG SOARES

**A SIMPOIESE E A NÁUSEA:**  
**UMA REVISÃO DA LITERARIEDADE EM TERRA**  
**VERMELHA DE DOMINGOS PELLEGRINI**

Tese de Dissertação apresentado à  
Universidade Estadual de Londrina - UEL,  
como requisito parcial para a obtenção do  
título de Doutor em Letras.

**BANCA EXAMINADORA**

---

Orientador: Prof. Dr. Frederico Augusto  
Garcia Fernandes  
Universidade Estadual de Londrina - UEL

---

Prof. Maria Carolina de Godoy  
Universidade Estadual de Londrina - UEL

---

Prof. Gustavo Javier Figliolo  
Universidade Estadual de Londrina - UEL

---

Prof. Daniel Batista Lima Borges  
Universidade Federal do Amapá – UNIFAP

---

Prof. Walnice Aparecida Matos Vilalva  
Universidade do Estado de Mato Grosso -  
UNETMAT

Londrina, 02 de abril de 2026.

## **AGRADECIMENTOS**

A Frederico Fernandes, por ter entregado 1/3 (de 1/3) da sua carreira docente na Universidade Estadual de Londrina na minha mão. Alguma parte dos seus 10 anos da sua vida vão embora comigo. Eu espero, com eles, conseguir ser aos meus alunos pelo menos metade do orientador que foi a mim.

Nesse caso, eles estariam em boas mãos.

*Uma flor nasceu na rua!  
Passem de longe, bondes, ônibus, rio de aço do  
tráfego.  
Ilude a política, rompe o asfalto.  
[...]  
É feia. Mas é uma flor. Furou o asfalto, o tédio, o  
nojo e o ódio.*

## RESUMO

SELLBERG, Kaedmon. **A simpoiese e a náusea**: uma revisão da literariedade em Terra vermelha de Domingos Pellegrini. 2026. 144 f. Tese (Doutorado em Letras) – Centro de Letras e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Londrina, Londrina, 2026.

A tese apresenta uma hipótese de interpretação de literariedade (Jakobson; Gonçalves, 2001) autopoiética e simpoiética no contexto do desenvolvimento expansionista e urbano. O conceito, como discutido aqui, não se trata de forma imanente, sequer de método formal. Trata-se de uma experiência literária específica do sujeito, no contexto do desenvolvimento urbano, fundada em promover uma relação ora narcísica (autopoiética), ora ecoica (simpoiética), de si com o ambiente. A proposta será discutida a partir de três eixos: 1) conceituação de autopoiese e simpoiese; 2) revisão histórica do conceito literariedade e sua recepção na comunidade acadêmica; 3) discussão do “desenvolvimento” a partir das obras *Terra vermelha* (Pellegrini, 1998) em comparação com “Terras devastadas” (Eliot; Junqueira, 1981), demonstrando uma relação de continuidade entre as duas obras. Em termos sucintos: a terra vermelha, sinônimo de Londrina, buscou ser o completo oposto das terras londrinas apresentadas no poema eliotiano, contudo, desenvolveu-se até a devastação da própria terra, tornando-se, enfim, terra devastada. A tese defende que o projeto expansionista que intermediou as duas é fruto de uma “literariedade autopoiética”, isto é, uma relação poético/ética do sujeito com o ambiente, baseada nas propriedades da autossuficiência, autorregulação, e independência da alteridade.

**Palavras-chave:** Literariedade; Desenvolvimento; Londrina; Simpoiese; Autopoiese.

## ABSTRACT

SELLBERG, Kaedmon. **Sympoiesis and nausea**: a review of literariness in Domingos Pellegrini's *Terra Vermelha*. 2026. 145 f. Tese (Doutorado em Letras) – Centro de Letras e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Londrina, Londrina, 2026.

The thesis presents a hypothesis for interpreting autopoietic and sympoietic “literariness” (Jakobson; Gonçalves, 2001) in the context of expansionist and urban development. The concept, as discussed here, is not treated as an immanent form, nor even as a formal method. It concerns a specific literary experience of the subject, in the context of urban development, founded on promoting a relationship — at times narcissistic (autopoietic), at others echoic (sympoietic) — of the self with the environment. The proposal will be discussed based on three axes: 1) conceptualization of autopoiesis and sympoiesis; 2) historical review of the concept of literariness and its reception in the academic community; 3) discussion of “development” based on the works *Terra vermelha* (Pellegrini, 1998) in comparison with “The Waste Land” (Eliot; Junqueira, 1981), demonstrating a relationship of continuity between the two works. In succinct terms: “terra vermelha”, synonymous with Londrina, in Parana State, Brazil, sought to be the complete opposite of the London as presented in the Eliotian poem. However, it developed until the devastation of the land itself, finally becoming a waste land. The thesis argues that the expansionist project that mediated the two is the result of an “autopoietic literariness,” that is, a poetic/ethical relationship of the subject with the environment, based on the properties of self-sufficiency, self-regulation, and independence from alterity.

**Key-words:** Literariness; Development; Londrina; Autopoiesis; Sympoiesis.

## SUMÁRIO

<b>1</b>	<b>NARCISOS SEM ECO, UM PRELÚDIO</b> .....	12
<b>1.1</b>	<b>Sobre a tese</b> .....	12
<b>1.2</b>	<b>Sobre Terra vermelha</b> .....	17
<b>1.3</b>	<b>Sobre a literariedade</b> .....	21
<b>1.4</b>	<b>Sobre os capítulos</b> .....	22
<b>2</b>	<b>TERRA VERMELHA, TERRA DEVASTADA</b> .....	25
<b>2.1</b>	<b>Criação de mitos</b> .....	25
<b>2.2</b>	<b>Mito de Sebastiana</b> .....	28
2.2.1	O Ocidente regenerado.....	33
2.2.2	O Éden sem sangue;.....	39
2.2.3	Sebastiana como Abel, terra vermelha como filosofia.....	46
<b>2.3</b>	<b>Caderno versus Cânone</b> .....	53
<b>3</b>	<b>LITERARIEDADE E AUTOPOIESE: O DESENVOLVIMENTO</b> .....	69
<b>3.1</b>	<b>José adâmico</b> .....	69
<b>3.2</b>	<b>O tropeiro, para se tornar adão, precisa de literariedade</b> .....	75
3.2.1	Literariedade (revisitada).....	78
3.2.2	Literariedade (reimaginada).....	91
<b>3.3</b>	<b>Autopoiese e Simpoiese</b> .....	95
<b>3.4</b>	<b>José e o florescimento simpoiético</b> .....	99
<b>4</b>	<b>DESENVOLVIMENTO E SIMPOIESE: A ANTINOMIA</b> .....	106
<b>4.1</b>	<b>O desenvolvimento em Londres (terra devastada)</b> .....	106
<b>4.2</b>	<b>Sempre foi, de uma Terra devastada, a terra vermelha</b> .....	111
<b>4.3</b>	<b>Chega o trem: Cria Londrina – destrói Terra vermelha</b> .....	114
<b>5</b>	<b>CONSIDERAÇÕES FINAIS: IVAN ILITCH E A CONTEMPORANEIDADE da autopoiese</b> .....	125
	<b>REFERÊNCIAS</b> .....	139

## 1 NARCISOS SEM ECO, UM PRELÚDIO

Eco se apaixonou pela imagem bela de Narciso e Narciso se deixa seduzir pela bela voz de Eco, que na verdade é a sua própria. Intercambiando assim, já de entrada, suas duas naturezas irreduzíveis, é uma imagem que retira Eco de sua introversão e **é um som que retira – ainda que ilusoriamente – Narciso de sua indiferença diante do mundo.** (Carvalho, 1998, p. 154, negritos meus)

Quando Ovídio escreveu o mito, Narciso era mais belo do que os imortais. Era desejado pelas deusas, pelas ninfas. E todos os gregos, homens e mulheres, desejavam-no. Nada enfeitaria mais o mundo do que Narciso. Houve uma ninfa, como se sabe, que o amou incondicionalmente. Amaldiçoada, Eco foi subjugada à dependência (imitação, repetição) do Outro; depende da voz do Outro para tentar, timidamente, locar sua autonomia. Narciso é, contrariamente, símbolo de uma autonomia que se torna incapaz de se entregar. Eco e Narciso, um amor que existiria apenas se ele soubesse se negar... justo Narciso, aquele que, segundo o mito, sobreviverá apenas “se ele não se conhecer”. Narciso se (re)conhece na voz de Eco; pela primeira vez, o dentro (voz) retorna a ele como fora (Eco). “Mal sabe Eco que Narciso não quer fundir-se com ela [,,] O mal-entendido entre os dois é total” (Carvalho, 1998, p. 154).

Na leitura do professor José Jorge de Carvalho (1998, p. 155), do Departamento de Antropologia da Universidade de Brasília:

Narciso é um ser claramente incapaz de estabelecer contato afetivo com os outros e é por esse lado que seu arquétipo parece tão relevante hoje em dia. Narciso se transforma numa flor [...] como o fato de que ele falhou no seu processo de humanização [...] não saiu realmente de si e não pôde alcançar a dialogia [...].

Eco, continua o professor (1998, p. 156), é um signo de dois planos. No primeiro plano “é capaz de dar, de ajudá-lo a realizar a relação com ele mesmo” e, no segundo plano, Eco é incompatível com Narciso e sua influência sobre ele o converte em um ser cada vez mais autorreferente. “Ela é um Outro por demais radical” (id, ibidem). Eco, argumentarei na introdução, é uma possibilidade de interpretação da ficção; ou, o que interessa mais à tese, Eco enquanto representação da linguagem literária. Faz-se a inevitabilidade, sem tardar, de transformar a literatura – nosso Eco – em manifesto.

### 1.1 Sobre a tese

Apresento os eixos sobre qual pautei a pesquisa:

1. As delirantes<sup>1</sup> narrativas de desenvolvimento tecnoindustrial em um planeta, cada vez mais, vítima das crises climáticas;
2. A questão da literariedade<sup>2</sup> no contexto deste planeta ferido;
3. Autopoiese e simpoiese;

Foi o romance *Terra vermelha* (1998; 2013), publicado em 1998 pela primeira vez, do escritor londrinense Domingos Pellegrini, que abriu o palco para o estudo e projetou a tese central: *apresentar uma hipótese de interpretação de literariedade autopoietica e simpoiética no contexto do desenvolvimento; não se trata de forma imanente, sequer de método formal. Trata-se de uma experiência literária específica do sujeito, fundada em promover uma relação narcísica (autopoietica) ou ecoica (simpoiética) de si com o ambiente.* O interesse inicial, confesso, seria o de valorizar a relação ecológica e socialmente responsável (ecoica) com o ambiente, diametralmente oposta à semiologia das narrativas desenvolvimentistas. O percurso pesquisador-obra falou mais alto: a(s) obra(s) escolhida(s) para estudo orienta(m) à atenção mais a uma crítica da literariedade autopoietica e mitos de autocriação do que, de fato, um estudo formalizado de possíveis obras literárias simpoiéticas. A narrativa de Pellegrini tem a sua própria voz, antipedagógica, e inclinou o pesquisador à sua gravidade epistemológica. Havia pouco espaço à simpoiese na obra. *Pouco espaço.* Graças a Drummond, florescem rosas, em breves espaços, da náusea<sup>3</sup>.

Na apresentação de *Pluriverso: um dicionário do pós-desenvolvimento*, o sociólogo e ecologista Wolfgang Sachs, ao agradecer seu *spiritus mentor*, o filósofo austríaco Ivan Illich – cujo nome, ironicamente, não deixa de brilhar aos olhos dos admiradores de Tolstói<sup>4</sup> – pela contribuição à obra final, afirma que o intelectual “acreditava que só se deveria falar sobre o desenvolvimento em um tom lúgubre, como quem redige um obituário” (Sachs, 2021, p. 18). A frase, à luz da polissemia nominal, ganha intensidade até maior. A obra de Tolstói (2009) narra a história de um outro Ivan Illich, russo, acometido por uma doença agravada com o passar da narrativa, levando o personagem ao clima de vida ou morte. Em dado momento do livro, já em estágio muito avançado de sua doença e dor

<sup>1</sup> A palavra “delirante”, por motivos que ficarão claros no capítulo 5, terá algum protagonismo na tese.

<sup>2</sup> O conceito “literariedade” será discutido, em peso, a partir do capítulo 3. Entendo que, como se trata de um termo polissêmico, polêmico, empregá-lo à escritura da tese sem maiores apresentações pode soar falta de rigor. A opção por empregá-lo desde a introdução se deve à padronização conceitual da pesquisa. *A princípio*, o leitor pode interpretá-la como sinônimo de “uma linguagem que usa de recursos típicos da linguagem literária”. Evidentemente, essa definição não representa nem a definição como discutida na tese, nem a definição como discutida por Roman Jakobson, criador do termo.

<sup>3</sup> Alusão ao poema “A Flor e a Náusea” poema em *A Rosa do Povo* de Carlos Drummond de Andrade, publicado em 1945.

<sup>4</sup> A depender da tradução, *A morte de Ivan Illich* ou *A morte de Ivan Ilitch* (1886), livro de Lev Tolstói.

O sofrimento maior de Ivan Ilitch provinha da mentira, aquela mentira por algum motivo aceita por todos, no sentido de que estava apenas doente e não moribundo, e que só devia ficar tranquilo e tratar-se, para que sucedesse algo muito bom. (Tolstói, 2009, p. 43)

A oração talvez descreva, melhor do que qualquer citação de *Pluriverso*, a cegueira delirante com a qual as pessoas creem no desenvolvimento. A nação, ou o mundo, não estaria moribundo, apenas doente, e é apenas um oportuno descanso e isolamento social da humanidade<sup>5</sup> para retornar à normalidade ecológica. O discurso do desenvolvimento dominou o imaginário global a ponto de ser “internalizado em praticamente todos os países”, até mesmo em “alguns povos que sofrem diretamente as consequências do crescimento industrial do Norte global” (Kothari et al, 2021b, p. 36). Com certeza as críticas são antigas e, ainda assim, o “Ocidente conseguiu vender sua própria ideia de ‘um único mundo’ [...] ao passo que os movimento da alterglobalização propõe a pluriversalidade como um projeto compartilhado, baseado na multiplicidade de ‘formas de fazer o mundo’” (id, *ibid.*, p. 55) recebendo bem menos atenção do que deveria.

“Desenvolvimento”, “autopoiese” e “simpoiese” são conceitos pivôs para navegar o romance de Pellegrini (1998; 2013) e, embora tenham capítulos dedicados, merecem breve introdução. “Desenvolvimento” tem importância fulcral para Londrina, cidade onde se passa o romance de Pellegrini. “Londrina” significa “Pequena Londres” e, nas palavras de Nitis Jacon, “Londrina é uma adolescente ingênua travestida de mulher fatal” (*apud* Fiorin Jr., 2025, p. 55). Acabou de completar 90 anos e já quer parecer a parente<sup>6</sup>, que tem quase 2 mil. Há prédios demais, lagos demais, queimadas demais, coronelismo demais. Chegar, em 90 anos, paisagisticamente semelhante a uma região metropolitana paulista não aconteceu sem uma agenda planejada de desenvolvimento urbano. Será discutido, ao longo do estudo, a criação do “Norte do Paraná” como um imaginário, mítico, promovido por jornalismo, fotografia, publicidade, economia e política, que transformaria a região em uma Arcádia do empreendedorismo por meio de narrativas desenvolvimentistas.

Essa narrativa tem se tornado cada vez mais conhecida: uma formação da gramática do progresso, cuja meta é transformar a terra em mercadoria, propriedade privada à família, instruindo uma relação afetiva do sujeito com produtos ao invés do sujeito com a terra. Relações

---

<sup>5</sup> A impressão de que “a natureza estava se curando” durante o isolamento social da pandemia de coronavírus ficou bastante popular. Estudos sobre o impacto ambiental ocasionados pelo contexto da pandemia demonstram o contrário. Ver: BAIER, Jansen. *Studies debunk ‘nature is healing’ narrative from 2020 lockdowns* (2021). Disponível em: <<https://news.mongabay.com/2021/09/studies-debunk-nature-is-healing-narrative-from-2020-lockdowns/>>

<sup>6</sup> No subcapítulo “1.2 Sobre a Terra vermelha” citarei contrapontos.

afetivas anteriores, baseadas em lógicas contra-Iluministas, são apagadas para dar lugar ao significativo do progresso (Kothari et al, 2021a; 2021b). No romance de Pellegrini, o que se verá é um norte paranaense rascunhado como poema até torna-se, então, no desenvolvimento industrial do século XX, um drama estranho escrito em uma sintaxe orientada à cifra bancária.

Sob o desenvolvimento, em outro prisma, biólogos e filósofos da ciência propunham, na segunda metade do século XX, epistemologias de compreensão de organismos vivos. Apropriar-se de tais termos – autopoiese e simpoiese – para compreender e abordar o desenvolvimento é apenas “natural”. A palavra “desenvolvimento” pressupõe “uma metáfora subjacente, extraída da biologia, isto é, de que os seres vivos se desenvolvem, crescendo de acordo com seu código genético”, portanto o desenvolvimento seria “um processo natural, gradual, benéfico e sem irregularidades” (Tortosa, 2021, p. 81). Logo, penso “autopoiese” e “simpoiese” como termos coerentes para se pensar a lógica do desenvolvimento.

A autopoiese é polo negativo (para a tese). Significa, literalmente, autocriação. É um termo criado pelos biólogos latino-americanos Humberto Maturana (2001)<sup>7</sup> e seu colega Francisco Varela. Autopoiese é um conceito da segunda metade do século XX que visava dar uma visão epistemológica de “vida”. Os autores (Maturana, 2001, p. 174) explicam “vida” como sistemas moleculares fechados autossuficientes e autorregulados, que se autorreproduzem, buscando preservar a integridade do sistema estrutural (Maturana, 2001, p. 174). Assim, “um sistema vivo morre quando sua autopoiese para de ser conservada através de suas mudanças estruturais” (id, ibid). Como tal, um dos pontos elementos mais importantes da autopoiese é a recursividade (Maturana; Valela *apud* Dempster, 2000, p. 2).

Simpoiese, em contraste, é uma proposta alternativa por Dempster (2000) oriunda originariamente de 1998. Sua visão é eco-crítica, no sentido de questionar o “auto-qualquer coisa” da vida. Sugere uma interpretação de vida, a partir do estudo de seres *aparentemente unicelulares* (exemplo, *mixotricha paradoxa*) que, contudo, são formados por outros microrganismos no seu interior. Logo, as fronteiras são desfeitas a favor de qualidades cooperativas, amorfas (Dempster, 2000, p. 3) e evolutivas, de cooperação, que possuem potencial para mudanças surpreendentes (Haraway, 2023, p. 123). Epistemologicamente, sistemas autopoieticos de unidades autônomas, com limites espaciais ou temporais bem definidos, teriam sérios problemas em compreender e viver à lógica e esforço das unidades simbioticamente organizadas (id, ibid., p. 123-124).

---

<sup>7</sup> Devido à ausência de traduções no Brasil das obras fulcrais, precisei trabalhar com a edição de coletâneas que leva o nome exclusivo de Maturana. Contudo, as obras originais sempre constam a coautoria dos dois.

A interpretação que a tese apresenta é: a) a narrativa, a lógica e o dicionário do desenvolvimento são representantes de um sistema autopoietico. Suas características socioculturais influenciam a recursividade do sujeito sobre si mesmo, ausente de Eco; portanto, o personagem arquétipo do desenvolvimento é Narciso; b) o desenvolvimento depende da publicidade de uma boa história, de uma boa narrativa, de uma literariedade discursiva, que garanta a assimilação por sujeitos alheios. Estes, em troca, garantem a preservação do sistema autopoietico. Dessa náusea política, algumas vozes contra hegemônicas (Haraway, 2023; Tsing, 2022; Kothari et al, 2021a) florescem com propostas simpoiéticas na náusea do desenvolvimento.

Em conclusão, o projeto desenvolvimentista pode ser visto explicado por uma oração, uma vez, escrita por Walter Benjamin (2014, p. 123): *Fiat ars – pereat mundus* (cria arte – destrói mundo). O conceito é a resposta à máxima fascista de Marinetti “a guerra é bela”, e surge de um longo histórico de paráfrases originadas do latim, *Fiat iustitia, et pereat mundus* (Que a justiça seja feita, ainda que o mundo pereça). Ao longo da história então, inclusive reforçada por Kant, o conceito defenderá uma ideia ou princípio filosófico em detrimento do florescimento do mundo. Analogamente, os discursos desenvolvimentistas propagariam a defesa de liberdades liberais à custa do próprio mundo. O texto do desenvolvimento é um épico: promete, funda profecias, cria mundos e heróis, entoa valores de uma História maior do que o sujeito e, muitas vezes, torna o sujeito moderno herói da própria história. O transforma em mito adâmico (Lewis, 1955). Eis o trecho de apresentação da *Colonização e Desenvolvimento do Norte do Paraná* (CTNP, 1975, p. 10):

Como acontece em todas as grandes conquistas feitas pelo homem, no decorrer da exploração econômica racional das terras roxas<sup>8</sup> do Norte do Paraná, os desbravadores que se dedicavam à empreitada acabaram por verificar que estavam realizando, na verdade, missão de elevado interesse público. Eles agiam como empresários, é verdade, mas nessa condição desempenhavam o papel de parcela propulsora da sociedade liberal que ajudaram a construir [...] é justamente a soma de todas as decisões cuidadosamente tomadas na intimidade das empresas que conduz às boas decisões superiores, já no âmbito do Estado, para resguardos dos interesses maiores da coletividade [...] Portanto, o ato pioneiro – a venda da primeira gleba das magníficas terras roxas do Norte do Paraná – não foi um negócio. Foi uma destinação histórica.

Aos poucos, espero, esclarece-se a referência ao mito de Narciso inicial. Narciso é representante de uma literariedade autopoietica; de uma subjetividade autopoietica e o

---

<sup>8</sup> O termo “terras roxas” surge de um mal-entendido linguístico. Os italianos chamavam a terra vermelha de *terra rossa* que, abasileirado, tornou-se “terra roxa”.

personagem favorito do desenvolvimento. Ambos visam a um fim em si mesmo, para si mesmo. Eco, por outro lado, representa a hipótese de literariedade simpoiética *em um contexto de desenvolvimento* (na presença de Narciso). Ou seja, ela o retira da recursividade, o que será precisamente o estudo de José no capítulo 3. Eco é um outro “radical demais” para o sujeito do desenvolvimento; se desavisada, até intensificaria a autorreferencialidade do sujeito. Ela, ainda assim, é o Outro que brota da quebra da regra nos termos de Kristeva (Kristeva; Gora; Jardine; Roudiez, 2024). Eis, então, uma reflexão: e se Narciso, de antemão, fosse educado às idiossincrasias de Eco? E se Narciso, voluntariamente, vocalizasse orações cujos léxicos finais espelhassem oportunidades de diálogo com Eco? E se Narciso, voluntariamente, vigiasse o próprio discurso, e pensasse criticamente sobre seu enunciado, de maneira a dar oportunidades às perspectivas e respostas da vontade de Eco? E se optasse, a autopoiese, por abrir o seu sistema ciente das mudanças estruturais? Aqui, fica explícita uma relação baseada na criatividade de ambos. A dialogia exige a criatividade.

## 1.2 Sobre Terra vermelha<sup>9</sup>

O romance é estruturado em sete noites. José, protagonista, colono e herói da narrativa, já velho, doente e internado em um hospital, ouve um dos seus netos contar à esposa passagens da sua trajetória no desenvolvimento de Londrina durante o século XX. José e Sebastiana, casal do interior de São Paulo e afetados social e economicamente pela decadência agrária da Primeira República, migram para o norte paranaense, Londrina, em busca de melhores condições de vida. Antes das primeiras cem páginas do romance, inicia-se uma relação de encantamento de José pelo Paraná verde, de fauna rica, de novas formas de vida (sejam sociais, na figura de imigrantes globais; sejam ambientais, na figura do bioma paranaense). Desenvolvem ele, e posteriormente sua esposa, uma relação de afeto, cuidado e coletividade com seu espaço recém-descoberto. Considerando um estado (São Paulo) devastado pela colonização e pelas novas indústrias, o Paraná, que ainda viria a sofrer com as “promessas do desenvolvimento urbano”, aparece como Nova Canaã a este povo periférico do interior do sudeste brasileiro. O declínio das oligarquias rurais, o crescimento industrial e a urbanização, de qualquer forma, também chegam ao Paraná a partir da segunda metade do século XX, levando à crise da relação das personagens com o seu espaço, até a morte do personagem

---

<sup>9</sup> Grafias da palavra variam. Ao longo do romance, encontra-se: Terra vermelha, Terra-vermelha, terra vermelha e terra-vermelha. Na tese *Terra vermelha* representa o romance e “terra vermelha” o adjetivo dado à Londrina.

principal, José. No final de sua vida, ressentido, o personagem declara que a construção de Londrina destruiu a terra vermelha (Pellegrini, 1998, p. 496)<sup>10</sup>.

A obra retrata o que poderia ser considerado a narrativa predominante sobre o Norte do Paraná e Londrina: a terra do solo majestoso, do Ouro Verde, com fácil acesso a compra de terras, muito trabalho disponível, imigração do interior do Brasil, o pioneirismo europeu, um Q de centro cosmopolita, as novidades tecnológicas e urbanas (o trem, o ônibus, asfalto), a viação Garcia<sup>11</sup>, o momento em que Londrina vira a “grande cidade” com o êxodo rural (pós Geada Negra). O personagem principal, José, tem uma relação de amor e ódio com este desenvolvimento. De um lado, José é um dos pioneiros na atividade do crescimento londrinense; por outro lado, o personagem observa o desenvolvimento urbano enfraquecer sua relação com a natureza paranaense, espaço amado pelo personagem.

Para escrever, Pellegrini busca inspiração no “folclore familiar” (Pellegrini, 1998, p. 11). Jose é baseado em seu avô paterno e Tiana na avó materna. O autor vasculha memórias familiares para criar os próprios mitos literários ao invés de depender de “arquétipos culturais” da disciplina (Silva, 2016, p. 153-154). O resultado são personagens que representam o sujeito do interior, de vida tropeira responsável pelo próprio sucesso. O enredo da obra deve esclarecer a relação de desenvolvimento e literariedade: uma típica narrativa de progresso e desenvolvimento do século XX que enfraquecerá a narrativa ecoica dos personagens com a própria cidade; ou, posto de outro modo, a semiologia favorecida pelas narrativas do desenvolvimento enfraquece a lógica da semiologia – daquele “característico” – da simpoiese, ou seja, a literariedade simpoiética.

Hoje, Londrina é a segunda cidade mais populosa do Paraná e a quinta maior da Região Sul do Brasil, abaixo de Curitiba, Porto Alegre, Joinville e Florianópolis. Com população que gira em torno de 581 mil habitantes, segundo censo do IBGE de julho de 2025<sup>12</sup>, a cidade foi fundada oficialmente 10 de dezembro de 1934, embora já contasse com população desde, no mínimo, 1929.<sup>13</sup> Em 2026, a cidade completará 92 anos. Com PIB per capita de R\$

---

<sup>10</sup> A recepção crítica de *Terra vermelha* destaca seu caráter de épico urbano, monumental, fundamental para compreender o que foi a urbanização no norte paranaense. Em 2023, o jornal O Maringá qualificou-o como “épico do premiado londrinense Domingos Pellegrini”, ressaltando sua relevância cultural e histórica (O MARINGÁ, 2023). Em 2013, o relançamento foi celebrado em Londrina e no Museu Oscar Niemeyer, com ampla cobertura jornalística (BONDE, 2013). Além disso, a obra foi incorporada a práticas escolares, confirmando seu impacto pedagógico (GAZETA DO POVO, 2013).

<sup>11</sup> Famosa empresa de transporte intermunicipal e interestadual do norte paranaense.

<sup>12</sup> Dados disponíveis em:

<[https://ftp.ibge.gov.br/Estimativas\\_de\\_Populacao/Estimativas\\_2025/estimativa\\_dou\\_2025.pdf](https://ftp.ibge.gov.br/Estimativas_de_Populacao/Estimativas_2025/estimativa_dou_2025.pdf)> Acesso em 29 nov 2025.

<sup>13</sup> Ao longo da tese discuto o mito do “vazio demográfico” e a população indígena presente. O ano de 1929 representa, apenas, a imigração europeia no espaço.

40.636,89 (IBGE, 2021)<sup>14</sup>, a principal fonte econômica de Londrina é o setor terciário (serviços e comércio), seguido pela agropecuária. Embora a cidade tenha um famoso histórico com o setor primário da agricultura, o café, hoje a economia é diversificada, aliada, também da forte presença da agroindústria e tecnologia da informação.

A história de Londrina é um exemplo clássico de colonização planejada e rápido desenvolvimento que, no fim, termina em choque cultural. De acordo com as histórias oficializadas (aos poucos discutida na tese), a cidade foi financiada especialmente por britânicos, cuja maior investimento e planejamento é representada pela *Paraná Plantations*, que criou a *Companhia de Terras Norte do Paraná* (CTNP) para colonizar a vasta região da “terra vermelha”. Como mencionado, o nome "Londrina" é uma homenagem direta a Londres e, desde já, as relações entre as duas cidades são intrigantes e cheias de romântico mistério. No memorialístico livro da CTNP (1975), que virá se tornar *Companhia Melhoramentos Norte do Paraná*, os autores citam uma “predestinação” de Lorde Lovat, o barão do Reino Unido que colonizou o Paraná. Na publicação comemorativa,

Londres parece sorrir ao sol de inverno que lhe invade as ruas, o casario de feição tão sua, os monumentos e os imensos parques onde o frio deixara sua marca na copa das árvores. É dezembro de 1923. O vapor inglês Araguaya levantara âncoras e agora navegava ao longo do Tâmis, rumo ao estuário, ao Canal da Mancha, ao Atlântico imenso. No tombadilho, uma silhueta de homem sobressai pelo porte altivo. Ele contempla a paisagem fugidia onde o austero Big-Bem oferece o passar das horas. E se fosse possível reparar mais de perto o semblante desse passageiro, certamente suas pupilas revelariam a chama de satisfação que brilha nos olhos de todos os homens audazes quando partem para terras longínquas e pouco conhecidas [...] É provável que esse momento de emoção vivido por Lovat, sua partida de Londres rumo às distantes paragens sul-americanas, se tenha fixado de tal maneira em seu inconsciente que, anos depois, abraçaria comovido o paulista João Sampaio quando este lhe sugeriu o nome do primeiro núcleo implantado na área de colonização aberta pelos ingleses no Norte do Paraná – Londrina (CTNP, 1975, p. 39)<sup>15</sup>

O desenvolvimento de Londrina é impulsionado por uma mistura de migrantes do interior de São Paulo e Minas Gerais e imigrantes de maioria europeia, em especial italianos, alemães e portugueses, além de uma forte colonização japonesa. Grosso modo, Londrina é

---

<sup>14</sup> PIB per capita é feito a partir do IBGE em parceria com os Órgãos Estaduais de Estatística, Secretarias Estaduais de Governo e Superintendência da Zona Franca de Manaus – SUFRAMA. Dados disponíveis em: < <https://www.ibge.gov.br/cidades-e-estados/pr/londrina.html> > Acesso 29 nov 2025

<sup>15</sup> Curiosamente, Londres não é uma cidade “coirmã” de Londrina. Cidades Coirmãs ou Irmãs é um conceito que aborda as relações e econômicos e culturais e laços cooperativos entre cidades. Cidades irmãs costumam ter características semelhantes (demografia, por exemplo) ou referências históricas comuns. Assim, acordos são formados, que levam ao intercâmbio cultural, gestões políticas, empresariais ou de outras atividades urbanas. Londrina possui irmandade com cidades japonesas, chinesas, portuguesas, americanas, espanholas, italianas. Nenhuma pertencente aos países do Reino Unido. As informações estão disponíveis em: < <https://portal.londrina.pr.gov.br/cidades-coirmas?showall=1> > Acesso 29 nov 2025

representante do discurso “Norte do Paraná”, que

traz consigo um conjunto de idéias e imagens, quase que formando um bloco fundido e refundido onde a sua simples enunciação faz com que se faça uma identificação com algumas idéias basilares: progresso, civilização, modernidade, colonização racional, ocupação planejada e pacífica, riqueza, cafeicultura, pequena propriedade, terra onde se trabalha, pioneirismo, terra roxa, enfim, todo um conjunto de idéias e imagens construído através de vários anos, mas estruturado, principalmente entre os anos 30 e 50, procurando assim criar uma versão, do ponto de vista de quem domina, para o processo da (re)ocupação desta região. (Tomazi, 1997, p. 12)

Já o nome “terra vermelha” do norte paranaense é um fenômeno geológico que atraiu, inclusive, o próprio desenvolvimento (e o interesse dos ingleses) à região. Oriundas de uma formação geológica ocorrida há cerca de 130 milhões de anos, durante o período Cretáceo na Era Mesozoica, os solos norte paranaenses são formados de rochas basálticas decompostas. O basalto se altera ao longo do tempo devido ao clima quente e úmido da região, liberando ferro. O ferro sofre oxidação e dá origem a certos minerais responsáveis pela intensa cor vermelha dos solos. Além da coloração, os minerais atribuem alta fertilidade natural, o que atrai a colonização agrícola para o norte paranaense no século XX. Foi esse fator, somado ao relevo favorável e ao clima, que transformou a região em uma das áreas mais importantes do cultivo de café brasileiro até meados dos anos 1970, quando a geada negra assombrou os paranaenses, fragmentando o espaço agrário em cultivos de soja, milho e trigo.

Considerado seus anos de ouro, entre as décadas de 1940 e 1960, Londrina viveu seu auge econômico impulsionado pela cafeicultura (setor primário). O solo fértil, vermelho, transformou a região na maior produtora de café do mundo, o que lhe rendeu o famoso apelido “Capital do Café”, até que a ressentida Geada Negra, uma vilã histórica de 1975, em uma madrugada, dizimou as plantações de café levando ao colapso dessa economia e ao êxodo rural. Uma cidade até então baseada no seu “ouro verde”, da “terra vermelha”, precisará desenvolver agora uma economia baseada em uma massa urbana, cinzenta, suas próprias pessoas (setor terciário). O maior patrimônio de Londrina deixa de ser as fazendas de café e passa a ser a própria dinâmica urbana. A antiga terra vermelha do café passa a ser memória, nostalgia, frente a uma economia que é urbana e baseada no consumo. Surge, então, a tensão sociocultural típica londrinense: a tensão entre memória, rural e pioneira, e sua atualidade, urbana e comercial. Nesse ínterim, colateralmente, a agroindústria de Londrina se “diversifica”, voltada à soja, milho e trigo.

Atualmente, a cidade é governada pela gestão do prefeito Tiago Amaral, do PSD (Partido Social Democrata), mesmo partido do governador do estado, Ratinho Júnior, indicando

um alinhamento político e administrativo com o governo estadual, que fleta com a extrema-direita. Segundo a história mais popular sobre a colonização paranaense, o norte regional se tratava de um “vazio demográfico” (id, 2025, p. 20), discurso presente também no romance de Pellegrini (1998, p. 286; 2013, p. 223), responsabilizando os bandeirantes paulistas pela morte dos indígenas. A narrativa foi desmentida (Tomazi, 1997; Mota, 2008; Novak, 2016; Martins; Franciscan, 2018) e, ainda assim, não incorporada na edição mais recente de Pellegrini (2013), embora outras revisões e orações adicionais tenham sido incluídas.

### 1.3 Sobre a literariedade

Na tese, haverá dois momentos: o de revisitação à literariedade (capítulo 3.2.2) e o de reimaginação (capítulo 3.2.3). As reflexões não serão, de todo, inéditas. Observo padrões de pensamento e de conclusões que herdei dos colegas pesquisadores – estes, de diversas nacionalidades: brasileira (Araujo, 2015), estadunidense (Elrich, 1980), francesa (Todorov, 1968), chinesa (Tao & Rong, 2020) e, naturalmente, as discussões dos próprios formalistas russos. Hipótese de definição pouco menos discutida será a de *literariedade enquanto ética*, ou *literariedade enquanto ethos*, advinda de uma leitura da literariedade a partir de considerações de Kristeva (Kristeva; Gora; Jardine; Roudiez, 2024). Daí, surgem as definições de literariedade autopoietica e literariedade simpoietica; duas aplicações éticas diferentes da literariedade enquanto fenômeno de um *ethos* literário. Ademais, talvez, o comportamento metodológico que mais contribua à originalidade da discussão sobre o conceito é a leitura do seu ensaio inaugural, *A Novíssima Poesia Russa* (Jakobson; Gonçalves, 2001). Das pesquisas que tive acesso, nenhuma traçou interpretação do conceito a partir, diretamente, do texto “original” (aspas, pois, por “original”, refiro-me à tradução direta do russo).

O ensaio (Jakobson; Gonçalves, 2001), apesar de fundacional, goza de escassa visibilidade e circulação até no meio acadêmico. O que se sabe acerca da literariedade é, frequentemente, uma paráfrase acadêmica de outros textos. No Brasil, a célebre antologia publicada originalmente em 1970 pela editora Globo, *Teoria da literatura: formalistas russos* (1970), abre com prefácio de Boris Schnaiderman, atuando como introdução geral a um movimento de pouco material disponível. Do mesmo livro, outro texto base à discussão de literariedade é “A teoria do ‘Método Foral’” (Eikhenbaum, 1976). Embora relevantes para introdução das controvérsias, tais textos estão longe de esgotar a discussão. A rigor, não são digressões *sobre* a literariedade; ela é citada, quase como uma sombra sobre o rio do formalismo. Eis precisamente o ponto: conhece-se a literariedade como sombra nas paredes da

teoria. Até entre pares formalistas era uma palavra citada marginalmente (Tao; Rong, 2025).

No Brasil, o conceito carece de investigações de peso, com a exceção de um estudo de 10 anos atrás (Araújo, 2015), concluindo que o conceito teria sido abandonado, ou, ao menos, reajustado, em detrimento de “função poética” proposta pelo mesmo Roman Jakobson. Ao confrontar algumas perspectivas do estudo com outras leituras críticas (Elrich, 1980; Siphone, 2023; Tao; Rong, 2025) – incluindo a minha – emergem algumas dissidências interpretativas (embora nada que altere, significativamente, as conclusões e abordagens centrais do artigo).

Resta escrever que, pudesse voltar ao passado, pretenderia realizar uma leitura pura, despojada de aporte teórico, do ensaio inaugural de literariedade. Ocorre que o contato com a obra se deu, justamente, pela leitura de mesmo aporte, tornando impossível uma análise não contaminada pelas múltiplas leituras do conceito. Assim, prossegui com a leitura de uma tradução brasileira integral feita diretamente do russo, publicada como dissertação da USP por Sonia Regina Gonçalves (2001). As interpretações feitas, como se pode antecipar, não propõe nenhuma ruptura radical das outras investigações lidas. Oferece, entretanto, uma leitura geral do ensaio que, na versão uspiana, possui 71 páginas. Além disso, propus a apresentar impressões acerca da literariedade conforme a leitura dos parágrafos.

Os fins de interpretação e análise de literariedade visam a uma apropriação pessoal do conceito. Emprego a expressão apropriação ou leitura “perpendicular” como alternativa à “paralela”, para evitar a imagem de dois caminhos que jamais se tocam; antes, defendo que a dinâmica empregada é feita partir da tradição; da historiografia documentada do conceito nos estudos literários e, só então, aplicada aos fins desta tese, isto é, a discussão de autopoiese e simpoiese.

#### **1.4 Sobre os capítulos**

Um punhado de dicotomias literárias arquitetam a tese, em diálogo, com a lógica do desenvolvimento: Eco e Narciso, Flor e Náusea, Pellegrini e Eliot, terra vermelha e terra devastada... Elas atendem a um critério dialógico e metodológico, buscando pelo intertexto e pela leitura comparada, situar a narrativa do desenvolvimento (seu *storytelling*) como uma linguagem própria, que se alimenta e regurgita as próprias figuras de linguagem e arquétipos literários. A arquitetura capitular da tese busca responder coerentemente a esta narrativa.

São duas seções que cobrem cinco capítulos. A primeira seção cobre capítulos 1 e 2, que dizem respeito aos argumentos gerais, aos espaços literários discutidos, às cidades, às terras sobre quais se versará a tese. A segunda seção cobre os capítulos 3, 4 e 5, que dizem respeito à

linguagem, poética e literariedade que, aos poucos, erguem os pilares para a construção mítica dessas terras. Resumidamente, o argumento é: o desenvolvimento é uma narrativa que produz Narcisos, pautada em uma maneira específica de usar a literariedade (nos termos apresentados ao longo do estudo), sendo essa forma a autopoietica. Essa interpretação é feita a partir do estudo da obra *Terra vermelha* (1998; 2013), cujo diálogo literário com “Terra devastada” (Eliot; Junqueira, 1981) demonstraram-se profícuos.

Já individualmente, o capítulo 2 apresenta estudos comparativos entre *Terra vermelha* (1998), de Domingos Pellegrini e “Terras devastadas” (1981) de T.S Eliot & Junqueira. O signo Sebastiana (esposa de José) é elemento fundador da terra vermelha do romance e, nela, estão presentes um conjunto de ideias, princípios, valores, diretamente opostos ao poema eliotiano. Sebastiana representa a oralidade do interior brasileiro: dos pequenos ditados, anedotas populares, conhecimento popular, antagônica aos cânones da cultura letrada. A rejeição ao “cânone” literário, principalmente europeu, será evidente.

O capítulo 3 apresenta a mesma rejeição ao europeu pela perspectiva de José; assemelha-se a um fenômeno literário dos EUA conhecido como Adão americano (Lewis, 1955), isso é, grosso modo, uma subjetividade nacional autossuficiente que busca se emancipar da História (do Velho Mundo). José constituirá um mito adâmico-paranaense, nova subjetividade regional e autopoietica, que visa à autossuficiência e à emancipação de sua própria História na velha República paulista. A categoria adâmica/autopoietica não se sustenta, levando a uma crise na segunda travessia dos rios Paranapanema e Tibagi no meio do romance, momento em qual haverá um breve florescimento simpoiético na náusea industrial londrinense. A discussão terá, por base, o conceito de literariedade.

O capítulo 4 apresenta o Norte do Paraná em relação à narrativa de Modernidade Europeia. É uma terra vermelha prestes a se tornar Londrina. Mais uma vítima da colonização e da literariedade autopoietica do desenvolvimento, sofrerá do mesmo mal e fim da terra devastada eliotiana. José, herói da narrativa, tentou recuperações parciais e possíveis durante a simbólica transformação de Londrina a Londres. Não obteve sucesso. Descansou, em paz, sob sete palmas da sua amada terra vermelha.

O capítulo 5 é o *outsider* da tese. Após duas terras devastadas, sigo o rito de Ivan Ilitch e entoo o canto lúgubre de uma Londrina do século XXI em voo desenvolvimentista, pós-José, no contexto de linguagem delirantemente autopoieticas. Elas têm, com muito horror, gerado Narcisos digitais: os Grandes Modelos de Linguagem (LLMs, popularmente conhecidas como “inteligências artificiais”), sob a ótica da literariedade, podem ser interpretadas como a “literariedade autopoietica” por excelência. Não há alteridade alguma. O sujeito interage com

um verdadeiro “regurgitador” de textos, que se alimenta da semiologia e intenção do usuário para, recursivamente, jogá-lo de volta a si.

E a flor simpoiética, neste contexto? José, pelas razões discutidas no capítulo 3, teve contato com alguma alteridade semiótica, que quebrou o ciclo da recursividade linguística autpoiética. Dali, despontou breve simpoiética. Já nos grandes modelos de linguagem, não há alteridade na escrita. Não há Eco que perturbe Narciso. Excluídos da alteridade, na escrita, simplesmente se aniquilaria a possibilidade de um José florescer. Com fins de conclusão, retomo o objetivo e defesa da tese: *apresentar uma hipótese de interpretação de literariedade autpoiética e simpoiética no contexto do desenvolvimento; não se trata de forma imanente, sequer de método formal. Trata-se de uma experiência literária específica do sujeito, fundada em promover uma relação narcísica (autpoiética) ou ecoica (simpoiética) de si com o ambiente*. E, adicionalmente: “só se deveria falar sobre o desenvolvimento em um tom” de Ivan Ilitch, como quem redige (o próprio) obituário.

## 2 TERRA VERMELHA, TERRA DEVASTADA

Neste capítulo, apresento elementos literários e biográficos gerais de Pellegrini, seguido das comparações entre *Terra vermelha* (Pellegrini, 1998) e “Terra devastada” (Eliot; Junqueira, 1981). O signo de Sebastiana representa a terra vermelha, o “Norte do Paraná”, do romance, de maneira até mais precisa que o próprio herói e colono José, pois nela estão presentes ideias, princípios e valores poéticos fundadores da linguagem dessa terra. Assim, o “signo” de Sebastiana é a ponte pela qual discuto uma comparação entre as duas terras, paranaense e europeia.

### 2.1 Criação de mitos

Em 2016, o autor londrinense chamado Domingos Pellegrini é entrevistado por Alessandra Lacerda da Silva, então mestranda da Universidade Estadual de São Paulo (USP), com o ensejo de estudar sua obra *As Sete Pragas*, livro de três contos e duas novelas, publicado pelo autor em 1979 e reeditada em 2007. A dissertação anexa duas entrevistas, um formulário e uma gravação transcrita. A mestranda, em busca de compreender um comportamento de alguma forma comum em Domingos Pellegrini (também presente em *Terra vermelha*), pergunta porque alterou significativamente passagens, contos, linguagem, na edição de 2007, transformando radicalmente o sentido abstraído da edição de 1979. “As alterações feitas num livro como *As Sete Pragas* não mutilam a obra?”, questiona a uspiana. Pellegrini nega, “este é um livro que consegui consertar”. Tratando-se de uma seleção de contos e novelas, insiste a mestranda: “Por que não publicar, simplesmente, um ‘novo *As sete pragas*’ agora sob outra perspectiva?”, cuja réplica: “Um novo *As sete pragas* já foi publicado em 1998: *Terra-vermelha*” (Silva, 2016, p. 153).

Insatisfeita, suponho, com a ausência de reflexão acadêmico-crítica do escritor duas vezes vencedor do Jabuti (e, se sim, compartilho a insatisfação) insiste na questão da genética do livro, que, conforme trecho da monografia, bifurca o tema da obra em um mosaico sem organicidade (“[...] a novela ‘Conhecimento de Alice’ foi retirada, isso configura uma enorme perda [...] há uma quebra no processo de unidade de sentido da obra como um todo”, Silva, 2016, p. 130). Alessandra Lacerda muda o foco de *As Sete Pragas* para *Terra vermelha*, então obra comentada pelo autor (Silva, 2016, p. 153):

Uma narrativa como que dá nome ao volume parece ter uma ambição maior do que as demais; ou seja, parece haver nela algo de alegórico, como a tentativa de explicar o Brasil na particularidade de uma personagem

emblemática. Que referências estão por baixo dessa narrativa: Guimarães Rosa, Graciliano Ramos? Ou não houve uma referência de partida?

A resposta de Domingos Pellegrini é emblemática de um comportamento literário abordado pelo formalismo russo e, mais tarde, focado pela teoria de polissistemas literários de Evan-Zohar (1991):

[escrevi] *Terra vermelha* baseado nas figuras e na vida de meu avô paterno, José, e minha avó materna, Sebastiana, que ficcionalmente casei no romance. Assim, em vez de modelos ou arquétipos da cultura literária, foquei na família, na história familiar e social próxima (seus amigos no livro, alguns dos quais conheci em vida). *Em vez de procurar mitos, criei mitos* (Pellegrini *apud* Silva, 2016, p. 153-154, itálicos meus)

A oposição criada por Pellegrini “arquétipos da cultura literária” e “folclore familiar” para criação de novos “mitos literários” é uma oposição que, seja pelo viés da esquerda ou da direita, reaparece ao longo da história literária. Discutido por Bakhtin, a própria criação do gênero romance resulta dos arquétipos “baixos” do século XIX (o marginalizado ou o burguês, o sertanejo ou o índio<sup>16</sup>) em contraposição aos arquétipos da antiguidade clássica. Depois desses, vieram os arquétipos da segunda geração modernista; depois desses, os arquétipos ainda mais marginalizados de João Cabral de Melo Neto e Guimarães Rosa; depois desses.... ao infinito.

Escrevi “seja pelo viés da esquerda ou da direita” pois as edições de 1979 e 2007 da obra representam a transformação política do autor, seja pelo próprio testemunho<sup>17</sup> seja pela análise de Alessandra Lacerda da Silva (o autor “revê suas posições revolucionárias de esquerda e, orienta-se conscientemente para uma análise humanista e individual de sua própria escrita [...] no entanto, essa análise pode ser entendida como conservadora”, 2017, p. 127). Se, por acaso, o autor acreditava em um inédito “arquétipo literário” – ou, em suas palavras, mito literário – de sua parte, fruto do seu novo viés político, cabe mencionar que sua revolução já data de uns 200 anos em matéria romanesca. O romance é historicamente o espaço mitológico do sujeito mundano.

<sup>16</sup> A escolha lexical por “índio” ao invés de “indígena” deve-se a interpretação de que o nativo representado (por José de Alencar, por exemplo) era o “indígena idealizado pelo homem branco”, ou seja, a figura mítica do “índio” ao invés da figura antropológica do indígena e seu povo.

<sup>17</sup> Sua descrença na esquerda e na direita brasileira não é segredo. O autor abertamente fala sobre suas mudanças de perspectiva política ao longo dos anos, de maneira até regular e frequente. Ocorre que, principalmente entre estudiosos da sua obra, esse relativismo político não é tão neutro quanto soa ao próprio autor. Estudiosos de sua obra tendem a concordar que sua visão, hoje, representa uma visão conservadora de centro-direita (Silva, 2016). A visão política de Pellegrini será discutida mais a fundo no Capítulo 3.

Quais são os mitos de Pellegrini? Discuto o “mito de Sebastiana”, inspirada em sua avó materna, um apetrecho literário irremediável da sua poética literária: presente em crônicas diversas e em duas obras de 1998, *A última tropa* (1998) e *Terra vermelha* (1991), ela se torna modelo ideal para interpretação que Pellegrini fará do desenvolvimento de Londrina. O mito de Sebastiana também se torna apoteose de uma ideológica política e social que se alinha profundamente com o viés político-ideológico responsável pela fundação do norte paranaense. De fato, defendo que o mito de Sebastiana (guardada devidas proporções) é o mito fundador do norte paranaense. De acordo com sociólogo Nelson Tomazi (1997, p. 11, **negritos meus**),

O discurso "Norte do Paraná" explicita a idéia de que há uma comunidade imaginária de interesses econômicos e políticos; e assim procura-se **constituir uma solidariedade que tem vínculos com a própria terra roxa, que é tida como a base física para o sustento de uma visão triunfalista da (re)ocupação**<sup>18</sup>. Esta visão tem por finalidade escamotear uma realidade que foi e é contraditória e conflituosa, pois está estruturada num sistema de classes. Entretanto, é necessário aos olhos de quem domina, que esta realidade pareça una, sem conflitos, procurando assim silenciar outros discursos que demonstram e falam sobre as contradições e os conflitos entre os diversos grupos, frações de classe e classes que viveram e vivem na região situada ao norte do estado do Paraná.

Assim, os comportamentos literários da personagem Sebastiana, feminina, encarnam a unidade social pretendida pelo discurso dominante. É o apetrecho literário perfeito para a empreitada. Por um lado, esse polo feminino do casal José-Sebastiana, cuja função no microcosmo familiar é organização do lar, será projetada no macrocosmo municipal de Londrina como hospedeira principal da Pensão de Londrina. Acolhe, organiza e cuida os recém-chegados com uma dose profilática da regeneração social que representará a experiência londrinense. Por outro lado, Sebastiana é personagem feminina forte, briga, luta, questiona autoridades, reapropriando a força da revolução feminista para projetar o a força da revolução londrinense.

Por último, antes de avançar à “mitologia” de Pellegrini, uma consideração acerca do conceito precisa ser feita. Ao longo de 1950, Roland Barthes passaria a publicar uma série de artigos que, posteriormente, dariam origem ao livro *Mitologias*, publicado em 1957 no qual interpreta a vida cotidiana buscando ilustrar como o mito passa a ser ressignificado ideologicamente na sociedade (Padilha, 2014, 10). No livro, o autor francês discute as bases semiológicas pelas quais interpreta sua conceituação de mito: *um sistema semiológico segundo* (Barthes, Buongiorno; Souza, 2001, p. 136, *itálicos do original*) que parasiteia o sistema

---

<sup>18</sup> O autor questiona o mito do vazio demográfico, que leva à interpretação de “ocupação” do Estado ao invés de re-ocupação.

semiólogo primeiro, isso é, a própria língua (como entendida por Saussure) “de que o mito se serve para construir o seu próprio sistema” (id, *ibid.*, p. 137). Por conta disso, para Barthes, tudo poderia se tornar um mito, “pois o universo é infinitamente sugestivo”, e segue com o exemplo da própria natureza: uma “árvore é uma árvore [...] Mas uma árvore, dita por Minou Drouet, já não é exatamente uma árvore, é uma árvore [...] investida de complacências literárias” (Barthes; Buongiorno; Souza, 2001, p. 131-132).

Não aplico o conceito de “mito” na tese conforme o entendimento de Barthes. Escrevo sobre o “mito” de Sebastiana com intuito de refletir a própria percepção de Pellegrini acerca de sua criação literária (Silva, 2016, p. 153-154). Algumas coincidências surgem, pois na definição do léxico “mito” há o entendimento de que se refere a uma contação simbólica dos fatos, idealizada ou ficcional, uma figuração de dada crença comunitária, entre outros sentidos que remetem a dicotomias entre o real e o simbólico no seio de dada narrativa. Logo, assim como, para Barthes, “o conceito de mito impõe à linguagem um sentido secundário que é o da conotação” (Padilha, 2014, p. 29), pode-se dizer, com segurança, que a “Sebastiana” de qual se falará a seguir, embora parasiteie a realidade da Sebastiana “em carne e osso”, é conotativo e significará qualquer coisa além da avó materna real de Pellegrini. A semelhança, reafirmo, apenas assegura-se até aqui. Barthes vai além em sua concepção de mito do que a simples “conotação”.

Sebastiana será “mito” e conotativa dos discursos do “Norte do Paraná” conforme seu signo, no romance *Terra vermelha* (Pellegrini, 1998), figura a mesma “solidariedade” discutida por Tomazi (1997, p. 16), ou seja, uma solidariedade que escamoteia uma (re)ocupação contraditória e conflituosa de Londrina baseada na luta de classes, com fins de afirmar uma visão triunfalista do processo de colonização paranaense.

## 2.2 Mito de Sebastiana

Em 22 de fevereiro de 2017, em sua página pessoal do Facebook, Domingos Pellegrini publica uma foto analógica, em preto e branco, de uma senhora já idosa, em pé, vestido branco, sobre terra e contra um cercado de madeira segurando o matagal atrás. A mulher pertence ao seu “folclore familiar”: sua avó materna, Sebastiana Rodrigues da Silva, que viera a falecer com 62 anos. A legenda publicada na íntegra:

#PHOTOHISTÓRIA Vó Sebastiana, 1960

Minha avó Sebastiana Rodrigues da Silva teve nove filhos, morreu aos 62 anos, de velhice e cansada, depois de trabalhar em casa a vida inteira, grande alma no corpo magrinho que só. Foi triste exemplo do prematuro envelhecimento das pessoas até os anos 1950. Aí nesse quintal da sua casa em

Assis, SP, ela plantava abóboras, milho, mandioca, quiabo, tomate, temperos, às vezes tirando semente da boca para jogar no chão, abrindo cova com faca de cozinha e fechando com o pé – e tudo germinava e crescia! Eu chegava, ela falava “vai ver no forno”, e lá estavam batatas doces assadas como nunca mais comi, como também é inesquecível sua papa de farinha de milho com leite e melado.

Quando a cadelinha Laika foi lançada como pioneira astronauta, em 1957, todo mundo se deslumbrou mas Vó Tiana chorou. Perguntei porque, falou “porque a Laika vai morrer. Será que ao menos colocaram água para ela beber lá tão perto do sol?” As cercas eram de balaústre, como se vê na foto, e ali ela dava frutas e legumes às vizinhas, até que um dia alguém perguntou porque, se as vizinhas “podiam” mais que ela. Respondeu “ah, mas é tão bom dar, mesmo que seja um tomatinho, dado com amor me faz tão bem!” Como mãe e pai não contam, então o primeiro grande amor de minha vida foi minha Vó Tiana. Até hoje, toda vez que como batata-doce ou melado, lembro de minha doce avó<sup>19</sup>



Não é o primeiro texto de Pellegrini sobre sua vó. Publicado originalmente em julho de 1991, na edição 69 da revista Globo Rural, Pellegrini escreve a crônica “Vó Sebastiana”, que será republicada no sítio eletrônico da Globo Rural<sup>20</sup> em 05 de maio de 2017. Inspirado pelo comportamento da Vó física, descrito na legenda acima, o conto abre com uma Vó Sebastiana

<sup>19</sup> Pellegrini, 2017. Disponível em: <<https://www.facebook.com/photo.php?fbid=1818229975098295&id=1582978658623429&set=a.1809090492678910>>

<sup>20</sup> Pellegrini, Domingos. Vó Sebastiana, crônica de Domingos Pellegrini. Disponível em: <<https://globo.rural.globo.com/Noticias/Cultura/noticia/2017/05/vo-sebastiana-cronica-de-domingos-pellegrini.html>>

que “plantava com a boca e o coração. Se a fruta era mesmo boa, ela ia para o quintal com as sementes ainda na boca [...] cuspiam ali a semente, fechada a cova com o pé, arrastando a terra devagarinho e depois dando uma [sic] pisadinhas.” (Pellegrini, [1991], 2017).

Continua, o conto: a Vó “ia catando uma folha aqui outra ali, amassando e picando nas mãos”, “trilhando por aqui ou por ali, parando para olhar cada passarinho que cantasse”, “uma mistura de horta com pomar entrelaçados por trepadeiras de todo tipo, canas e abóboras, uma melancia aqui, outra lá”, os “filhos falavam – essa molecada vai acabar com o quintal – e ela nem ouvia. Só não deixava apedrejar árvore, machucar galho desperdiçar fruta. Pegou comeu. Senão pode deixar que o passarinho come”. (Pellegrini, 1991/2017).

Já, no sexto parágrafo, instaura-se o conflito: “um filho dizia que, assim, sem saber, ela fazia o que a *agronomia* mandava – cobrir a terra contra erosão. Ela dizia que mais importante era *plantar com o coração* [...] tinha vizinho que *achava aquilo um matagal*, uma capoeira, um despropósito [...] até que ela morreu”. (Pellegrini, 2017, *itálicos meus*).

Pelos próximos sete parágrafos, o falecimento da avó instaura a passagem de Rousseau a Hobbes, da pureza ao maniqueísmo, da natureza à cultura barbárie:

[...] começaram a falar de herança. No mesmo dia a conversa virou discussão: o que iam fazer de casa? Acabaram na justiça, enquanto o quintal ia virando mato bravo. Até que pegaram alguém pra roçar aquilo, o peão entrou de foice, machado e facão, não perdoou nem bananeira encacheada [...] Quando finalmente venderam a casa a uma construtora [...] Ergueram ali um prédio, plantaram um jardimzinho na frente [...] A menina brinca no parquinho trepando em ferro e cimento – e quando ficam resfriados ou pegam tantas doenças de prédio alguém ainda lembra do quintal da Vó Sebastiana, que era feira e farmácia sempre abertas. [...] Como para lembrar disso, no cemitério nascem, nas rachaduras do túmulo dela, flores que ninguém lembra de ter plantado e florem o ano inteiro. (Pellegrini, 1991/2017)

O mesmo comportamento familiar, de discussão da herança do colono, é visto em *Terra vermelha* (1998, p. 12-13), quando José, à beira da morte, “chamou todos e avisou que escolhessem suas casas e terrenos”

os filhos nada resolveram e muito menos fizeram: cada um achou que os outros iam levar vantagem, porque as casas e terrenos eram todos muito diferentes, e todos calculavam lá seus próprios preços, com corretores e amigos aconselhando cada um, e ainda com os palpites dos maridos ou das mulheres, de modo que se enredaram em conversas e fuxicos até com advogados e cunhados, a ponto da ceia de Natal parecer velório (id, *ibid*).

Há um terceiro conto que ainda poderia ser mencionado, “Óculos para rever”, publicado na *Gazeta do Povo*<sup>21</sup>, dia 8 de outubro de 2006, em qual sua mãe pede ao filho (Pellegrini) que

<sup>21</sup> Pellegrini, Domingos. Óculos para rever. Disponível em: < <https://www.gazetadopovo.com.br/caderno->

encontre seu óculos pois “gosta de usar os óculos para fechar os olhos e ver o que passou”, dando início a uma série de memórias acerca do passado de Vó Sebastiana: ela “tão magrinha e tão luminosa na sua fé” e seu passado na Pensão Alto Paraná, “revejo essa mulher, que hoje anda arrastando os pés no andador, a exigir que os peões limpassem o barro dos sapatos no chora-paulista da pensão, a barra de ferro sobre duas estacas ao lado da porta” (Pellegrini, 2006).

Sebastiana aparece em dois romances publicados em 1998, pautados sobre a representação de tropeiros: *A última tropa* (1998) e *Terra vermelha* (1998). O casal dos dois romances é o mesmo, José e Sebastiana, grafados como “Seu Zé” e “Tiana”. Em ambos os casos, Sebastiana é uma figura ao mesmo tempo central e lateral; central, à medida que desempenha impacto profundo na manutenção do núcleo social representado; lateral, à medida que jamais toma o protagonismo dos homens tropeiros. É o papel de uma mulher que permanece nas entrelinhas da prosa narrativa, de alguma forma essencial para desenlaçar os encadeamentos familiares rumo a progressão do enredo (Spada, 2019).

Da mulher em carne e osso Sebastiana à enunciação literária “Sebastiana” há a seleção de certos comportamentos que constelam o seu mito literário: a mulher anterior à urbanização, de ares sertanejos e regionais, pioneira e tropeira, de pureza e bravura, em sublime sintonia com o campo, a natureza, o bioma. A mulher romântica do interior, antítese da mulher urbana egoísta e gananciosa, despida de valores e humanidade (representada pelas netas). Sebastiana representa, para Pellegrini, o clímax da revolução feminista, que por sua vez desempenha uma revolução no núcleo familiar, inclusive superior e mais profunda do que as revoluções sociais do século XX. Nas palavras do autor (*apud* Silva, 2016, p. 161):

[...] o feminismo é a maior das revoluções. Todas aquelas revoluções anteriores, a Revolução Socialista, a Revolução Fabril, a Revolução Industrial, a Revolução Econômica iniciada com o plantio mecanizado nas lavouras, todas essas, a Revolução verde, com as novas técnicas de plantio do Borlaug. Todas essas revoluções não foram tão consequentes e tão grandes e tão duradouras quanto será a Revolução Feminista. A mulher assumiu o papel de trabalhadora extraluar, a mulher assumiu o papel de convocar o marido para dividir a educação dos filhos e a pauta de trabalhos domésticos e principalmente a batalha que está em curso, a mulher assumir papel na economia.

Assim, reescrevendo frequentemente sobre Sebastiana na obra poética, forma-se a silhueta de um mito que absorve os valores do campo sobre a cidade, que explica as discussões sobre a herança que ocorrem quase imediatamente à morte da vó. Se o homem é bom por

natureza e a sociedade o corrompe, assim que finda a natureza resta a sociedade dar o seu bote final: a ganância, o capital. Daí que Sebastiana se torna símbolo para valorizar a “bela época” do tropeirismo, do empreendedorismo fundador de nações em um “vazio demográfico”. Que os valores humanísticos de Sebastiana, representante da “maior das Revoluções”, são também os valores fundadores da Terra não é coincidência. Quer-se usar da “força da revolução feminista” para explorar a “força de revolução dos tropeiros londrinenses”. Por fim, essa “força literária” explora a crise e queda do ocidente no começo do século XX.

Esse símbolo “Sebastiana” sintetiza a dicotomia “natureza X civilização”, que em *Terra vermelha* (1998), é aplicado para regenerar o Homem da Crise e Queda ocidental pós Primeira Guerra Mundial. Sebastiana e a terra vermelha compõem a unidade do natural, que revigora a simplicidade camponesa contra a exaustão do ocidente moderno.<sup>22</sup> Ao final do romance, José, então, lamentará que Londrina (civilização ocidental) destruiu sua terra vermelha (natureza). O mito de Sebastiana não resiste à queda da civilização ocidental.

A questão do desenvolvimento urbano pode ser vista por duas lentes políticas: a deste trabalho, orientado por um viés da esquerda contemporânea, alinhado aos valores de preservação cultural e ambiental (discutidos no capítulo 3 e 4); e a do próprio romance, representada muito mais por um viés de centro-direita. É conservadorismo que, na presença da caricata e ascendente ultradireita, soa mais próximo da esquerda do que da direita atual. Nem na Europa do século XVIII e XIX a industrialização, o desenvolvimento tecno-urbano, foram bem recebidos entre as classes mais altas e conservadoras. Muito lamentou-se da “perda da Europa original”, de sua paisagem aristocrática, da história medieva. O trem europeu não foi, de todo, um sucesso. O desenvolvimento de Londrina caíra sob este manto histórico.

Descrito no rodapé anterior, Domingos Pellegrini frequentemente comenta sobre sua reviravolta política ao longo do século XX, desiludido tanto com a esquerda armada quanto com o capital selvagem. Acontece que não parece estar tão claro para o autor o comando que o conservadorismo político tem sobre sua escrita e visão de mundo. Quão conservador é a ideologia de Pellegrini, que regula sua obra? Abaixo, uma fala de Pellegrini retirada da entrevista de Alessandra Lacerda da Silva (2016, p. 150):

Quando, na Bienal do Livro de Brasília, afirmei que tivemos uma ditadura branca [sic] [branda], houve celeuma [...] Creio que devemos agradecer a

<sup>22</sup> Em *Teddy Bear Patriarchy* (1989), a professora e pesquisadora das ciências humanas da Califórnia, Donna Haraway, apresenta o Museu Americano de História Natural como um espaço de produção de imaginários em quais a Natureza e Civilização são dicotomias. Nas suas palavras, o Central Park é “um jardim urbano projetado por Frederick Law Olmsted para curar o cansado ou decadente morador da cidade com uma dose profilática da natureza [...] No jardim, o homem ocidental começa novamente a primeira jornada” (Haraway, 1989, p. 26). O retorno à natureza, como espaço de renascimento e cura, anterior a queda do homem pela Revolução Industrial, é justamente o regime do imaginário que constrói o mito de Sebastiana.

nossos militares não só pela ditadura branda (com partido de oposição, jornais funcionando, censura avacalhada, que eu cansei de enganar nos festivais que ajudei a coordenar aqui em Londrina), mas agradecer principalmente porque, com tão pouco custo, nos livraram de ditadura pior, a do proletariado, que seria certamente muito mais danosa e duradoura, como foi ou ainda é em todos os países socialistas. Fazer justiça histórica com os militares será o primeiro passo para os convocar e enquadrar no esforço social e democrático de reformas este país.

Reforço, então, que a insatisfação com o “desenvolvimento” não é monopólio da esquerda, cuja história guarda uma profusão de interesses socioculturais e políticos distintos: do lado desta tese, debate a preservação ambiental e proteção de costumes e povos nativos, a exploração do trabalhador, o controle da *pólis* por gigantes da tecnologia; do lado do próprio romance, o desenvolvimento representa, grosso modo, a “chegada dos malandros e dos vigaristas” londrinenses na então perfeita e edênica terra vermelha.

Ademais, a dicotomia que rege a dicotomia natureza X civilização não é novo na história da literatura, já presente na discussão sobre natureza/cultura das três peças de Édipo; retomada, à sua maneira, por sucessivas escolas literárias (Arcadismo, Romantismo) e escritores de diversos países, sendo talvez o maior representante no Brasil o próprio José de Alencar. No caso de Pellegrini, a dicotomia germina o mito de Sebastiana a partir de comportamentos da vó familiar, que foram presenciados por ele, quem encontra na dicotomia filosófica-literária um espaço de manutenção dos seus valores políticos e ideológicos gerais: o tropeirismo/pioneirismo como um louvor meritocrático, valores do humanismo clássico (igualdade, fraternidade e liberdade), ou, nas palavras do autor, os “valores ancestrais” como “honestidade, verdade, autenticidade, sinceridade, produtividade, qualidade de produtos e serviços, clareza, que chamam de transparência na criatividade, [que] são muito mais importantes e norteiam para o sucesso qualquer política ou regime” (Silva, 2016, p. 171).

O mito de Sebastiana cura o cansado e o decadente morador, tropeiro ou urbano, com uma dose profilática da humanidade anterior a queda industrial. Sua honestidade, a qualidade dos seus produtos e serviços (no caso da Pensão onde trabalha) norteiam a *pólis* terra vermelha/Londrina mais do que a própria prefeitura. No jardim do Éden que representa Sebastiana, o homem começa novamente sua jornada: o tropeiro descansa, o paulista ri. Todos amam Vó Sebastiana.

### 2.2.1 O Ocidente regenerado

O mito de Sebastiana inaugura a obra: “*Põe na mão, olha bem, olha/ e sabe por que então/ esta terra é assim vermelha?/ É vermelha de paixão!* (Do Caderno de Poesia de Vó Tiana<sup>23</sup>)” (Pellegrini, 1998, p. 3). Sebastiana – Tiana – anuncia, já em águas intra-narrativas e de modo análogo à Invocação da tradição épica, o herói da simplicidade cotidiana: José.

Muitos anos depois, **aquela que viria a ser a mulher daquele menino**, numa noite de chuva, com café e pipoca, contaria aos netos que ele nunca tinha ido a médico, não parecia mesmo sentir dor; ela até escreveria no caderno: *...Não era igual a gente/ Ele era mesmo um herói/ Aquele que dor não sente/ Porque nele dor não doi*” (Pellegrini, 1998, p. 11, negritos meus, itálicos do autor)

No caso londrinense, Sebastiana é ao mesmo tempo epígrafe e personagem, intertextualidade e o contexto. Ela atravessa do extra ao intra em um piscar de olhos. Sua formulação inicial evoca a célebre passagem de T.S. Eliot, "Vou te mostrar o medo num punhado de pó" (I will show you fear in a handful of dust) do poema “Terras devastadas” (Eliot; Junqueira, 1981). A relação entre *Terra vermelha* e “Terras devastadas” é mais profícua – e pauta os sentidos da devastação que norteia a pesquisa – do que se deixa imaginar à primeira vista. *O mito de Sebastiana construirá uma terra que a Europa eliotiana jamais conseguiu construir*. É como se Pellegrini tivesse lido o trecho abaixo, pego uma máquina de escrever e decidido demonstrar aos ingleses a capitania revolucionária do seu norte-paranaense. O que se lê abaixo, sobre o poema de Eliot (ou, sobre a Londres em “Terras devastadas”) faz parte, também, dos discursos gerais que regulam o senso-comum sobre Londrina.

Uma das primeiras impressões que se tem ao se deparar com “Terras devastadas” é de se encontrar em uma Babel moderna [...] Essa tendência confirma-se com citações em alemão, francês, provençal, inglês arcaico e sânscrito ao longo do poema. Além da diversidade linguística, o que mais impressiona é a variedade cultural [...] encontram-se diálogos, onomatopéias, expressões coloquiais e vulgares, e até mesmo canções de ninar. Enfim, poder-se-ia concluir que as vozes da humanidade estão representadas no poema. Diante dessa panorâmica da civilização mundial, eis que surge a questão: é possível encontrar significado e unidade em meio a essa profusão de vozes? (Deschamps, 2022, p. 49)

“É possível encontrar significado e unidade em meio a essa profusão de vozes” na colonização de Londrina?, desta questão o mito da Sebastiana desagua em uma implícita intertextualidade com “Terras devastadas” (Eliot; Junqueira, 1981), de T.S. Eliot, o poema que pode ser pensado como a Londres/Europa a qual José rejeita. Numa analogia, “Terras devastadas” (Eliot; Junqueira, 1981) é a Londrina do setor terciário, dos consumistas, que acaba

<sup>23</sup> Ao longo da tese a obra será citada inúmeras vezes, algumas como obra autônoma. Essa será a formatação (sem itálicos) e nomenclatura aplicada (às vezes abreviada como Caderno) em respeito à abertura do romance.

por assumir o comando da terra vermelha, aos poucos empurrando-a em direção ao cruel abril do poema eliotiano. Cabe a memorialista Sebastiana apresentar a apaixonante Terra vermelha em um punhado de terra *rossa*.

Antes, um pouco sobre “Terras devastadas” (Eliot; Junqueira, 1981): publicado originalmente em 1922 como *The Waste Lands*, o poema é o ápice da crise; crise pessoal de Eliot, crise social e cultural da Europa, pós-primeira guerra. O poema, composto em cinco partes, não segue qualquer estrutura começo-meio-fim. Antes, é um mosaico de imagens quebradas; cenas em fragmentos, de sujeitos diferentes, que vivem os restos e os cacos mutilados do tempo. Considerado a obra-prima de T.S. Eliot, o poema trata da condição humana na metrópole moderna e é dividido em cinco partes – “The Burial of the Dead”, “A Game of Chess”, “The Fire Sermon”, “Death by Water” e “What the Thunder Said”, traduzidos, respectivamente, como “O enterro dos mortos”, “Uma partida de xadrez”, “O sermão do fogo”, “Morte por água” e “O que disse o trovão” (Eliot; Junqueira, 1981).

Algumas das características que fazem de “Terras devastadas” a grande revolução na poesia do século XX são: a) a metrópole urbana retratada em seus aspectos mais decadentes como o *locus* da poesia; b) o caráter fragmentário do poema, com uma multiplicidade de alusões sem um eu-lírico condutor; c) o método mítico, através do qual várias camadas de significados podem ser compreendidas; d) o uso de imagens e associações consideradas incompatíveis com o gênero poético e; e) a descrição vívida e deprimente da condição humana na sociedade moderna (Deschamps, 2022, p. 51).

A fragmentação e desolação subjaz à construção da primeira parte do poema, intitulada “O enterro dos mortos”. Esta seção inicia-se com o célebre verso: “Abril é o mais cruel dos meses”. A afirmação causa estranheza aos leitores do hemisfério sul, visto que, no hemisfério norte, abril marca o início da primavera. A celebração da primavera é um tema clássico, notório em “Os Contos da Cantuária”, poema medieval de Geoffrey Chaucer, que se inicia de forma oposta: “Abril é o mais doce dos meses”. Eliot, propositalmente, inverte essa lógica. No universo do poema, a terra (e o propósito do seu renascimento) seguindo adiante ao futuro é um destino doloroso. Mais desejável é a permanência no inverno, imóveis, pois se termos que nos mover, saiba – futuro não cumpre suas boas promessas.

Ao longo do poema, intertextualidades literárias europeias, da Antiguidade Clássica a Baudelaire, são descritas de modo a conotar uma cultura europeia imbuída de barbárie há séculos. O poema “exorciza” essas camadas de tempo e de espaço, escrevendo uma quinta e última parte ainda mais apocalíptica. Em “O que disse o trovão” a paisagem é desértica. Há uma caminhada pelo deserto com sons longínquos que anunciam chuva, ou o trovão. Multidões

caminham entre "cidades que caem", "cidades que ruíram": Jerusalém, Atenas, Londres. Então, o trovão soa sobre o Rio Ganges e profere uma palavra em sânscrito: "Da". Essa é a raiz sânscrita do verbo "dar" e aparece de três maneiras no próprio poema: *Datta* (dar): o ato de se entregar, "dar tudo o que se é"; *Dayadhvam* (ter compaixão): deixar de se trancar em si mesmo, "com a própria chave"; *Damyata* (ter autocontrole): o controle de si, "como quem controla um barco no mar". O trovão profere Da.

O final quase bíblico é composto por línguas diversas, citações justapostas, um verdadeiro enlouquecimento polifônico. A última frase entoada é um canto e mantra sânscrito: "*Shantih, shantih, shantih*". *Shantih* significa "a paz que ultrapassa todo o entendimento". Eliot implora por uma paz profunda; quiçá, por uma paz irracional, ou seja, uma forma de paz incompreensível pelo mesmo projeto iluminista que (des)construiu a Europa. Diante desta terra devastada, é possível encontrar sentido de vida?

A Londrina de *Terra vermelha* (Pellegrini, 1998) busca responder essa questão. José conhece Sebastiana em uma colheita de cana (Pellegrini, 1998, p. 32) em Rafard, cidade do interior de São Paulo. Ambos cortavam as "folhas afiadas como navalhas, com penugem de espinhos miudinhos" (id, ibid., p. 32-33), quando Sebastiana "começou a escolher, para cortar, as ruas de cana onde também podia espiar aquele que diziam o melhor cortador de Rafard [...] Achando que estava morena de sol, ele nem percebeu que ela era mulata" (id, ibid., p. 33).

José é descendente de italiano e Sebastiana descendente de mineiros mulatos; ele é de Rafard, ela de Capivari

Rafard era distrito novo de Capivari, que já tinha meio século e se orgulhava de ser Terra de Poetas, como diziam os capivarianos, paulistas por mercê de Deus, como dizia o brasão municipal de uma terrinha de gente metida a besta, como diziam em Rafard. No começo, Capivari tinha sido pouso de tropeiros que arranchavam numa curva do rio chamado Capivari, porque ali nos barreiros viviam então [um] bandos de capivaras. Quando a última capivara virou churrasco, o lugar também já era chamado Capivari e foi virando povoado. Rafard se chamava o francês que abriu fazenda de cana depois do rio [...] de modo que Rafard já nasceria diferente de Capivari. (id, ibid., p. 36)

Rafard e Capivari ficaram "tão vizinhas que de uma se avistava os telhados da outra, enquanto rafardenses e capivarianos não se olhavam nos olhos" (id, ibid., p. 38). Dois povos inimigos, um distrito troiano que pertence a Grécia, cuja rixa sempre diriam que começou no futebol (id, ibid.). Se "Capivari abria uma sorveteria com dez sabores, Rafard abria outra com doze; se Capivari fundava a Sociedade Cultural Recreativa, Rafard fundava a Liga Artística Operária [...] cada cidadezinha com seu coreto" (id, ibid., p. 37). O único motivo de, por acaso, capivarianos atravessarem o ribeirão, era porque "Rafard crescia depressa; cresciam os

canaviais da Usina passando a empregar gente também de Capivari”. Assim, essa Helena às avessas que é Sebastiana, do pequeno distrito de Capivari, apaixonou-se por um italiano na colônia francesa de Rafard. Ele, também, por ela. O desastre estava anunciado: “ele tinha deixado melancia refrescando num poço do riacho, e muito tempo depois ela diria que Eva deu maçã a Adão, e ele deu a ela melancia” (id, *ibid.*, p. 33).

Eis a épica guerra entre duas nações do interior paulista que, tão gloriosas e sublimes, compartilhavam uma única sala de cinema (id, *ibid.*, p. 38). A primeira miscigenação, de qualquer forma, entre Rafard e Capivari, fundará e destinará a organização geral da *pólis* vermelha. Pois, depois do casamento, quando José e Sebastiana migram ao norte paranaense, o polo masculino se torna vendedor de lotes da terra vermelha, o polo feminino se torna dona da principal pensão da cidade. Ele distribui as terras, ela gerencia os recém-chegados. Londrina é filha da miscigenação: os povos, inimigos, acolhem os estrangeiros mutuamente.

A união entre nações inimigas regenera a possibilidade de aliança cultural devastada do início da vigésima modernidade, sugerindo os contornos que espiralam ao cruel abril de “Terras devastadas” (Eliot; Junqueira, 1981). No poema, o sentimento de frustração é constante, “pois todas as possibilidades de regeneração da terra desolada através da primavera, do amor, da religião, da água, e do sexo mostram-se infrutíferas” (Deschamps, 2023, p. 53). Ainda, se o poema é sobre “a crise da consciência ocidental após a Primeira Guerra Mundial, sobretudo a consciência anglo-americana, também é razoável afirmar que se trata de uma obra sobre a crise ocidental contemporânea ao autor” (Hiraiwa, 2023, p. 355). Nesta crise ocidental, há uma geração traumatizada pelo conflito, disposta a não se envolver nesse tipo de conflito outra vez e, ainda assim, que tomou “o conflito como elemento formativo positivo” (id, *ibid.*, p. 366), resultando em “personagens que viriam a engrossar as fileiras da extrema-direita durante as duas décadas posteriores” (id, *ibid.*). A “geração devastada pelo conflito, emocionalmente e por vezes fisicamente debilitada”, “solitária e frustrada”, ainda acolhe o conflito como organizador nacional significativo.

O “conflito como elemento formativo” de uma nação, essa crise de ordem política e moral ocidental, é solucionada pelo mito mineiro de Sebastiana, que demonstra a paixão “em um punhado de Terra vermelha”, assoprando-a ao longo de um romance. Sebastiana não deixará a terra vermelha ser devastada pela Grande Crise, protegendo a Pequena Londres da lógica ocidental nociva quando, por exemplo, durante a segunda guerra mundial, um delegado mandaria Sebastiana retirar as bandeiras da Alemanha, Japão e Itália da parede da pensão,

Ela disse que de jeito nenhum. Contou que, quando chegaram, Londrina ainda não tinha bandeira, então tinha botado na parede aquelas, muito antes de

começar a guerra. De qualquer modo, a da Inglaterra não podia tirar, porque a Companhia era de lá, ia parecer desfeita. As do Japão, da Alemanha e da Itália também não podia tirar, eram as três maiores colônias de Londrina.

– Mas estão em guerra com o Brasil, dona.<sup>24</sup>

– Aqui não. (Pellegrini, 1998, p. 278).

Dias depois, quando o delegado “vermelho de raiva mandou um soldado tirar as bandeiras” (id, ibid., p. 279), “ela foi batendo de quarto em quarto, pedia desculpas, avisava que a hospedaria não ia mais servir refeições” [...] “Peões chegavam em grupo e ficavam inconformados de não achar a tão falada comida da Hospedaria Pioneira.” (id, ibid). Sebastiana sai vitoriosa quando, “perto do natal de 43, um soldado chegaria devolvendo as bandeiras; então começariam a chegar da cidade e dos sítios bandeiras de todo tipo e tamanho, de tantos países, de pano, ou papel [...]”. Por fim, “Sempre alguém perguntava de onde vinham tantas bandeiras, o menino maior explicava: – Minha mãe ganhou na guerra.” (id, ibid., p. 280). O subcapítulo termina com um poema: “*Ter sempre quente a chaleira / receber bem todo mundo / esta é a minha bandeira*” (id, ibid). O próximo capítulo, cinco páginas depois, inicia: “*O povo unido/ jamais será vencido*” (id, ibid., p. 285).

Já em 1945, José e Sebastiana recebem carta de um amigo longínquo, Jeffrey, afirmando:

*Quando começou a guerra, pensei meu Deus, aqueles alemães, italianos e japoneses por lá, que será deles, que será que vão fazer, sabendo que o Brasil está em guerra com seus países. Sempre que lia um jornal, esperava encontrar notícia ruim daí. Fiquei orgulhoso de saber que na terra-vermelha não correu sangue, a paz venceu a guerra.* (id, ibid., p. 287, itálicos do autor)

Curiosamente, Jeffrey refere-se à terra vermelha como “fim do mundo” em “*Quando aceitei ir para esse fim de mundo [...]*” (id, ibid). Há dois “fins do mundo” entre o poema e o romance: o maligno em “Terras devastadas” (Eliot; Junqueira, 1981), o fim do mundo literal, crise ocidental; o benigno em *Terra vermelha* (Pellegrini, 1998), o fim do mundo figurativo, a regeneração ocidental, abrindo portas para a criação de um novo mundo a partir do fim (vazio demográfico) do mundo. Nesse sentido, Londrina é a Terra vazia sobre qual constroem a edênica Terra vermelha que uma lógica cultural e europeia do tempo – chamada desenvolvimento – transformará em Terra devastada.

Em conclusão, a primeira antinomia entre as duas terras está pautada: Londres como terra do medo, devastação e barbárie e Londrina, sua filha, como terra da paixão, florescimento e união entre povos. Resta, então, a pergunta: como filha de Londres, a Pequena Londres herda

<sup>24</sup> Na reedição de 2013, pela editora Leya, lê-se simplesmente “Mas estão em guerra, dona” (Pellegrini, 2013, p. 216)

o pecado original de Londres? Herda qualquer uma de suas barbáries civilizatórias? O subcapítulo abaixo busca apresentar a visão mitológica de Pellegrini sobre isso.

### 2.2.2 O Éden sem sangue;

A única forma de o mito de Sebastiana (por conseguinte, da terra vermelha) ser o oásis utópico que desconcerta a distopia ocidental é se o vermelho da Terra não for de sangue. O fim do mundo benigno (figuração do “vazio demográfico”), que construirá o início de um novo mundo, é talvez o maior dos mitos da construção de Londrina. Há um mal-estar no imaginário londrinense de que não havia aldeias indígenas durante a colonização das terras, portanto nenhum massacre. Tal narrativa foi encarnada no romance pela primeira vez na voz do narrador em 3ª pessoa (onisciente, onipresente) durante o segundo capítulo (Pellegrini, 1998, p. 114, negritos meus):

No hospital, o neto conta que o Nonno contava que Londrina, no começo, era uma Babel [...] gente de trinta países dando as costas ao oceano e ao passado, quando cruzavam o Tibagi de balsa, numa travessia para uma terra **onde só tinham vivido índios três séculos antes**.

Depois, na mesma carta de Jeofrey, mencionada acima (Pellegrini, 1998, p. 287, negritos meus):

Quando aceitei ir para esse fim de mundo, como diziam na época, eu queria ser herói, pensava que ia enfrentar índios e perigos numa floresta brava. Qual não foi minha surpresa **ao ver que os índios já tinham sido mortos há séculos pelos bandeirantes paulistas** [...]

Ainda uma menção a luta contra os bandeirantes durante um episódio de acampamento escolar (Pellegrini, 1998, p. 318):

Acamparam ali ao pé do Salto do Apucarantina [...] o professor conversava com alguns índios, alguns pelados, só com penas e tanga de palmeiras, outros de calções e camisetas. Eram da reserva ali perto, disse João, e o professor conversava com eles folheando um dicionário tupi-guarani. Quando os índios se foram, depois de trocar peixes por sal, o professor contou que eram os últimos da raça caingangue, seus antepassados tinham lutado com os portugueses e os bandeirantes e quase todos tinham morrido.

- Esses são o que restou, decerto filhos dos que não lutaram.
- Portugal descobriu o Brasil, professoire, não pra matar índio.
- Mas mataram.

Curiosa é a presença indígena em plena diegese quando “só tinham vivido índios três séculos antes” (id, *ibid.*, p. 114). Que flexibilidade em interpretar o significado de “presença indígena” em relação ao “vazio demográfico”, como se a quantidade significasse a presença,

ou, uma vez realocados à reserva de Salto de Apucarantina, a circunferência londrinense respira em paz.

Por que importam os indígenas aos colonizadores? Não seria mais conveniente, friamente, ignorá-los na Grande Narrativa Londrinense? O começo de um novo mundo a partir do fim do mundo, neste caso, precisou ser regida pela nova diplomacia cultural e política pós-guerra e pós-ditadura. Ignorar povos originários já não era uma solução plausível, uma vez que foi o seu des-silenciamento um dos motivos da crise do Ocidente. Pois o Ocidente já não se via mais civilizatório; antes, era o próprio bárbaro que, uma vez, jurou caçar e destruir.

Do que se trata a narrativa do Ocidente? De acordo com sociólogo Tomazi (1997, p. 65), há uma

determinada concepção de história que parte do pressuposto que a história da Humanidade tem uma linha direta com o modo de vida burguês e, portanto, a história inicia-se no momento em que se inicia a estruturação burguesa da sociedade européia, e que tudo o que aconteceu anteriormente só possui sentido se existe alguma ligação com aquela sociedade.

Assim, o estudo de civilizações egípcias, mesopotâmicas, gregas ou romanas, é digno de sentido na medida em que, como *prequels* da obra principal, apresentam elementos fundamentais da sociedade sobre qual se gravita, isso é, a sociedade burguesa contemporânea (id, *ibid*). A história do Ocidente se torna uma narrativa da trajetória das nações e dos povos que atuaram como agentes civilizadores, em direção aos outros povos que não conheciam a graça da civilização (id, *ibid*). A mesma narrativa à luz de “Terras devastadas” (Eliot; Junqueira, 1981) e sua tese da barbárie histórica carrega uma espécie de fantasma jamais reconhecido. É, no mais, presença que se faz sentir: “Quem é o outro que sempre anda a teu lado?/ Quando somo, somos dois apenas, lado a lado/ Mas se ergo os olhos e diviso a branca estrada/ Há sempre um outro que a teu lado vaga” (Eliot; Junqueira 1981, p. 103). Uma terceira pessoa incapaz de ser encarnada ou somada de fato, pois alguns povos “só entravam na narrativa Ocidental assim que a Europa os colonizava, até então ‘tinham um passado, mas não tinham história’<sup>25</sup> (Tomazi, 1997, p. 65).

Inicialmente, os povos indígenas pouco interessavam à narrativa do Ocidente. Sendo a antítese da sociedade burguesa capitalista (id, *ibid.*, p. 72), não germinavam os elementos principais da sociedade em torno da qual deve gravitar a “História”. A sociedade burguesa visa lucro e acumulação, a sociedade indígena, o homem e sua realização (id, *ibid*), “nesse sentido,

---

<sup>25</sup> A frase é creditada a Frantz Fanon, encontrada em FERRO, Marc. **A história vigiada**. São Paulo: Martins Fontes, 1989.

a sociedade burguesa não podia, como não pode até hoje, aceitar essa realidade” (id, *ibid*). Desdenha tanto dessa realidade, o burguês, ao ponto que Krenak (1992, p. 203) começou a duvidar que a tradição e memória do seu povo pudesse “subsistir num mundo dominado pela tecnologia pesada, concreta”. E – continua o autor – “talvez fosse um povo como a folha que cai”, pois seus costumes viviam sujeitos num mundo prático, onde

um homem olha uma montanha e calcula quantos milhões de toneladas de cassiterita, bauxita, ouro ali pode ter. Enquanto meu pai, meu avô, meus primos, olham aquela montanha e vêem o humor da montanha e vêem se ela está triste, feliz ou ameaçadora, e fazem cerimônia para a montanha, cantam para ela, cantam para o rio... mas o cientista olha o rio e calcula quantos megawatts ele vai produzir construindo uma hidrelétrica, uma barragem [...] Ali não tem música, a montanha não tem humor, e o rio não tem nome. É tudo coisa. Essa mesma cultura, essa mesma tradição, que transforma a natureza em coisa, ela transforma os eventos em datas, tem antes e depois. Data tudo, tem velho e tem novo. Velho geralmente é algo que você joga fora, descarta, o novo é algo que você explora, usa (Krenak, 1992, p. 203).

Ailton Krenak, do povo Krenak, não deve ser confundido com o povo Kaingang/Caingangue, que ocupava as matas regionais entre os rios Ivaí, Paranapanema e Tibagi, região sobre qual Londrina hoje se assenta. Ainda assim, a fala de Krenak serve para pensar a dimensão do choque cultural de um povo ante a colonização branca e, porque, historicamente, a burguesia os rejeita. Ou, como

Bradava na Câmara o deputado Azevedo Lima: “... esses selvagens brasileiros não aceitam a cultura que lhes queremos proporcionar: fogem dos civilizados, não se incorporam ao nosso meio, têm, enfim, todos os defeitos de uma raça inferior” (Joffily, 1985, p. 103).

A fala é originada durante uma sessão no Congresso Nacional, datada de 27 de dezembro de 1981, discutindo verbas “suntuosas” de proteção ao indígena. A situação dos povos indígenas era crítica frente ao avanço da Modernidade no início do século XX (Trinidad, 2021, p. 7). Sob o discurso da Ordem e do Progresso e do Desenvolvimento, “eles representavam um primitivismo inocente e bucólico, um Brasil primordial” (id, *ibid*) e, em seguida eram “massacrados pelos elementos mais obscuros do progresso: a ganância, o individualismo, o desenvolvimentismo e a exploração cruel dos pobres e indefesos” (id, *ibid*).

Não que os Caingangues fossem tão indefesos; seu povo é conhecimento nacionalmente por sua resistência, assustando inclusive povos rivais. Frequentes relatos de conflitos entre Caingangues e homens brancos em sua frente colonizadora foram publicados em jornais locais;

Esse quadro de tensões e conflitos torna-se cada vez mais agudo à medida em que as frentes de ocupação nacionais vão se interiorizando. A questão indígena volta a ser uma preocupação para governantes e empresários porque impedia o avanço da expansão colonizatória, agora com características novas,

conhecida pelos cientistas sociais como **frentes pioneiras** ou pioneirismo, conforme define Martins (1975). A criação da SPIC se deve principalmente à resistência Kaigáng nos Estados de São Paulo e Paraná (Tommasino, 1995, p. 133, negritos da autora).

De acordo com o Instituto Socioambiental (ISA, 2018)<sup>26</sup>, reconhecido como Organização da Sociedade Civil de Interesse Público (OSCIP), título fornecido pelo Ministério da Justiça do Brasil, diversas

frentes de expansão para o interior, ao longo de todo o país, faziam a guerra contra os nativos. Em meados de 1907, as disputas no interior chegaram às capitais e ao cenário internacional em tom de acirrada polêmica. O então diretor do Museu Paulista, von Ihering, defendia o extermínio dos índios que resistissem ao avanço da civilização, promovendo grande revolta em diversos setores da sociedade civil. Em 1908, o Brasil fora publicamente acusado de massacre aos índios no XVI Congresso dos Americanistas ocorrido em Viena

No contexto de abalo da imagem pública, em 1910, deu-se origem ao Serviço de Proteção aos Índios e Localização de Trabalhadores Nacionais (SPI/SPILTN), cuja premissa visava a proteção e integração dos índios à nova realidade brasileira, a partir da fundação de colônias agrícolas [postos] que se utilizariam da mão-de-obra encontrada pelas expedições oficiais. Assim, “o ‘Índio’ era um ser em estado transitório. Seu destino seria tornar-se trabalhador rural ou proletário urbano” (ISA, 2018). Em 1918, a Localização de Trabalhadores Nacionais e o Serviço de Proteção aos Índios passaram, cada um, a constituir um órgão próprio.

Na contemporaneidade, sublinha-se a premissa positivista da SPI/SPILTN, “o índio como seres humanos atrasados que deveriam ser ajudados, sob um regime tutelar, a progredir para, assim, poder se integrar e produzir economicamente dentro da comunidade nacional.” (Trinidade, 2021, p. 8). Já no contexto do século XX, “os indigenistas do SPI eram vistos como missionários do lado bondoso da civilização, prontos para redimir os pecados da Modernidade” (id, *ibid*). Com a função da SPI/SPILTN, o cuidado ao indígena passou a ser da responsabilidade do Estado, e não das instituições religiosas do período colonial, o que representou redirecionamento econômico governamental para gerenciar e integrar uma nova cidadania. A quem agradou o novo bater dos sinos?

A fala do deputado Azevedo Lima, em 1981, surge no contexto da “transição” do excluído à nova personagem brasileira sub tutela do Estado, sob a sombra das investidas religiosas para civilizar o indígena. Em seguida, o então diretor inteirinho do Serviço de

---

<sup>26</sup> Disponível em:

<[https://pib.socioambiental.org/pt/Servi%C3%A7o\\_de\\_Prote%C3%A7%C3%A3o\\_aos\\_%C3%8Dndios\\_\(SPI\)](https://pib.socioambiental.org/pt/Servi%C3%A7o_de_Prote%C3%A7%C3%A3o_aos_%C3%8Dndios_(SPI))>  
Acesso 29 nov 2025

Proteção ao Índio (SPI), L. B. Horta Barboza, em janeiro de 1923, apresenta ao então Ministro da Agricultura, Indústria e Commercio, Sr. Dr. Miguel Calmon Du Pin e Almeida, uma exposição de 101 páginas intitulada *Pelo índio e pela sua protecção official* (1923), discutindo a fala do deputado e apresentando um longo relatório dos principais trabalhos realizados pela SPI até então. Uma segunda edição do mesmo documento, com nova ortografia, foi publicada em 1947. De acordo com o documento (Barbosa, 1947, p. 53-54, itálicos do autor), dissera o deputado:

“Porque nos obrigam [...] a votar aquela verba *suntuária* que se repete anualmente, destinada ao serviço de protecção aos índios?

[...]

Como obra *suntuária* êle aí está para mostrar que o Brasil, à beira da bancarrota, ainda tem recursos para *catequizar* indígenas incultos.

[...]

Êsse serviço conta com verbas *tão faustosas* que chegam a causar-nos irritação nesta época de verdadeira penúria.

Não tenhamos, por espírito de *nacionalismo piegas e incompreensível* a veleidade de explicar à nação que é preciso proteger o selvagem porque êle é útil à nossa cultura e necessário *às conveniências nacionais*.

A história brasileira não apresenta, desde que resolvemos despir os índios das falsas vestes que os poetas lhe hajam emprestado, *um exemplo sequer* de selvícola que houvesse contribuído para o nosso progresso.

Os antropologistas nos mostram que povos avessos à civilização, ao invés de serem socorridos pelos poderes públicos, devem ser calculada e friamente deixados aos seus próprios destinos.

Diante da fala – representativa de todos os inimigos da SPI<sup>27</sup> – era necessário demonstrar a função da SPI para o progresso brasileiro. Assim, um dúbio papel surge do órgão. Por um lado, demonstrar sua força civilizatória pacífica. Por outro, reconhecer dezenas de habitações indígenas e suas tentativas de sobrevivência. Assim, já em 1910, de Minas Gerais à São Paulo ao Paraná, a SPI reconhece a habitação da

“tribo guerreira dos Caingangues. Êsses índios, sob o nome de Coroados, infundiam tão grande terror que, em 1910, ao se fundar o Serviço de Protecção, o Ministro da Viação sustentava, em reuniões ministeriais, presididas pelo Presidente da República, que o govêrno tinha de escolher entre a alternativa de enviar **uma grande fôrça do exército para os bater e exterminar ou consentir na proposta da emprêsa construtora de suspender as obras de que se achava encarregada**” (Barbosa, 1947, p. 8-9, negritos meus).

Em seguida, o documento celebra o “grande triunfo” da pacificação da SPI, que levou a construção “terminar-se sem nenhuma das perturbações que o govêrno do Estado esperava da

---

<sup>27</sup> “[...] há que se reconhecer que, desde o início, o SPI tinha grandes inimigos. De políticos e intelectuais contrários à preservação dos povos indígenas, até missionários religiosos, especialmente católicos, que viram ameaçado seu monopólio secular na regulamentação da fronteira interétnica e na missão de “pacificar” e atrair os povos indígenas.” (Trinidad, 2021, p. 11)

parte dos Caingangues” (Barbosa, 1947, p. 9-10). Ou ainda, “Como êstes, podem ser citados outros insígnos serviços prestados à pacificação de vastas regiões do país [...] a dos Caingangue do rio Laranjinha, no Paraná” (id, *ibid.*, p. 10), justo os Caingangues que, “durante tanto tempo, sob o nome de *coroados*, foram tidos como gente feroz, inadaptável ao nosso convívio” (id, *ibid.*, p. 24).

O documento oficial já serviria para contestar a afirmação da extinção de indígenas “três séculos antes” de Pellegrini. Outros documentos ampliam o horizonte de contatos entre os primeiros colonizadores de Londrina e os indígenas Caingangues. Lévi-Strauss (1957), em sua famosa excursão ao Brasil, dedica um capítulo à “Zona Pioneira” (1957, p. 121-128) Norte do Paraná, em qual menciona “restos de populações indígenas ainda próximos dos centros civilizados” (Lévi-Strauss; Martins, 1957, p. 121). Pierre Monbeig (1908-1987), geógrafo francês e professor da USP, também confirma a presença de indígenas no final da década de 1930 “na floresta, além de Apucarana” (*apud* Mota, 2008, p. 108). Kimiye Tommasino, professora aposentada pela UEL, expõe a longa resistência dos Caingangues na bacia do Tibagi (1995) durante o século XX, assim como Mota (2008) esclarece a vivência Caingangue durante o século XIX.

Se a documentação de servidores públicos e cientistas sociais não servem o propósito da consideração, redigo aqui o relato do engenheiro Gordon Fox Rule, funcionário da Companhia de Terras Norte do Paraná, publicado no próprio livro da Companhia (1975, p. 86):

Certa vez paramos na estrada para encher de água o radiador de nosso fordeco e de repente ouvimos de todos os lados, vindo da mata, o som de paus batendo nas arvores. Eram os índios que então existiam nos arredores do que viria a ser a progressista Londrina de hoje. Isso foi em 1930. Lembro-me bem que todos queriam correr, mas eu os acalmei e disse que fizessem tudo com naturalidade. Ouvimos os índios mas não podíamos vê-los. Pouco a pouco nos aproximamos do automóvel, sempre ao som das batidas nas arvores, enchemos de água o radiador e zarpamos a toda velocidade

A CTNP não apenas reconhece a presença de indígenas, como ex-funcionários da Companhia esclarecem que a empresa ativamente atuou na “limpeza” demográfica da região (Tommasino, 1995, p. 80; p. 136-144), separando família indígenas entre postos de aldeamento da SPI, articulando com o próprio Serviço, durante 1930, a pacificação dos “Coroados bravos” (id, *ibid.*, p. 142-144). Ainda haveria, patrocinada pela própria CTNP, uma expedição composta por funcionários do SPI – José Candido Teixeira e João Serrano – e da Companhia, Júlio Brito, um “amansador de bugre”. Os grupos de Caingangues que aceitaram o aldeamento foram transferidos para dois postos diferentes da SPI; grupos que não aceitaram o aldeamento, fugiram para o mato ou foram para o Amazonas (Tommasino, 1995, p. 145). Chama atenção que

mesmo com a cidade de Londrina já em seus primeiros passos, os ingleses ainda estão cuidando dos indígenas em seu território, inclusive contratando um “amansador” de índios. Na década de 1930, juntamente com o SPI, buscavam livrar as terras para colonização na tentativa de aldear os “coroados bravos” que viviam ainda na região do rio Laranjinha e que não aceitavam o contato com os brancos, pois “Num queriam ser animal dos branco [...]” (Ferraz, 2013, p. 149)

A CTNP tinha claro conhecimento dos indígenas; por que, então, Pellegrini rejeita sua presença em pleno século XX? Pois a Terra vermelha, como plano político de cicatrização do Ocidente, não poderia lidar com a exclusão dos indígenas nesta Babel. Não poderia reconhecer a devastação da terra para construção da edênica Torre cosmopolita, não poderia perguntar o nome da terceira presença a caminhar sempre ao teu lado. Salvo o brasileiro que já era fruto da colonização (o mineiro, o paulista), trinta países estavam presentes em Londrina de acordo com Pellegrini – menos o nativo Brasil. Faz assim, de Londrina, uma Éden cujo fruto proibido, que faz abrir os olhos, é a própria história indígena.

“*Por que prestar atenção na história indígena?*”, em uma narrativa que poderia ignorá-la, é uma questão cujos estudos literários teria repertório para explorar pelos próprios recursos; ainda assim, a emergente popularidade acerca de um tema social, cultural, filosófico e econômico, faz-me querer realocar a questão sobre outro prisma, *a priori*, não literário. *A priori*: pois sendo a própria literatura um discurso refratário de outros discursos, e potencialmente operacional dos mesmos, não há palavra na História que não seja em última instância uma questão feita pela literatura ou uma questão à literatura. “Em quais histórias prestar atenção” pode ser pensado, neste sentido, pela Economia da atenção, que será discutida brevemente no capítulo 5.

Por fim, vale retomar à questão central proposta no último subcapítulo: a Pequena Londres herda a barbárie civilizatória da mãe inglesa? A resposta é evidente ao longo da discussão: houve um (quase) completo apagamento, salvo passagens em qual o indígena aparece periféricamente, como um colega que, por acaso, fez-se durante uma viagem, e do qual nunca mais se ouvirá falar após o fim do turismo. O que chama a atenção é a *figuração* do indígena no romance: ele precisou ser equacionado nesta narrativa de colonização devido ao histórico do termo no Brasil; uma História, argumenta *Terra vermelha* (Pellegrini, 1998), do qual Londrina se esquivou.

Não havendo assassinato na formação de Londrina, está livre da mancha de Caim. Este é o próximo elemento mítico que a separa da terra de Eliot: uma cidade que se proclama, pelo signo da Sebastiana, uma inocente filósofa que jamais poderia conhecer a barbárie, a maldade.

### 2.2.3 Sebastiana como Abel, terra vermelha como filosofia

Londres é o epíteto do desespero e da inércia no poema de Eliot:

Cidade irreal,  
Sob a fulva neblina de uma aurora de inverno,  
Fluía a multidão pela ponte de Londres, eram tantos,  
Jamais pensei que a morte a tantos destruíra.  
Breves e entrecortados, os suspiros exalavam,  
E cada homem fincava o olhar diante de seus pés.  
Galgava a colina e percorria a King William Street,  
Até onde Saint Mary Woolnoth marcava as horas  
Com um dobre surdo ao fim da nona badalada. (Eliot; Junqueira, 1981, p. 91)

Em uma nota escrita por John Hayward para a edição francesa do poema, traduzida por Pierre Leyris e adicionada à versão brasileira (Eliot; Junqueira, 1981, p. 251-2, *itálicos do autor*), lê-se:

Aqueles que viveram sem louvor nem desdouro, sem esperança de morte, os infelizes que jamais estiveram vivos. A multidão é a massa de usuários da ferrovia que se dispersam na antiga Londres, procedentes dos subúrbios situados ao sul do Tâmsa: negociantes, empregados, funcionários públicos, datilógrafos etc. A King William Street é a rua que liga o setor setentrional da Ponde de Londres ao centro da zona antiga da cidade. Trata-se de uma cena típica da pressa matinal londrina. Os trabalhadores da antiga Londres devem chegar a seus escritórios às 9 horas, daí à alusão à nona badalada de Saint Mary Woolnoth.

Há dois contornos, de potências contrárias, que constroem o poema de Eliot, sintetizadas em duas imagens do seu poema: a quantidade (multidão) e a diversidade (Babel). Das duas em um perigoso contato surge o “feixe de imagens fraturadas, batidas pelo sol” (Eliot; Junqueira, 1981, p. 89), verso frequentemente usado para exemplificar a fragmentação, desolação e carma devastador do Ocidente no poema. A pilha de imagens fragmentadas, banhada pelo sol, vincula-se a uma poética da cidade ou da metrópole (Camargo, 2008, p. 192), poética cuja origem pode ser analisada à luz da construção da torre de Babel pela linhagem do fratricida Caim (id, *ibid*), assinalando o discurso da cidade originada da Queda do Homem.

A noção da construção da primeira cidade por Caim é discutida em *Cain: Or, the metaphorical construction of cities* (Bruns, 1987), publicado no periódico de cultura, política e literatura *Salmagundi*. Se há uma noção teórica da cidade enquanto *pólis*, de origem grega, cujo princípio é uma organização metódica e estruturada das ideias e do povo, por outro lado a edificação da cidade guarda a metáfora do nômade, do anonimato, do fugitivo, do exílio; sugere que devemos deixar de lado, por um segundo, o estudo de Platão ou Aristóteles para pensar a cidade pelo mito de Caim e Abel (Bruns, 1987, p. 74). Em Gênesis 4, Caim assassina Abel e é

amaldiçoado a ser errante e fugitivo. Adicionalmente, Deus lhe assombra: “quando tu cultivares a terra, ela não dará mais força”. Caim, então, antecipa: “todo aquele que me encontrar tentará me matar”, sendo submetido à própria ordem das coisas que criou. Uma lei, no mínimo, de plano metafísico-espiritual. “E Caim saiu da presença do Senhor, e habitou na terra de Node, ao leste do Éden. E Caim conheceu sua mulher, e ela concebeu, e teve Enoque; e ele edificou uma cidade, e chamou o nome da cidade de Enoque”. Sob essa lente, a cidade

está enraizada na ideia de banimento do solo, da destruição do lar, de ser o excluído do assentamento, de ser marcado para a vida, ou seja, ser o homem marcado ou o fugitivo. Nas entranhas da cidade sobre a qual se acredita que Theseus (e sua Lei) preside, há uma figura do andarilho. Imagine uma cidade construída não apenas pela razão, mas também pelo ceticismo. Abaixo da pólis há o labirinto onde a razão se transforma em arдил. (Bruns, 1987, p. 74).

Fílon de Alexandria, filósofo do período helenista, lê a história de Caim e Abel como uma alegoria do desejo sobre a razão, do poder contra sabedoria; em última instância, da retórica sobre a filosofia (id, ibid., p. 75). Caim é a figura da retórica, isto é, “aquele que busca maestria e controle de qualquer situação pelo mecanismo do discurso ardiloso” (id, ibid). Abel, em contraste, é a figura de um filósofo cuja língua jamais aprendera as artes do discurso e “conhece a beleza e nobreza apenas com sua mente; ele é sábio e, ao mesmo tempo, presa fácil do discurso ambíguo (id, ibid). A falta de eloquência de Abel o deixa sem defesas contra as artimanhas de Caim (“E Caim **falou** com Abel, seu irmão; e aconteceu que, quando estavam no campo, Caim se levantou contra Abel”, Gênesis 4:8, negritos meus). Fílon de Alexandria enxerga Caim como primeiro filho de Protágoras, sofista para quem o “homem é a medida de todas as coisas”, que vagueia de cidade a cidade, “seduzindo homens jovens para libertinagem, o desgoverno, a morte prematura” (id, ibid).

Concluí Bruns (1987, p. 75-6) que pensar a fundação da cidade a partir da sabedoria (pólis, república) ou a partir do assassinato e do discurso ardiloso (Caim) é a diferença fundamental. Ou seja, a cidade como organização dos sábios ou dos encantadores-enganadores, uma via organizada de instituições governamentais ou um labirinto em qual o poder emana, incontrolável, em direções imprevisíveis; eis

a cidade como lugar de violência, luta, ruptura e crise, ou seja, uma espécie de sistema que se autodestrói, no qual tudo é permitido e nada permanece no lugar. A diferença reside [...] entre o monólogo e o diálogo, ou (para usar uma expressão de Mikhail Bakhtin) entre a "linguagem unitária", na qual tudo é lúcido e coerente, e a "heteroglossia dialógica", na qual tudo se cruza e se confunde. (id, ibid).

Uma cidade cuja fundação é uma heteroglossia labiríntica, de um Estado sofista, é a imagem ideal para conceber a primeira e mais alta torre: Babel, responsável pela ruína da unidade linguística dos homens. Assim, a ortodoxia cristã aponta para constituição da cidade, “à leste do Éden”, à leste da Queda, à leste de Deus, e à leste *do cânone da linguagem unitária*, humanidade-divindade. Caim, de fato, foi retirado da presença e segurança do Senhor pós o assassinato e, sendo fugitivo, vigiando pelos ombros a própria segurança, herda, senão, a nostalgia e memória da eternidade e da linguagem unitária dos pais, Adão e Eva. A leste do Éden, olha o jardim e o deseja. Propõe criar para si sua segurança e um pretense sonho de descanso ou eternidade. Acontece que o fratricida Caim não pode, senão, erguer uma cidade de heteroglossia metafísica e relativa, cujo poder emana, incontrolável, dando início a histórica barbárie que culmina nas terras devastadas, desoladas, inúteis, de Eliot.

Adão e Eva tentaram *enxergar* como Deus. Caim tentou *planejar e criar* como Deus. Como uma alegoria *à lá* Prometeu, no qual humanos buscam se tornar deuses eles próprios, Schulman (1986, p. 224-6) reinterpreta a conversa de Caim com Deus (linguagem unitária) em uma conversa de si com “seu deus interior” (heteroglossia), resultando na percepção de que

o fratricídio de Caim é uma rebelião contra o que há de melhor nele, o que implica a capacidade de fazer alianças. Ao perguntar ao deus interior: "Sou eu o guardião do meu irmão?", Caim afirma que não tem irmão nem igual, talvez seja um deus (ou uma besta) que não precisa viver na cidade. Por ter se isolado ao matar Abel e negar a reciprocidade, seu deus interior o expulsa de casa, como se, em sua culpa, Caim se sentisse compelido a levar adiante (ou descobrir) a verdade por trás de seus atos [...] Caim é agora (ou sempre foi, com sua ferida e ressentimento?) um *homem marginal*: ele vaga entre mundos porque nenhum lugar, lá fora, é (ainda) um lar.

Não surpreende que o pessimismo e moralismo cristão dominem o imaginário de Eliot, o próprio autor um cristão assumido. Ademais, Eliot segue uma tradição de poética da metrópole ensejada por Baudelaire. Entre os versos 60 a 76 do poema, logo após a descrição da “Cidade irreal” de Londres, o eu-lírico encontra

[...] alguém que conhecia, e o fiz parar, aos gritos: “Steton,  
Tu que estivesse comigo nas galeras de Mylae!  
O cadáver que plantaste ano passado em teu jardim  
Já começou a brotar? Dará flores este ano?  
Ou foi a imprevista geada que o perturbou em seu leito?  
Conserva o Cão à distância, esse amigo do homem,  
Ou ele virá com suas unhas outra vez desenterrá-lo!  
Tu! Hypocrite lecteur – mon semblable – mon frère!” (Eliot; Junqueira, 1981, p. 91)

O último verso é extraído do poema “Ao leitor”, introdução de *As Flores do Mal* de Charles Baudelaire (Baudelaire; Guimarães, 2019, p. 32), onde se lê:

Há um mais feio, mais maligno, mais imundo!  
 Mesmo sem grandes gestos e sem grandes gritos,  
 De bom grado da terra faria detritos  
 E com um só bocejo engoliria o mundo;  
 É o Tédio! — com o olhar de pranto vacilante,  
 Fumando o narguilé, sonha um enforcamento.  
 Tu conheces, leitor, esse monstro incruento,  
 — Leitor irmão — hipócrita — meu semelhante

Assim, se “sob a ótica, baudelairiana, a urbe moderna desloca, distancia, isola”, e “é o espaço privilegiado da descontinuidade, da desintegração e do desencontro” (Camargo, 2008, p. 193), Eliot converte sua Londres “no símbolo de todas as grandes cidades imperiais do comércio e da política, em sua dignidade bizantina, e também das cidades apocalípticas destruídas, com ruínas e torres desmoronando”<sup>28</sup> (id, *ibid.*, p. 194). Eliot, encarnando à Londres uma Paris (a cidade irreal de Baudelaire, id, *ibid.*, p. 196), acaba por questionar o mito da Pólis filosoficamente planejada pela cidade sofisticadamente realizada. A barbárie de Caim, o poder incontrolável, matou a filosófica pólis de Abel.

Caim matou Abel e Rômulo matou Remo; a violência foi o princípio e, da mesma forma, nenhum princípio pode ser dado sem violação... A história era clara: toda a fraternidade de que os seres humanos sejam capazes nasceu do fratricídio, toda a organização política que o homem tenha alcançado tem sua origem no crime. (Hannah Arendt *apud* Shulman, 1986, p. 216)

O que interessa a heteroglossia, difusa e amaldiçoada, da Londres de Eliot? Que da *terra vermelha de Pellegrini emerge uma curadora linguagem unitária*, mais uma vez o contraponto do Ocidente eliotiano. Das matas e arbustos paranaenses ergue-se uma linguagem breve, coesa, das certezas simples e miúdas, violentamente antagônicas ao grande cânone, aos grandes nomes literárias e obras do ocidente bárbaro. Tudo o que metafisicamente importa, as leis universais que regem e governam o homem e sua pólis, nesta Pequena Londres, são breves anedotas de sabedoria rural do Caderno de Poesia de Vó Tiana.

No romance – anteriormente citado – a epígrafe que inicia o livro é um poema retirado do Caderno de Poesia da avó do autor, quem escrevia, quem sabe, com intuito de jamais publicar. Não se saberia da estilística dos poemas não fosse a associação dos seus poemas ao premiado escritor Pellegrini. Poemas deste Caderno aparecem ao longo da obra. Em torno de 32 poemas totais, alguns deles repetidos e com pequenas variações. Surgem sempre em situações no qual a personagem Tiana elucida qualquer verdade cotidiana, como se a cosmovisão do mundo e as leis universais coubessem nuns cem ditados. Conforme o romance

<sup>28</sup> O trecho é extraído de BRADBURY, Malcolm. T. S. Eliot. Em: **O mundo moderno**: dez grandes escritores. São Paulo: Companhia das Letras, 1989, p. 144-145.

se aproxima do fim, Tiana e José envelhecem e os poemas se tornam mais frequentes e saudosos.

Grosso modo, os poemas contêm de 3 a 4 versos, refletem pequenas anedotas de sabedoria, extraídos de uma experiência cotidiana, simples, até camponesa. São apresentados com diagramação evidente, versos itálicos<sup>29</sup>, centralizados, entre dois parágrafos com espaçamento. A diagramação cria uma distinção entre linguagem comunicacional e a linguagem poética; cria duas funções linguísticas no interior do mesmo livro, embora, será notado, *a temática e conteúdo dos poemas sejam iguais às falas dos personagens*. Aquilo que separa duas funções da linguagem, mesmo quando formalmente e tematicamente semelhantes, é diagramação: ela eleva e separa os versos centralizados dos genéricos e cotidianos travessões, discursos indiretos, dentre outros mecanismos narrativos. A função da diagramação, neste caso, é “literaturizar” – falarei sobre isso abaixo – a fala rasteira em linguagem literária.

Começa simples. De maneira desavisada. José e Sebastiana querem trocar conversa ainda em Rafard, depois do encontro nos canaviais, durante uma festa da Usina. José manda um menino levar um espeto de comida para Sebastiana e ela devolve o favor com um bilhete de letra caprichada (Pellegrini, 1998, p. 48, itálicos do autor):

*É botão em flor  
O coração da gente  
Quando sente amor*

Da primeira vez um leitor pode deixar passar o poema como à escrita de um bilhete qualquer. Só que, logo em seguida, a poética da Sebastiana (que une os povos) é escrita em novo bilhete, dessa vez para combinar, em secreto, o local de encontro entre aqueles dois impossíveis, ela de Capivari, o distrito maldito; ele de Rafard, a cidade que tanto cresce que cairia na beira do rio.

*Eu sou de Capivari  
Você é de Rafard  
Rafard é beira de rio  
Capivari é no monte  
Pra gente se ver em paz  
Só se for lá na ponte (Pellegrini, 1998, p. 48);*

Depois começam as estranhezas – o deslocamento daquilo que é fala à diagramação do poema e da poética. Em dado momento, ainda no interior de São Paulo e já à espera do primeiro filho, o sogro apareceu entre Tiana e José para cobrar do descendente de italiano qualquer trabalho que, de fato, desse dinheiro e alimentasse a família. Diz o sogro:

---

<sup>29</sup> Os itálicos foram retirados na reedição de 2013 pela LeYa. O centralizado permanece.

– Venda só dá certo na mão de português, que de burro só tem a fama. Italiano então seria burro? Não, garantiu o sogro, burro não, mas... Um cunhado ia bem como pintor, outro como pedreiro, apesar de tal crise, e os irmãos dele estavam bem empregados na Usina – por que ele também não tentava um trabalho mais duro? Tiana quem respondeu:

*Cada um é um, meu pai  
E cada um é o que é  
Deixe João ser João  
Deixe José ser José* (Pellegrini, 1998, p. 71)

É primeira vez que uma fala de Sebastiana é apresentada no padrão de um poema. Atribuir à função poética/estética da linguagem a uma fala que, de outro modo, seria simplesmente fala/travessão/discurso indireto (como no parágrafo anterior ao poema) não acontece sem uma intenção estética e ideológica por trás. O padrão ocorre diversas vezes ao longo da obra. Um das páginas seguintes, durante o episódio do parto do primogênito, ela manda José chamar a parteira, ele

avisou a vizinha e foi correndo até a casa da parteira, que estava fazendo parto num sítio, então ele voltou correndo, entrou em casa correndo, sem fôlego, e ela brincou com voz doída:

*Calma, pressa pra que?  
Dói até na alma  
mas é só um nenê* (Pellegrini, 1998, p. 73)

Da próxima vez, o poema ganha ares ainda mais ambíguos com a presença de um travessão

– E se a gente mudar pro sítio do meu pai?  
Lá ela não receberia visita da família, talvez só a irmã menor, mas continuou a dar de mamar sorrindo.  
– Você quem sabe, José. Mas lá ou aqui *você* não vai mudar.  
– Você também acha que eu não gosto de trabalhar?

*– Está escrito no rosto  
quem trabalha pra viver  
e quem trabalha por gosto*

– Saco! – ele chutou uma cadeira. (Pellegrini, 1998, p. 75)<sup>30</sup>

Outros poemas/ditados/sabedorias de Tiana repetem-se, propositalmente, ao longo do livro, fundamentando a consistência interna: José

chorou com a cara na barriga dela até molhar o avental. Depois perguntou como ela andava vivendo. Ela lhe enxugou as lágrimas com os dedos, falando pela primeira vez o que **repetiria vida afora**:

<sup>30</sup> O travessão foi excluído na reedição da LeYa (Pellegrini, 2013, p. 61). O centralizado entre espaços permanecem,

*Como vou? Vivendo  
a poesia de cada dia  
com sol ou chovendo* (Pellegrini, 1998, p. 81, negritos meus)<sup>31</sup>

Tiana também usa da sua ligeira poética para escrever avisos, jingles, entre outros materiais linguísticos. Ainda no interior de São Paulo, pouco antes de visitar o Paraná, José tenta negócio como dono de bar. Comprou mesas usadas e um refrigerador velho, fez banquinhos, pintou uma placa para a porta da frente. Ela, Tiana, fez uns versinhos para uma placa na parede:

*O bar que vende fiado  
enche no primeiro mês  
Depois acaba fechado  
Sem dinheiro e sem freguês*

Era uma profecia. (Pellegrini, 1998, p. 88)

Uma “poética” da Sebastiana é inscrita em variados comportamentos verbais seus, desde falas à jingles a protestos. De um ponto de vista da crítica genética, a coesão entre tais é a origem no mesmo caderno. Do ponto de vista narrativo, o deslocamento da função da fala/travessão à função do poema centralizado, ou a função do aviso à função do poema, argumenta a favor da “poética de Sebastiana” enquanto literatura. É o “deslocamento” da própria fala à literatura. E, mais que a simples tentativa de encantar, poetizar, o próprio “folclore familiar”, tal deslocamento representa um fenômeno social e antropológico de insurgência de uma nova linguagem literária.

O Caderno de Poesia de Vó Tiana, que aparece como aquilo que é fala e ainda é *diferente* da fala, representa a desconjunção do humano com o cânone (linguagem divina, transcendental) e a conjunção do humano com uma linguagem das coisas cotidianas. “Cânone”, aqui, deve ser entendido, de uma só vez, como a linguagem da elevação espiritual, de transcendência, e “a linguagem que deve ser tomada como modelo” à elevação. Se Caim construiu cidade à leste do Éden, desconjuntado da linguagem cânone, homem-divindade; e se é por essa linhagem que se chega à Londres da Primeira Guerra Mundial, cidade devastada, então Pellegrini funda sua Londrina a partir de uma linhagem de Abel, sujeito sem artil “que desconhece artes do discurso” e talvez por isso mesmo conhece nobreza e beleza em sua sensibilidade espiritual.

---

<sup>31</sup> Será repetido, daí de maneira mais melancólica, na página 456, com uma Tiana mais perdida. Já na reedição de 2013, a primeira vez que o poema aparece apresenta uma variação: “[...] a poesia de cada dia/ chova ou faça sol”. Na segunda inserção, ao final do romance, volta a aparecer a primeira variação.

Assim, duas linhagens de cidade/linguagem emergem: 1) cidade de linhagem sofista, a Londres de Caim: cuja artes do discurso enseja cânones do Ocidente, que, de qualquer forma, resulta em barbárie e heteroglossia da linguagem; 2) a cidade de linhagem filosófica, a Londrina de Abel, cuja atenção às pequenas coisas, ao amor, ao trabalho, ao tempo, à terra vermelha, compõe uma cidade sem sangue, de alianças internacional, uma cidade-jardim cujo jardim traz em si sementes do Éden. Os cânones inflam Londres; os poemas de Tiana edificam a sabedoria de Londrina. Ali, seus versos sequer rejeitam a eloquência pois, sem jamais tê-la conhecida, não pode ser rejeitada. Resta, pura e simplesmente, a sabedoria que vem do dia, da experiência do acordar, trabalhar e dormir, da observação natural do sol e da chuva, das impressões fidedignas sobre o passar do tempo. Do parto e a pressa. Do bar sem freguês.

Não é a primeira vez que uma “nova” linguagem, simples e mundana, aparece como alternativa à “velha” linguagem, complexa e espiritualizada, de um universo literário. Essa disposição dos fatos foi exatamente a ordem da antinomia *byt/bytie* literário presente no trabalho de alguns formalistas durante a transição dos estudos literários entre o fim do século XIX e começo do século XX (o que será discutido a seguir). No romance *Terra vermelha* (Pellegrini, 1998), a figuração dessa nova linguagem, como visto, é o próprio Caderno de Poesia de Vó Tiana. Assim, deve-se analisar a seguir a questão do Caderno *versus* o Cânone, o que bem cairia ao gosto dos objetos de estudo do formalismo russo.

### 2.3 Caderno *versus* Cânone

O nome “formalismo” é, como se sabe, um nome dado por opositores aos estudos dos russos que, em sua época, empenham estudos entre o passado da *intelligentsia* russa e o futuro da revolução cultural marxista. O projeto estético e crítico, de qualquer uma das duas direções, não viriam com bons olhos as preposições do círculo. Os ataques foram tão altos ao ponto de as réplicas serem mais firmes: em retrospecto, Boris Eikhenbaum (1976, p. 20) afirmará que as proposições gritadas foram mais propagandísticas e marketeiras do que refletiam as proposições dos próprios textos. Adicionalmente, o formalismo russo não foi composto de perspectivas homogêneas. A linguística e a percepção de linguagem poética de Jakobson foram influenciadas por futuristas russos (Kristeva; Gora; Jardine; Roudiez, 2024; Jakobson; Gonçalves, 2001), enquanto Eikhenbaum já chegou a criticar a fixação dos colegas com a vanguarda (Siphone, 2023). Tyniánov focaria suas análises muito mais nos conceitos de deslocamento entre “séries vizinhas” (Araújo, 2015; Tyniánov; Molina, 2020) do que no estudo fonético dos versos como

Jakobson. Ademais, Jakobson, assumiria após a morte de Maiakóvski, postura crítica e teórica diferente da inicialmente proposta por si mesmo (Selner, 2019).

De Tyniánov e Eikhenbaum, para a compreensão do Caderno de Poesia de Vó Tiana, interessa o conceito de “cotidiano literário” (*byt*). Trata-se do termo usado para estudar a inserções de autores em círculos literários paralelos ao cânone na Rússia do século XIX e que, ao encontro ou de encontro, tensionavam “aquilo” ou “aquele” considerado tradicionalmente literário. Neste sentido, a literariedade é performatizada pela tensão entre séries vizinhas.

Entre os formalistas, observa-se a seguinte ordem de publicação dos textos mais famosos: *Da arte como procedimento* (Chklovski; Molina [1917] 2019), *A novíssima poesia russa* (Jakobson; Gonçalves ([1919/1921] 2001), *Fato Literário* (Tyniánov; Molina, [1924] 2020), *Da evolução literária* (Tyniánov; [1927], 1976), *Minhas crônicas*<sup>32</sup> (Eikhenbaum, [1929]<sup>33</sup>), livro em quais estão presentes os textos *Cotidiano literário*, *Literatura e o escritor e, por último, Domesticidade literária*<sup>34</sup>. Tyniánov e Eikhenbaum lançam seus artigos posterior à concepção do conceito literariedade de Jakobson, o qual será discutido no capítulo 3. Por hora, apresento as discussões de *Fato literário* (Tyniánov; Molina, 2020) e *Da evolução literária* (Tyniánov, 1976) e suas relações com *Minhas crônicas* de Eikhenbaum, que antecedem a discussão do polissistema literário.

Em *Fato literário* (Tyniánov; Molina, 2020, p. 158, itálicos do autor), o formalista argumenta que

As definições de literatura que procedem de suas características “fundamentais” chocam-se com o *fato literário vivo*. Ao mesmo tempo em que se torna cada vez mais difícil produzir uma *definição* firme de literatura, qualquer contemporâneo pode, com um dedo, apontar o *fato literário*. Ele dirá que isso não tem nada a ver com a literatura, é um fato da vida cotidiana [*byt*] ou da vida pessoal do poeta, enquanto, por outro lado, *aquilo* é definitivamente um fato literário. Um contemporâneo mais velho, que já viveu uma ou duas revoluções literárias, dirá que, em seu tempo, este ou aquele fenômeno não era um fato literário, mas que agora se tornou um; e vice-versa

À luz de uma noção genérica de que os formalistas definem a literariedade pela “forma”, o parágrafo causa estranhamento. Tyniánov não defende uma noção nem exclusivamente formal, nem politicamente neutra, nem ideologicamente passiva. Para ele, a literatura ou o objeto literário “não se move e evolui por um único córrego de sucessão primordial, com novos fenômenos afluindo pelo lado – não, estes mesmos fenômenos novos passam a ocupar o centro,

<sup>32</sup> Originalmente, *Moi vremennik* (1929).

<sup>33</sup> Na tese, foram usadas traduções do inglês de Nora Favorov (2022; 2022b) presentes em dois artigos publicados isoladamente.

<sup>34</sup> Tradução livre, respectivamente, de *Literaturnyi byt*, *Literatura i pisatel'* e *Literaturnaia domashnost'*

e o centro, por sua vez, é relegado à periferia” (Tyniánov; Molina, 2020, p. 159). A definição do literário é, portanto, uma dinâmica de luta e deslocamento entre centro-periferia. Assim, sua tese da referida publicação trata-se de uma crítica aos estudos literários de tradição francesa, a saber, a historicidade da literatura ligada à “evolução” dos clássicos: “*só se pode falar em continuidade no contexto de escolas literárias e imitações; o termo não se aplica aos fenômenos da evolução literária, cujo princípio é a luta e o deslocamento.*” (Tyniánov; Molina, 2020, p. 160, itálicos do autor).

Como explica Carvalhal, os estudos literários no final do século XIX e começo do século XX, tanto os estudos nos Estados Unidos como na França

estão na base do corpo de doutrina do comparativismo clássico francês. A maioria dos manuais adota a denominação "escola francesa" para designar um grupo representativo de estudos onde predominam as relações "causais" entre obras ou entre autores, mantendo uma estreita vinculação com a historiografia literária. Assim, a designação indica menos uma restrição geográfica do que a adoção de determinados princípios, que assumiram também caráter doutrinário em vários países, pois o comparativismo literário foi dominado por personalidades francesas durante muito tempo. (Carvalhal, 2006, p. 15)

O trabalho de Paul Van Tieghem (1871 – 1948) esclarece a proposta francesa, que manifesta o desejo de iluminar uma História da Literatura Internacional e “os laços espirituais que unem tantos homens de uma mesma geração” (id Carvalhal, 2006, p. 19). Laços que, por sua vez, são lidos como um “historicismo” criticado pela Opoiaz e observado no texto de Tyniánov & Molina (2020). Fica claro, na crítica do formalista, que “a obra literária se constrói como uma rede de ‘relações diferenciais’ firmadas como os textos literários que a antecedem, ou são simultâneos, e mesmo com sistemas **não-literários**” (Carvalhal, 2006, p. 48, negritos meus). O deslocamento [*sména*] de materiais linguísticos entre sistemas literários e não-literários, “enforma” ou “deforma” ou “transforma” o material em “material literário”. Essa anamorfose compõe o “cotidiano literário”, ou “vida literária” [*byt*] que Tyniánov reforça e reforça em *Fato literário*:

A vida cotidiana [*byt*] ferve com os rudimentos de diferentes atividades intelectuais [...] apesar de a arte desempenhar um papel funcional na “vida cotidiana artística”, ela é algo diferente da arte. Na forma de seus respectivos fenômenos, porém, as duas entram em contato. Diferentes formas de interação com os mesmos fenômenos conduzem a diferentes seleções desses fenômenos; é por isso que as formas da vida cotidiana artística são distintas da arte. Mas **tão logo um princípio central, fundamental se desenvolve na arte, um novo princípio construtivo já começa a procurar fenômenos “novos”, frescos, “não característicos”**. Esses não podem ser fenômenos velhos, habituais, ligados ao já apodrecido princípio construtivo. E então **o novo princípio produtivo recai sobre fenômenos frescos e próximos da vida cotidiana.** (Tyniánov; Molina, 2020, p. 167, negritos meus)

O Caderno de Poesias de Vó Tiana está, precisamente, neste fenômeno discutido por Tyniánov. Os poemas do Caderno poderiam passar longe da academia literária, circunscrito apenas no ambiente doméstico e familiar de Pellegrini, não fosse a inserção do Caderno na sua obra poética, que se tornou uma obra referência nas escolas de Londrina, PR, com direito a exposição em bibliotecas públicas municipais, associado a um autor premiado, estudado por teses, dissertações, artigos jornalísticos e até nome de uma crônica na revista *Globo Rural*. Passou Sebastiana de vó materna à símbolo conotativo de uma ruralidade associada ao sertanejo raiz. Haveria, nos termos de Tyniánov & Molina (2020, p. 171) uma "literaturização" de Sebastiana, de sua sabedoria, dos seus poemas, da sua estilística e poética. De fato, o Caderno *passa* a ser visto pelo prisma de "poética".

Ainda mais profunda é a "literaturização" do caso ao destrinchar as nuances do termo *byt*. A palavra

significa algo extremamente básico, mas não pode ser traduzida por uma única palavra, ou mesmo por uma única frase, em outras línguas europeias. Vida cotidiana, vida cotidiana, existência cotidiana, cultura material, vida privada, vida doméstica: todas essas várias nuances de significado estão presentes no termo. Às vezes, mas nem sempre, *byt* é definido por ser oposto a *bytie*, existência espiritual: nesse contexto, a tradução de *byt* chegaria perto de 'existência terrena' assim como de 'vida material'. Além disso, *byt* às vezes é usado como um termo carregado de valores – uma circunlocução como 'a monotonia da vida cotidiana' capturaria a ideia. Ao mesmo tempo, *byt* é frequentemente usado de forma mais restritiva, para significar 'modo de vida' – como em 'o modo de vida do camponês russo' (*krest'ianskii byt*) [...] O ponto é que outras nações não tem [uma tradução] para *byt*<sup>35</sup> (Kelly, 2004, p. 149, tradução livre)

A autora (Kelly, 2004, p. 149-151) em seguida descreve como a dificuldade de tradução, assim como uma noção generalizada de que "russos têm um comprometimento emocional e profundo com regras autoritárias e maior senso espiritual que ocidentais" (id, *ibid.*, p. 150), leva a dos "mitos culturais fundadores" do Ocidente sobre a Rússia no qual sua "cultura intelectual tem uma relação particularmente intensa com *byt*, na maior parte, de detestação" (id, *ibid.*). O contexto é mais complexo. Durante o começo do período soviético, por exemplo, havia mais

---

<sup>35</sup> "The Russian word *byt* means something extremely basic, but cannot be translated by a single word, or even a single phrase, in other European languages. Everyday life, daily life, quotidian existence, material culture, private life, domestic life: all of these various shades of meaning are present in the term. Sometimes, but by no means always, *byt* is defined by being opposed to *bytie*, spiritual existence: in this context, the translation of *byt* would come close to 'earthly existence' as well as to 'material life'. Additionally, *byt* is sometimes used as a value-laden term – a circumlocution like 'the dreariness of quotidian life' would capture the flavour. At the same time, *byt* is often used more restrictively, to mean 'way of life' – as in 'the way of life of the Russian peasant' (*krest'ianskii byt*), for example [...] The point is that other nations do not have *byt*" (Kelly, 2005, p. 149)

de uma interpretação sobre o termo e valorizações distintas (id, *ibid.*, 154). Em particular, sobre a oposição *byt/bytie*, a dualidade herda do Simbolismo Russo o típico “descontentamento com o mundo material em favor de outro, a realidade maior, de existência de resplendor e beleza no plano espiritual” (id, *ibid.*, 151). Sequer a revolução Bolchevique de 1917, de Estado laico, será capaz de erradicar “a atitude negativa diante de *byt*”:

repudiar *byt* passou a parecer uma forma de resistência política encoberta quando Stalin proclamou, em 1934, que todo cidadão soviético tinha direito a uma 'existência próspera'. Quanto mais o governo soviético assegurava aos seus súditos que a prosperidade era legítima, mais os que se opunham ao poder soviético passavam a desprezar qualquer envolvimento com *byt*. O desprezo por *byt* tornou-se particularmente generalizado entre os dissidentes na era pós-Stalin, quando o governo soviético afirmou ainda mais vigorosamente o direito de todo cidadão ao conforto material [...] <sup>36</sup>(id, *ibid.*, p. 152, tradução livre)

Por outro lado, mais de uma interpretação de *byt* circulava no período soviético. Por exemplo, um uso característico (e não limitado) à propaganda oficial, que se estrutura em torno da oposição binária *novyi byt/staryi byt*, “a nova ordem/a velha ordem”. O slogan *Za novyi byt!* (“rumo a uma Nova Ordem!”) expressava em uma única frase o entendimento de que a vida tradicional russa era “atrasada” e precisava ser “modernizada” (Kelly, 2004, p. 155).

Supõe-se, assim, que Tyníavov (Tyníanov; Molina 2020) e Eikhenbaum (Eikhenbaum; Favorov, 2022; 2022b) escreviam sobre “*literaturnyi byt*” (cotidiano literário) em defesa das emergências literárias na estratificação do *byt* literário. A crítica era da interpretação literária como *bytie* literário (os “laços espirituais” da História Internacional Francesa). Não à toa, ambos tinham concepções de literatura anti-simbolista. *Literaturnyi byt* implicaria mais do que, genericamente, “ambiente literário”: seria um termo para reconhecer a efusão de novas linguagens literárias que tensionam a definição anterior, a partir de eixos sincrônicos e rotinas literárias entrecruzadas, o que havia sido ignorado pelo historicismo francês.

À luz dessa interpretação, a linguagem de Abel do Caderno de Poesia é uma efusão que tensionaria uma definição exclusiva de “literário” da linguagem de Caim na Londres eliotiana. Um argumento está sendo feito: se, por cânone literário, entende-se o conjunto de referências escritas em “Terras devastadas” (Eliot; Junqueira, 1981), então essas propriedades literárias são propriedades sofisticadas, desumanas, e o que deve valorizar como “literatura” é o tipo de

---

<sup>36</sup> [...] to repudiate *byt* came to seem a form of covert political resistance once Stalin proclaimed in 1934 that every Soviet citizen had a right to a ‘prosperous existence’. The more the Soviet government assured its subjects that prosperity was legitimate, the more those opposed to Soviet power came to despise any involvement with *byt*. Contempt for *byt* became particularly widespread among dissidents in the post-Stalin era, when the Soviet government still more vigorously asserted every citizen’s right to material comfort [...] (Kelly, 2004, p. 152)

linguagem sensível ao espírito, humana, presente no Caderno de Vó Tiana. Logo, a inserção de um caderno qualquer de poema na discussão da poética (não mais “caderno”, agora “Caderno”), expressa a tensão de um sistema não-literário *versus* um sistema literário; e, *especificamente porque sugere o embate*, o sistema não-literário passa a ser apropriado pela discussão da poética como sistema-literário. Logo tem-se Caderno *versus* Cânone.

O formalista russo (Tyniánov; Molina, 2020, p. 167-169) contribui com o exemplo prático da carta. Na primeira metade do século XVIII, a correspondência não se misturava com a literatura, apesar de tomarem elementos estilístico da prosa literárias. A poesia era o gênero predominante e, nela, eram encarnadas as mais altas considerações da poética. O colapso da lírica grandiosa ocorreu na época de Karamzin (final do século XVIII, começo do XIX). Em oposição à oratória, os “romances” ou canções assumiram e surge a vontade pela forma menor, as emoções menores, encontrados somente na vida [literária] cotidiana [byt]. Os salões, as conversas de “belas senhoras”, os álbuns, quartetos, rondós, acrósticos, charadas...<sup>37</sup> e, finalmente, a carta (id, ibid):

As cartas proveram os fenômenos necessários – mais maleáveis, mais leves – para o avanço, com força incomum, dos novos princípios de construção: a forma “doméstica” da carta, menor, reticente, fragmentária, motivou a injeção de minúcias e procedimentos estilísticos que contradiziam os procedimentos “grandiosos” do século XVIII. Esse material necessário estava, até então, na vida cotidiana, fora da literatura. E então, de documento cotidiano, a carta ascendeu ao verdadeiro centro da literatura. As cartas de Karamzin a [Aleksándr] Petróv superaram seus experimentos com a velha e canônica prosa oratória, e levaram às *Cartas de um viajante russo*, nas quais a carta de viagem se torna um gênero. Essas cartas tornaram-se uma apologia ao gênero, uma braçadeira para novos procedimentos  
[...]  
Mas ao lado da versão literária, a carta cotidiana continuou a existir (Tyniánov; Molina, 2020, p. 169)

Essa “forma menor” pode ser encarada, também, como a forma de Sebastiana. Uma forma que representaria bem o contexto inicial da obra: em torno da década de 1930, o regime das lutas materiais do Brasil, surgidas na passagem da Velha República para Era Vargas, do café para o aço. A modernização e industrialização do Brasil está começando, não tem se demonstrado benéfica no interior de São Paulo. José está desempregado constantemente. Está infeliz. Ainda assim, Tiana fala poesias: no meio de máquinas e ferros, entremeada nas

---

<sup>37</sup> Observe que se trata de eventos literários associados à burguesia. O “pequeno” ou “mediocre” burguês e sua relação com o material/cotidiano também é uma das formas de compreensão do *byt*: “Excessive concern with *byt* was regarded as a trait debarring entry to intellectual life, an indication of backwardness, and a marker of affiliation to the despised *meshchanstvo*, or petty bourgeoisie” (Kelly, 2004, p. 155).

promessas urbanas da linhagem de Caim, fala a mulher da linhagem de Abel. Sem artimanhas do discurso, conhecendo nobreza e beleza pela sensibilidade espiritual.

O que leva à questão seguinte: o sistema literário/não-literário do Caderno será legitimado enquanto literatura? Dos ecos e vozes que fundamentam a mais sublime definição de literatura, poderá haver o unísono veredicto final? Hoje, de qualquer maneira, Sebastiana é uma das formas que compõe Pellegrini: um autor que se sentou à mesa dos Jabutis. Seis vezes. Em termos que satisfaçam uma metodologia, a autoridade literária de Pellegrini legitimou a participação de um diário da República Velha na mesa dos laureados. A vida literária de um abraçou o cotidiano de outro que, humilde demais para raivar contra a expansão da luz dos Parnasos, manteve-se na presença dos entes mais silenciosos da vida interiorana. Tiana vivia os cinamomos, a cigarra da noite de verão, a ribanceira (essa, mais estudada por biólogos do que seus poemas por literários). Se o poema é lido no livro celebrado literário, é o poema, por seus próprios méritos, literário?

Se foi discutido um deslocamento de um sistema “não-literário” a um sistema literário, o que está em discussão, de um ponto de vista sociológico, é *a inserção de um texto* em uma circulação associada ao literário. Assim, pode-se falar de uma “estratégia de inserção de um texto” na função poética da linguagem. Foi esse o tema de pesquisa do pós-doutorado em Bolonha, Itália, de Frederico Fernandes (2013), projeto em qual fala o pesquisador que

O Dadaísmo, o Futurismo e o Cubo-Futurismo Russo trazem em suas histórias inúmeras estratégias de inserção da poesia no espaço público. [...] cabe atentar para o conceito de público que estou lidando neste projeto. Ele se justifica pela teoria do “polissistema”, de Itamar Even-Zohar (1990: 37) que, ancorado em ideias sociológicas de Pierre Bourdieu (1930-2002), semióticas de Iuri Lotman (1922-1993) e formalistas de Boris Eikhenbaum (1886-1959) e Roman Jakobson (1896-1982), pensa o público como um “grupo de consumidores em atividade”, cujo papel será vital para a configuração do “sistema literário”. Em se tratando de um grupo dinâmico, encontra-se relacionado a outros sistemas socioculturais, incorporando sentidos e promovendo transformações no texto literário decorrentes dessa relação. (Fernandes, 2013, p. 10-11)

Então, o pesquisador contextualiza a tal teoria:

No ano de 1990, a revista *Poetics Today* publicou um compêndio com os principais artigos do crítico israelense Itamar Even-Zohar (1939), intitulado *Polysystem Studies*. Nas mais de 250 páginas desse compêndio, Even-Zohar introduz e problematiza seu conceito, que vem sendo elaborado desde os anos de 1970, acrescentando ideias advindas do debate acadêmico e fazendo estudos de caso voltados à literatura russa, israelense, alemã e de outras nacionalidades. Como norte de sua reflexão está o fato de que a significação do texto literário é corolária da relação estabelecida entre a obra e os vários sistemas culturais com os quais ela se relaciona. (Fernandes, 2013, p. 18-19)

Even-Zohar reorganiza alguns conceitos clássicos (como diacronia e sincronia) à luz de novas considerações. Para o autor, tanto diacronia e sincronia são históricas, e a sincronia<sup>38</sup> não pode se identificar com a estática, pois *um sistema sincrônico compõe-se de sincronia e diacronia* (Even-Zohar; Marozo; Rizzon; Cunha, 2013, p. 3, itálicos meus). Um polissistema é, nesta concepção, “um sistema múltiplo, um sistema de vários sistemas com interseções e sobreposições mútuas, que usa diferentes opções concorrentes, mas que funciona como um todo estruturado, cujos membros são interdependentes” (id, *ibid*).

O autor israelense (Even-Zoar; Marozo; Rizzon; Cunha, 2013, p. 3) afirma que “o enfoque estático e sincronístico surge da escola de Genebra”, enquanto “as raízes do enfoque dinâmico encontram-se nos trabalhos dos Formalistas Russos e dos Estruturalistas Checos” e foi lamentável e “amplamente ignorada tanto em linguística como na teoria da literatura”. (id, *ibid*). A teoria do polissistemas visa a unir as duas vertentes, colocando, sempre, um modelo literário “*standard*” em relação a um modelo literário “*não-standard*” (Even-Zohar; Marozo; Rizzon; Cunha, 2013, p. 4-5). Prossegue o autor, “a literatura para crianças não será considerada um fenômeno *sui generis*, mas sim relacionado com a literatura para adultos; literatura traduzida não se desconectará da literatura original” e assim por diante (*ide, ibid*).

Finalmente, o autor admite a influência de Tyniánov:

A heterogeneidade pode reconciliar-se com a funcionalidade se assumimos que as unidades (elementos ou funções) que aparentemente são irreconciliáveis, mais do que se correlacionam umas com as outras enquanto unidades (elementos ou funções) individuais, constituem sistemas de opções concorrentes parcialmente alternativos. Esses sistemas não são iguais, uma vez que estão hierarquizados no seio do polissistema. O que constitui o estado sincrônico (dinâmico) do sistema – como sugeriu Tyniánov – é a luta permanente entre vários estratos. O que constitui a mudança no eixo diacrônico é a vitória de um estrato sobre outro. Neste movimento opostamente centrífugo e centrípeto, os fenômenos são arrastados do centro à periferia, enquanto, no sentido contrário, certos fenômenos podem abrir passo para o centro e ocupá-lo. (Even-Zohar; Marozo; Rizzon; Cunha, 2013, p. 5-6)

---

<sup>38</sup> Even-Zohar (2013, p. 2) diferencia “sincrônico” de “sincronístico”. O autor atribui à palavra “sincronístico” um tom de alerta, observando sua relação com a percepção de um sistema literário “estático”. Escreve o autor (id, *ibid*): “A teoria de sistemas estáticos tem sido erroneamente considerada o único enfoque “funcional” ou “estrutural”, e é mencionada habitualmente como a doutrina de Saussure. Nos escritos de Saussure e em obras posteriores na sua tradição, o sistema é concebido como uma rede estática (“sincrônica”) de relações na qual o valor de cada elemento é uma função das relações específica em que toma parte. No entanto, detecta-se desse modo que a função dos elementos, assim como as leis que os regem, apenas existe para explicar mudanças ou variações. O fator da sucessão temporal (a “diacronia”) é, assim, eliminado do “sistema”, e estabelece-se a regra que fica fora do alcance das hipóteses funcionais. Ela é declarada, portanto, extra-sistêmica, e, uma vez que identificada exclusivamente com o aspecto histórico dos sistemas, é praticamente eliminada do âmbito da linguística”. O autor, em seguida, esclarece: “Sincronístico” resulta mais apropriado que “sincrônico” uma vez que aceitamos que “*sincrônico*” não se identifica necessariamente com “*estático*” (id, *ibid*., p. 3).

Por último, retoma de Chklovski<sup>39</sup> e suas discussões acerca de certas propriedades da literatura que são canonizadas enquanto outras permanecem não-canonizadas (id, *ibid.*, p. 7). “A canonicidade não é, portanto, uma característica inerente às atividades textuais a nível algum: não é um eufemismo para ‘boa literatura’ frente à ‘má literatura’” (id, *ibid.*). Conclui Even-Zoar e tradutores (2013, p. 8), que

As tensões entre cultura canonizada e não-canonizada são universais. Estão presentes em toda cultura humana, simplesmente porque não existe uma sociedade humana não estratificada, nem sequer utopicamente. Não há no mundo uma só língua não estratificada, apesar de a ideologia dominante que rege as normas do sistema não admita uma consideração explícita de nenhum outro estrato mais que os canonizados. O mesmo vale para a estrutura da sociedade e tudo o que este complexo fenômeno implica.

Dos cânones europeus citados por Eliot – Dante, Virgílio, Baudelaire, o Santo Graal, a Bíblia –, que reúnem séculos de conhecimento, ao Caderno de Poesia de Vó Tiana no interior de São Paulo, há uma extensa estratificação e sistemas em elos. Existe uma divisão histórica e nacional, que por meio de disputas de poder, legitimou certas propriedades literárias dos autores citados e, por meio de relações culturais e políticas intercontinentais, levam às traduções de seus textos ao mercado no Brasil. Talvez, um sujeito qualquer possa dizer que a leitura do Caderno figuraria como um passatempo doméstico e pessoal, enquanto a leitura dos autores citados trata-se do consumo da “Alta Literatura” universal.

Como mencionado, o Caderno como linguagem crítica à linguagem dos cânones é o que o torna central à “lítica” ou “poética” – usado aqui, de maneira bastante arbitrária – de uma Londrina regenerativa, edênica e emancipada da História. Embora não cite propriamente nomes europeus, as respostas dadas por Pellegrini à Silva (2016, p. 139-143) sobre suas influências literárias e formação de escritor refletem bastante a “crítica ao cânone”. “Escritores decisivos” na sua formação incluem, “estilisticamente, Graciliano Ramos e Hemingway, pelas lições de concisão e aparente objetividade na escrita, e Augusto dos Anjos, pela visão de mundo e linguagem únicas.” (id, *ibid.*, p. 142). Já o Novo Realismo de 1930 oferece a Pellegrini uma “visão do Brasil não oficial, o Brasil rural e proletário, e também do folclore e dos costumes do Brasil chamado profundo, além de me mostrar uma linguagem ‘não literária’, despida dos adjetivos e ufanismo” (id, *ibid.*, p. 142-3). Por outro lado, Pellegrini, quando deixou de ser comunista, abandonou a leitura de Jorge Amado (id, *ibid.*). Já a “figura canônica da literatura paranaense”, Dalton Trevisan, tem pouco apelo para Pellegrini: gosta muito “dos contos humanistas de Dalton, como ‘Uma vela para Dario’, que são minoria na sua obra”, tendo maior

---

<sup>39</sup> Na tradução, a grafia optada foi Shklovskij. Optei, para fins de padronização, a grafia Chklovski.

rejeição a maioria dos seus contos, pois demonstram “uma visão estreita”, que “parecem expressar uma visão do mundo doentia, apegada às mesquinhas e torpezas de personagens de miudeza interior” (id, *ibid.*, p. 143). Pellegrini não conseguiu “ler Clarice Lispector”, o que deve “certamente fazer” dele “um monstro”, acontece que como esse é o mesmo “adjetivo que Manuel Bandeira destinou a Machado” (considerado maior escritor da literatura brasileira) não deve haver problema ser um monstro. Inclusive, Pellegrini prefere Manuel à Machado, pois aquele enxerga neste “o que poucos veem – o seu deserto ético”. (id, *ibid.*). Por último, suas leituras iniciais, nos primeiros anos escolares, envolvem os internacionais *Contos dos Irmãos Grimm*, *Fábulas de Esopo*, *Robinson Crusóé*, *Aventuras de Gulliver* e *A volta ao mundo por dois garotos* e os nacionais Millôr Fernandes, Rachel de Queiroz e artigos de David Nasser.

O desdém de Pellegrini pelos grandes cânones brasileiros, em especial Clarice e Machado, deixa evidente seu distanciamento em relação a linguagens “cheias de artimanhas” do discurso (da linhagem de Caim). O “deserto ético” de Machado poderia, muito bem para Pellegrini, ser análogo a uma linguagem cuja gênese literária advém de um primeiro assassinato – da ética. Assim, a percepção de literário do escritor paranaense enxerga estilo separado de conteúdo, poética separado da ética, deixando claro sua preferência por autores de estilos concisos e éticas/temas humanistas, enquanto desdenha de autores “eloquentes” e relativismo, pessimismo, existencialismo ético ou moral. Essa cisão literária reflete em sua Londrina do “Brasil profundo” contra a Londres da Inglaterra central, mesmo que de maneira indireta, uma vez que não cita propriamente escritores ingleses (no máximo, escritores internacionais, como Hemingway do desenvolvido Estados Unidos).

Por último, Pellegrini menciona uma rejeição à linguagem e narrativa “cheio de adjetivos” enquanto frequentemente valoriza uma ética específica que é, ela mesma, identificada por mil e um adjetivos “honestidade, fraternidade, ardor, coragem, bondade”, etc.:

eu tinha lido toda a obra de José de Alencar, eu tinha detestado aquelas partes onde ele, vindo de uma narrativa dinâmica de fatos acontecendo das ações e dos personagens, parava para descrever um por do sol durante duas laudas, três laudas, escrevendo um pôr do sol cheio de adjetivos, de repente ele para, para descrever um estado de espírito de um personagem cheio de adjetivos, então eu **peguei um verdadeiro nojo daquela escrita literária, entre aspas** [...] Então quando saiu meu livro *Terra vermelha*, ele é consequência dessa aversão essa linguagem adjetiva e da adoção de uma linguagem dinâmica que eu também peguei com Graciliano Ramos e Ernest Hemingway, uma linguagem que eu chamo de dinâmica (Pellegrini *apud* Silva, 2016, p. 155-6, *negritos meus*)

Fica clara a estratégia de inserção de Pellegrini do Caderno de sua avó, representante máxima da linhagem de Abel e linguagem dinâmica, focada em ações e substantivos, contra a

eloquência sofisticada de Caim e sua linguagem “confusa, cheia de adjetivos”. Para Pellegrini, sua linguagem

nasceu desta constatação: de uma linguagem mais usual, dinâmica e oral. Essa oralidade veio pelo meu apreço das histórias que eu ouvi quando menino na pensão Alto Paraná, que meus pais tinham, onde eu tive a oportunidade de ver os peões, mascates e camelôs conversando, essas três categorias profissionais, que têm uma vida muito ligada oralidade e às tradições orais, casos de assombração, histórias de Pedro Malasartes, histórias de otários e espertos, que fazem parte do folclore e da vida mesmo dessas pessoas. (Pellegrini *apud* Silva, 2016, p. 156).

A origem oral do Caderno é reconhecida até pela narração da obra. Já no Paraná, quase ao final da obra, quando “terra vermelha” já deixara de ser terra vermelha para ser a cinza e asfaltada Londrina, ia

Tiana anotando seus poeminhos, como dizia, na capa de revistas, papel de embrulho, talão de cheque. O caçula dizendo sabe, mãe, um dia a gente devia publicar esses seus poeminhos...

– Eu morria de vergonha e vinha puxar teu pé de noite.

O caçula recolhendo capas de revista, papéis de embrulho, folhas soltas com os poeminhos.

*Me responda  
por que toda fruta  
É meio redonda?*

Maria Arrumadeira dizendo vixi, querem poesia da dona Tiana? Tinha decorado várias que ela falava cozinhando:

*Se fosse um fogão a terra  
o céu era uma panela  
fritando uma nuvem clara  
com sol de gema amarela*

– Se eu soubesse que você ia lembrar, não tinha falado alto! (Pellegrini, 1998, p. 432, *itálicos do autor*).

Além dos recursos de diagramação (travessão à versos centralizados), reconhecem os personagens e narrador a escrita de Tiana em papéis quaisquer. A função de Pellegrini, estudante de Letras, escolarizado, com acesso à academia e às discussões sobre literatura, é transformar a oralidade em uma personificada escrita-oral, pois:

Depois que eu estudei teoria da literatura eu vi que a obra tem que ter coerência, logicidade, verossimilhança, aprendi a usar artificios, se você notar vários livros meus... aos dezessete anos eu li *Panoram of Finnegans Wake*, do Joyce, uma edição da Secretaria de Cultura do Estado de São Paulo lá no instituto de educação Monsenhor Bicudo em Marília e eu vi que o livro termina com as palavras que começa, como uma cobra mordendo o próprio rabo. Eu fiz isso em vários livros, inclusive romance que eu estou escrevendo,

ele começa com a palavra *romance* e termina com a palavra *romance* (Pellegrini *apud* Silva, 2016, p. 157, itálicos do autor)

Ou seja, apesar de rejeitar as “artes do discurso” dos autores do Brasil central (Machado, Clarice), assim como provavelmente rejeitaria Eliot ou Virginia Woolf, ele pensa de maneira crítica sobre a própria escrita e busca engendrar as “artes do discurso” do mesmo círculo literário que criticou e abandonou (Pellegrini admite ter se despedido do cargo de professor adjunto em Teoria da Literatura, em 1975, na UEL, devido a burocracias demais e à “cultura literária rasa e rala dos alunos”, Pellegrini *apud* Silva, 2016, p. 146). À ausência de cultura literária nos camelôs e peões da Alta Pensão, sua admiração e própria escrita. À ausência de cultura literária nos alunos universitários, sua própria ausência. Naturalmente, trata-se do viés ideológico/político do autor.

O deslocamento do travessão ao verso centralizado, em *Terra vermelha*, desloca então ideologias, disputas pela autonomia de uma linguagem, a oralidade contra cultura letrada, Hemingway contra José de Alencar, o realismo literário contra o fluxo de consciência moderno, o humanismo de centro-direita contra o comunismo/socialismo de Jorge Amado e outros autores da geração de 30, Londrina contra Londres, o Brasil profundo contra a Europa Central, dentre outras estratificações literárias e sociais que buscam, via estratégias autorais até a ocasião da premiação, tensionar aquilo que é considerado tradicionalmente “literatura” ou “literário”. O folclore familiar de Domingos Pellegrini questiona o cânone da eloquência, isto é, da sofística de Caim.

Contexto semelhante fora discutido por Eikhenbaum nos artigos “The Literary Environment”, “Literature and the Writer” e “Literary Domesticity”, republicadas no livro *Moi vremennik* [Minhas crônicas], de 1929 (Eikhenbaum; Favorov, 2022; 2022b). Cada um dos artigos trata de tensões específicas do *byt* literário. Dessas, a tensão mais semelhante ao contexto de Pellegrini é a discutida em “Literary Domesticity” (Eikhenbaum; Favorov, 2022b), que pode ser traduzida como “Domesticidade Literária”. Aqui, o autor discute estratificações literárias burguesas longe do grande ambiente público, ou seja, como um certo “folclore familiar” pode tensionar as definições mais clássicas de literariedade:

Há coisas para além da vida literária do que o lançamento de livros e jornais com novas poesias, novelas ou contos. **A prateleira da livraria na qual um novo livro é colocado, antecipando um comprador, não é tão diferente de um palco no qual um ator se apresenta diante uma audiência.** Para além dessa “vida de palco”, a literatura, como qualquer outra arte, tem uma vida mais íntima, não retornando completamente à esfera do cotidiano literário [*byt*] mas meramente se intersecciona com ele [...] Todo livro não tem apenas

um destino mas também seu passado<sup>40</sup> (Eikhenbaum; Favorov, 2022b, p. 2, itálicos do autor, tradução livre, negritos meus).

Considerando que a literatura é resultante de tesões, o comentário acima sugere que o objeto literário consumida no cotidiano literário é, senão, uma vida de palco e, que por trás dela, há muitos ensaios, discussões, processos de produção, que viabilizam a encenação. O conceito “domesticidade literária” (*literaturnaia domashnost*) designa a produção literária além da audiência; aquela de círculos informais, de ambientes familiares/privados, em quais o consumo, a produção e circulação literária, quem sabe, sequer chega atender a lógica do mercado e do capital.

Distantes da ode cortesã, os círculos e salões de festas, entre familiares e grupos de amigos, eram um costume literário da cultura russa no século XIX (Eikhenbaum; Favorov, 2022b, p. 2-3). Nesses espaços, o objeto “literário” predominante era o “álbum”, um artefato importante e ainda pouco estudado do começo do século XIX da cultura polonesa e Rússia (Beinek, 2011, p. 173). Eles eram

mais ou menos “*Scrapbooks*” ornamentados, nos quais poetas e outras personalidades famosas da época, e/ou a família e os amigos do dono do álbum (esses dois grupos podem ter formado, às vezes, um mesmo círculo, se considerarmos os álbuns de aristocratas), escreviam seus versos e prosa, geralmente endereçados ou dedicados ao dono do álbum. Diversos em formato e em colagem, os álbuns também continham autógrafos, desenhos, cartas e memorandos pessoais; era um formato aberto, que permitia escrever, desenhar ou adicionar qualquer coisa que o álbum pudesse fisicamente conter<sup>41</sup> (id, *ibid.*, tradução livre).

Tais álbuns eram “particulares” e “individualizados” à medida que os poemas e prosas escritos nunca apareciam fora das páginas desses álbuns. No início do século XIX, essas formas “domésticas” de poesia foram articuladas como novo gênero e, sendo assim, suas formas e as interações sociais nos círculos ou salões domésticos tinham implicações para a “vida de palco” da literatura (Eikhenbaum; Favorov, 2022b, p. 3). Em especial, a emergência de um certo tipo de escritor, que era o predileto para esse contexto: o poeta diletante que não aspirava a se tornar

---

<sup>40</sup> *There is more to the life of literature than the release of books and journals with new poetry, novels, and stories. The bookstore shelf on which a new book is placed in anticipation of a buyer is not unlike the stage on which a performer appears before an audience. In addition to this “stage” life, literature, like the other arts, has a more intimate life, not quite receding into the realm of byt [everyday life] in general but merely intersecting with it. [...] Every book has not only its destiny but also its past* (Eikhenbaum; Favorov, 2022b, p. 2).

<sup>41</sup> *Albums were more or less ornate “scrapbooks” in which poets and other famous personages of the day and/or the album owner’s family and friends (these two groups may have formed at times one circle, if we consider the albums of aristocrats) wrote down their verse and prose, usually addressed or dedicated to the album’s owner. Diverse and collagelike, albums also contained autographs, drawings, letters, and personal memorabilia; the open form of the album allowed for writing, drawing or adding anything that the album could physically contain* (Beinek, 2011, p. 173).

um “bardo” da corte e ainda não ansiava de um “palco” público (id, ibid.). O formalista/funcionalista discute o exemplo de um famoso poeta russo, Nikolay Iazykov (1803-1847): “Os temas de sua poesia foram inspirados pelos detalhes mais mínimos da vida doméstica [...] Ter sua poesia publicada era de interesse mínimo [...] Para ele, os conceitos de “literatura e vida familiar” eram estreitos e correlatos” (id, ibid., tradução livre<sup>42</sup>). Escreve o autor

Quando foi obrigado a publicar seus poemas (editores e amigos se recusavam a aceitar um não como resposta), **Iazykov preferiu submetê-los a almanaques em vez de jornais**, percebendo uma diferença distinta e fundamental entre esses tipos de publicação. Ele acolheu com entusiasmo o surgimento do [almanaque] *Polar Star* [Poliarnaia zvezda] [...] enquanto falava com irritação do [jornal] *Moscow Telegraph* [Moskovskii telegraf] [...] e foi exatamente nessa época que Pushkin, rompendo com a “vida doméstica”, lutava para promover o jornal em detrimento do almanaque.[...] **Pushkin caminhava em direção ao profissionalismo, ao jornalismo, ao “palco”; Iazykov defendia formas de “vida doméstica” íntima que eram arcaicas para o final da década de 1920.**<sup>43</sup> (Eikhenbaum; Favorov, 2022b, p. 4-5, tradução livre, negritos meus)

Apesar do consumo e produção doméstica do álbum – ou, talvez, precisamente por isso – ele se torna um importante adereço nos salões do século XIX e, em breve, assumiriam diversas formas e se infiltrariam em várias configurações sociais até se tornar um fenômeno da cultura de massa. Essa passagem, da vida doméstica à massa literária, foi definitiva para profissionalização do escritor na Rússia. Foi, ao mesmo tempo, um fato literário e um fato extra-literário, cuja função ambígua o possibilita subverter sistemas rígidos de gêneros e garantir sua longevidade, uma vez que a noção de álbum é flexível o bastante para se adaptar a diversas formas. Entre essas formas, o *social networking* atual mais famosos de todas – o Facebook, ou qualquer outra rede social<sup>44</sup> (Beinek, 2011, p. 174-5).

É fácil pensar o Caderno de Poesia de Vó Tiana à luz do álbum; ambos deslocados da sua “domesticidade literária” ao cotidiano literário. No caso brasileiro, via inserção no romance

<sup>42</sup> *The themes of his poetry were drawn from the most minute details of domestic life [...] Having his poetry published was of little interest to him [...] For him, the concepts of “literature and family life” were close and correlated* (Eikhenbaum; Favorov, 2022b, p. 3).

<sup>43</sup> *When he was compelled to publish his poems (publishers and friends refused to take no for an answer), Iazykov preferred to submit them to almanacs rather than journals, seeing a very distinct and fundamental difference between these types of publications. He welcomed the appearance of the [almanac] Polar Star [Poliarnaia zvezda] [...] while he spoke of the [journal] Moscow Telegraph [Moskovskii telegraf] with irritation [...] and this was exactly when Pushkin, breaking with “domesticity,” was fighting to promote the journal over the almanac [...] Pushkin was moving toward professionalism, toward journalism, toward “the stage”; Iazykov was defending forms of intimate “domesticity” that were archaic for the late twenties.* (id, ibid., p. 4-5)

<sup>44</sup> Exploro a relação entre os álbuns do século XIX e as redes sociais no capítulo 5. Por hora, cabe mencionar que essa relação parece ser consensual entre os estudiosos do gênero/mídia “álbum” (Beinek, 2011; Good, 2013; Rivera, 2022)

do neto, quem participa da “vida de palco” da literatura. Além disso, como sugeriram Even-Zohar e tradutores (2013), existe diacronia no eixo sincrônico-dinâmico, na forma de repertórios de obras e autores; daí que as menções a Hemingway, Graciliano Ramos, as formas pequenas de Manuel Bandeira, entre outras explorações literárias do modernismo brasileiro ou americano, abriram a educação de Pellegrini ao gosto pela brevidade, pela sabedoria do “Brasil profundo”, pela eloquência de um camêlo.

Em conclusão, Sebastiana é a linguagem de Londrina: representa sua estética, seu humor, sua poética, sua ideologia. Sebastiana, em termos de vida doméstica, talvez seja mais musa de Pellegrini do que qualquer outra mulher ou deusa. Na única ocasião em qual o narrador emprega uma linguagem destoante da lógica narrativa do romance é na voz de Tiana, sob o tema da Saudade. Não chega a ser um fluxo de consciência; é uma exploração da anáfora que, no contexto de uma obra quase integralmente voltada ao objetivo, ao concreto, à *práxis*, a repetição do afeto soa a antítese de sua economia vernacular.

É em um episódio em qual José e Tiana aos 40 anos, após vida feita em Londrina, rememoram a jornada, o crescimento pessoal e econômico. José perguntou a Tiana na sobremesa se ela achava que fora sorte, quando ela responde que fora fruto do próprio trabalho, José volta a questionar se teria sido diferente em outra terra, pois “seus irmãos ainda eram empregados da Usina em Capivari, levando marmita para o trabalho” (Pellegrini, 1998, p. 391). Ao longo da noite, relacionaram-se três vezes. “Deus deve ter ouvido: daí por diante, três vezes nunca mais; mesmo duas; tinha chegado ao pico [...] É a meia-idade, meu amigo.” (id, *ibid.*, p. 392).

Tiana ria:

*Na meia-idade  
Só me espanta  
Já tanta saudade*

Saudade, disse ela, de quando trabalhava um dia inteiro sem cansar; saudade das minas e dos olhos-d’água, que a gente achava até no quintal de casa, mas foram secando, secaram; e saudade daqueles peões tão fortes e tão crianças; saudade dos ingleses com seu chá das cinco; saudade da mata, que até outro dia estava ali, não estava? Saudade dos macacos e das araras; do tempo em que não se vendia palmito, de tanto que tinha, e agora custava caro porque vinha de longe. Saudade até de sirene de serraria, que fim levaram as serrarias? (Pellegrini, 1998, p. 392)

O trecho ilustra o deslocamento da vida doméstica ao cotidiano literário: da fala ao poema ao estilo do narrador. A poética foi instaurada de maneira bem-sucedida. O tema/conteúdo que viabilizou o processo é a saudade/nostalgia, o que não é de se espantar, uma

vez que o romance *Terra vermelha* (Pellegirni, 1998) é a embrenhada de muitas dicotomias pautada na nostalgia de uma terra anterior à “queda” cultural: a natureza antes da civilização, o homem antes da máquina, a humanidade anterior a Queda e a Ganância, os tempos áureos dos passados, da vida que era antes. Da vida que não seguira adiante. Talvez, caiba interpretar que a “nostalgia/saudade” faça parte da “poética” de Pellegrini, ou pelo menos do seu romance *Terra vermelha*.

Retomando o “mito de Sebastiana” em sua integralidade, o signo é conotativo de uma cidade construída pela linhagem de Abel; de regeneração (Londrina, terra da paixão, florescimento e união), ausência de pecado original (não houve colonização sobre indígenas, não houve assassinato) e de sabedoria sensível, popular, longe das artimanhas e artilosidade do discurso sofista, canônico. É a perfeita antinomia da Londres representava por Eliot. Há uma poética oralizada nesta Londrina, que sai diretamente da boca de Tiana à lírica itálica do romance. Com uma oração de três versos deslocada ao centro literário da terra vermelha, Pellegrini busca lavar o migrante do interior de São Paulo da barbárie ocidental e urbana da industrialização, do desenvolvimento, da máquina. Em seguida, é preciso perguntar-se o quão bem-sucedido foi essa emancipação de Londrina da própria História.

Por que “emancipação”? Porque, como serão discutidos nos próximos dois capítulos, Londrina foi financiada por empresas e bancários londrinos, com o propósito de criar uma cidade nos moldes das cidades do cânone Europeu. Além disso, uma cidade que busca se emancipar da sua origem deve atrair, também, por fascinação, sujeitos que buscam se emancipar da sua origem social e ascender financeiramente. Aqui, entra a importância de José – como signo que representa o sujeito encantando pela beleza discursiva de Londrina. Qual foi a relação de José com Londrina? O capítulo seguinte busca responder a questão,

### 3 LITERARIEDADE E AUTOPOIESE: O DESENVOLVIMENTO

No capítulo anterior, discuti a terra vermelha como alternativa de cura à terra devastada, lá fora. A terra vermelha é unida, sem sangue, de sabedoria popular e do cotidiano; não é fragmentada, bárbara, das artes do discurso sofista que levam aos cânones da transcendência. Pellegrini quer, em oposição aos mitos e imagens automatizadas da literatura, criar um mito a partir do folclore familiar.

Neste capítulo, discuto a relação de José – o protagonista – com essa terra e essa linguagem. Se Londrina é edênica, José é adâmico: ele busca a rejeição ao Velho Mundo para a constituição de uma nova subjetividade, autopoietico, emancipado do seu próprio passado e da História que o governou até a travessia do Tibagi, famoso rio norte paranaense. Durante anos permanece circunscrito na nova subjetividade. Ocorre que, assim que enriquece, decide viajar a Rafard, cidade de origem, e em seguida visitar o litoral. Ao regressar para Londrina, haverá uma quebra no ritmo fundamental da literariedade autopoietica que o formou à beira do Tibagi. A quebra instaura uma crise na subjetividade adâmica. Será o momento do breve florescimento simpoiético no seio de uma náusea semântica, ideológica e literária.

Aqui, também revisito a discussão da literariedade nos estudos literários, para fins conceituais como os explicados nos próximos capítulos.

#### 3.1 José adâmico

Não apenas as “figuras de barbantes” de Haraway (2023, p. 23); gosto de pensar, também, que biomas são como contos literários: elas propõem, à atenção dos sujeitos, padrões de relações ecológicas que evocam, de algum modo, produção de sentidos e formas de habitar uma terra vulnerável e ferida. Diante do estado atual do mundo, talvez seja impossível comprometer-se com uma reconciliação e restauração total dos laços sociais, do bem viver, da política ideal. Não é por isso que, em um prisma diferente dos discursos catastrofistas e apocalípticos, seja inviável compor: “possibilidades mais modestas de recuperação parcial”, sintonizadas “com o florescimento finito ainda possível” (id, ibid.). Como biomas contam estórias? Da maneira como a tese foi composta, até agora, a comparação entre Pellegrini e Eliot, entre a terra vermelha e a terra devastada, reconstrói

*uma estória que precisamos conhecer. A industrialização se mostrou uma bolha de promessas, seguida pela destruição de meios de vida e a devastação de paisagens. E, no entanto, esta estória não é suficiente. Se nos contentarmos com a decadência como o seu desfecho, abandonamos qualquer esperança – ou dirigimos nossa atenção para outros locais de promessa e*

*ruína, promessa e ruína.* (Tsing, 2024, p. 60-61, itálicos do original, negritos meus).

Assim, a defesa principal da tese urge em colocar ambas as terras sob a luz de certos biomas, que sugerem formas de habitar, parcial e finitamente, os pinheiros paranaenses à surreal devastação europeia. A terra vermelha é uma estória baseada em uma ilusão de restauração que, no seu final, sequer conseguirá sustentar a si mesma; a terra devastada é a própria história de ilusões que se acumulam e regurgitam sua cultura espancada pela própria barbárie. Como pode haver lugar para uma estória – uma poética, ou literariedade – comprometida com o florescimento finito da flor ante a náusea?

Do romance paranaense, cujos valores não correspondem ao gosto do pesquisador, jogo atenção a uma pequena flor florescida nesta náusea semiológica. Contar-se-á, então, a imersiva estória do interlúdio: um modo de habitar socialmente responsável com o futuro porvir, que ocorrera no início da devastação da terra vermelha em direção à devastada. Trata-se do episódio de plantação de árvores de José. Antes, convém, dar alguns passos atrás e entender a origem dessa história.

“Para quem quer vida nova, o melhor é terra nova”, disse um ferreiro apontando para uma jardineira com japoneses e alemães (Pellegrini, 1998, p. 95). José havia abandonado Sebastiana com um filho a fim de ver, com os próprios olhos, a tal da nova terra sobre qual muito se falava. Já estava na altura de Cornélio, vinha viajando por dias de Rafard até o norte paranaense, quando encontrou a jardineira com os novos colonos. Os japonese e alemães olhavam espantados a nova mata, o novo Estado. Faziam perguntas. Mister Jeofrey, um inglês, pacientemente afirmava que ainda não estavam na terra roxa (*rossa* como diziam os italianos). No outro lado do rio às árvores seriam ainda maiores. A terra seria vermelha mesmo. “A melhor terra do mundo” (id, *ibid.*, p. 96).

Soubessem os imigrantes que o inglês Jeofrey era, na verdade, brasileiro, filho de inglês com paulista, de certa teriam desconfiado de suas afirmações. Não podia existir terra melhor que aquela ali da beira do Paranapanema...

Não era mesmo mais a terra esbranquiçada ou marrom-claro de São Paulo, era quase vermelha; o capim na beira do rio era mais alto que dois homens, e via cafeeiros que dariam meio saco cada um, mandiocas de arrobas, algodoais da altura de milharal e pés de milho com três espiga grandes. Mas o tal Jeofrey ria:

– Vão ver então depois do Tibagi (id, *ibid.*, p. 97)

José não foi de jardineira. Ia a cavalo, em um caminho pessoal, ora ou outra reencontrando a jardineira e os colonos na estradinha. Quanto mais avançavam em direção ao

Tibagi, menos viam fazendas e sítios, e mais mata, mata sempre mais alta. À noite dormiria olhando as estrelas e pensando na tal terra-vermelha depois do Tibagi, conforme as afirmações do inglês. “Figueiras-brancas que nem dez homens abraçavam. Perobas de quarenta metros. Cafeeiros tão altos que colhiam de escada. Terrenos e sítios à venda com vários anos para pagar, sem entrada” (id, ibid., p. 97). E por que, diabos, estava tão atraído pela tal terra vermelha? Não queria ser lavrador como pai. Talvez fosse o jeito com que falavam dela, como se fosse coisa de outro mundo. Ou, talvez, por lembrar do que diziam os tropeiros...

– Praqueias bandas não vai gente fidalga, só casco-duro, só fracassado na vida, aí lá se ajeitam.

Então, uma epifania. Não da forma como narrava Clarice, quem Pellegrini rejeita. Ainda, uma epifania. De uma educada e simples sabedoria de Sebastiana.

O céu estrelado, a mata escura em volta. Tiana dizia que, para rezar, não é preciso conhecer reza nenhuma, é só agradecer e pronto, agradecer por qualquer coisa, por tudo que a vida nos dá e a gente nem percebe. Então, antes de dormir de novo sozinho naquele fim de mundo, ele agradeceu ao fogo, pois em volta do fogo é que tinha ouvido falar daquela terra; pegando daí o costume de todo dia, até no dia em que entraria no hospital, agradecer por alguma coisa, seja a nuvem que de repente cobre o sol ou a formiga que leva as migalhas do chão. (id, ibid., p. 97-98)

Por que José rezou? A hipótese que gostaria de levar é uma associação entre poética e espiritualidade, relação cujo elemento central – neste trecho – é a natureza. Ou, pelo menos, uma percepção de natureza feita consciente de si pela primeira vez no interior do personagem José. Aqui, há o fundamento do que proponho como “literariedade simpoiética”, e como se trata de uma relação que herdará os padrões ontológicos e padrões de mundo construídos no seio de duas terras industrializadas, não há como o florescimento parcial desta literariedade ocorrer sem alguma náusea ideológica. Até porque, a concepção *total* de natureza deste personagem está imbricada no assassinato cometido por ele mesmo (Pellegrini, 1998, p. 26-30). Ademais, a percepção desta natureza “ajeitadora dos casco-duro” envolve o atributo lírico de Sebastiana; ela lhe ensina o que é reza e, intermediado pela epistemologia da lírica Sebastiana, José se liga à natureza.

Rumo às discussões de “literariedade simpoiética”, cabe ressaltar o quanto a trajetória de José dialoga com o mito adâmico-americano. R.W.B. Lewis em *The American Adam: Innocence, Tragedy, and Tradition in the Nineteenth Century* (1955), observa que no século XIX, após o fim da Guerra Anglo-Americana de 1812, havia um ressentimento geral com a herança do Velho Mundo (Reino Unido). Alguns nomes, tais como Walt Whitman, Ralph Emerson, Henry James, compõe uma unidade de elementos literários que fundam uma nova

personagem estadunidense. Este indivíduo, adâmico, se emancipa da História (isto é, ejeta-se para fora do próprio Passado, em negação, ressurgindo como criatura autossuficiente e impulsionada à expansão da Terra e sem qualquer pecado primário). Um conhecido conto de Nathaniel Hawthorne, “Earth’s Holocaust”, de 1844, narra, com ironia, uma multidão de pessoas reunidas em uma imensa fogueira, em qual jogaram inúmeros objetos ligados à aristocracia e nobreza inglesa, até, por fim, os livros de literatura e filosofia:

Veja! Veja! Que monte de livros e panfletos!” exclamou um sujeito, que não parecia ser amante de literatura. “Agora teremos um incêndio glorioso.”  
 “É exatamente isso!”, disse um filósofo moderno. “Agora devemos nos livrar do peso dos pensamentos de homens mortos, que até agora pressionaram com tanto peso o intelecto vivo que este se tornou incompetente para qualquer esforço eficaz. Muito bem, rapazes! Para o fogo com eles! (Hawthorne, 2010, p. 13, tradução livre)<sup>45</sup>

O narrador, então, volta-se para a história de uma humanidade que alcançara tamanho estágio do progresso, “tão além do que os homens mais sábios e espirituosos das épocas anteriores jamais haviam sonhado que seria um absurdo manifesto permitir que a Terra continuasse a ser sobrecarregada com suas pobres realizações no campo literário”<sup>46</sup> (Hawthorne, 2010, p. 14, tradução livre). Para Lewis (1955), este conto expressa precisamente o contexto simbólico do Adão americano: uma personalidade radicalmente nova, que rejeita e emancipa-se da história, desprovido de ancestralidade. É um indivíduo solitário, autossuficiente e pronto para enfrentar o que quer que o aguardasse com os únicos recursos únicos da própria força inerente. Não é surpresa, para Lewis, que esse herói fosse facilmente identificado com Adão antes da Queda. Sua epistemologia moral era anterior à experiência-em-si; em sua novidade, ele era fundamentalmente inocente.

O tropeiro José pode ser interpretado como um adão paranaense. Solitário, cujos laços mais próximos estão à margem da sua própria vontade (chega a dizer que abandonaria Sebastiana se ela não quisesse acompanhá-lo ao Paraná), e heroico ante um mundo cheio de possibilidades. Ocorre que, da maneira como observa Henry James sobre o mito adâmico, *não há como fugir para sempre da História* – o Velho Mundo retorna, lampeja à consciência do Adão o passado, latente, de qual tentou se ejetar. Também há esta sombra do Velho Mundo

<sup>45</sup> *See! see! What heaps of books and pamphlets!” cried a fellow, who did not seem to be a lover of literature. “Now we shall have a glorious blaze!” “That’s just the thing!” said a modern philosopher. “Now we shall get rid of the weight of dead men’s thought, which has hitherto pressed so heavily on the living intellect that it has been incompetent to any effectual self-exertion. Well done, my lads! Into the fire with them”.* (Hawthorne, 2010, p. 13)

<sup>46</sup> *“The truth was, that the human race had now reached a stage of progress so far beyond what the wisest and wittiest men of former ages had ever dreamed of that it would have been a manifest absurdity to allow the earth to be any longer encumbered with their poor achievements in the literary line.”* (id, *ibid.*, p. 14)

neste tropeiro adâmico. No capítulo de abertura de *Terra vermelha* (Pellegrini, 1998), “Último desejo”, há a inserção do nascimento do personagem em uma categoria de folclore: “conta o folclore familiar que [...]” (Pellegrini, 1998, p. 11) para, dois parágrafos depois do nascimento, encontrarmos um José já aos oitenta anos, que “resolve morrer no dia em que começa a sentir dor” (id, *ibid.*). O capítulo concentra-se quase que inteiramente na velhice e coma fingido do personagem, com exceção das últimas 5 páginas (p. 26-30) que contam um *in media res* da vida de José, já casado, tentando a vida como tropeiro (a exata vida que o leva à Londrina).

A cena em questão apresenta José atendendo pela alcunha de “Zé Capivara”, sendo avisado pelo madrinheiro da turma que havia um ladrão levando tropa. José “levanta com a garrucha numa mão e na outra a faca de prata [...] os danados estão usando outra égua de madrinha para levar os burros” (Pellegrini, 1998, p. 27).

Varam o pasto alugado, entram em outra fazenda, contornam um capão de mato e já vêm lá adiante no vale a burrada entrando num taquaral, deve ser lá uma beira de rio. Ele galopa e o rapaz acompanha, passam o rio com água pelo feito das mulas, quase a correnteza derruba; mas no barranco vêm que o galope valeu: a burrada está ali no alcance de tiro. Ele desmonta e agacha com a espingarda. O rapaz pergunta fanhoso nas contas:

– Ele é mesmo seu amigo, seu Zé Capivara?

[...] Atira, e um homem cai lá do cavalo, e os outros dois fogem deixando a burrada [...] Do tropel sai o homem ferido, uma das mãos no peito, outra apontando o revólver [...] [José] atira com a garrucha, o homem cai para trás (id, *ibid.*, p. 28).

Em seguida, José se aproxima perto do ladrão baleado, “então ele enfia a faca de prata na barriga do desgraçado e torce, torna a enfiar e torcer” (id, *ibid.*, p. 28-29), quando o rapaz que acompanha José torna a perguntar “Ele era mesmo seu amigo, seu Zé?” (id, *ibid.*).

Ele não responde; treme o corpo todo, vai para a sombra duma árvore. Limpa com folhas secas o sangue da faca [...] Voltam para a tropa com os burros fungando. Dito bate os olhos e diz ih, patrãozinho, essa burrada resfriou, burro arrepiado não pode varar rio. No mesmo dia os burros começam a morrer, morrerão todos [...] quando chega em casa, uma semana depois, diz que não quer mais ser tropeiro [...] Tiana serve a primeira comida caseira que ele vê em meses.

– Faça como achar melhor, José. Me dá então a colher e a faca de prata? (id, *ibid.*, p. 29-30)

O assassinato jamais será retomado de maneira direta na obra inteira, salvo passagens indiretas. Torna-se, de fato, um segredo a ser recalcado ou ejetado deste adão, mencionado no começo da obra (“ – Tiana, tenho um segredo que nunca vou te contar dessa faca [...] E tanto tempo depois, a faca já fina, fatiando bolo de aniversário, um neto perguntará: – Nono, é verdade que essa faca tem um segredo?”, id, *ibid.*, p. 30) e no miolo, quando, curiosamente, do

assassinato se introduz pela primeira vez a “tal terra vermelha” do Paraná.

“Mas da terceira viagem [de tropeiro] voltaria de novo velho e cansado, o olha fundo:

– Tive de fazer uma coisa muito ruim, Tiana.

Ela podia ficar com a faca e a colher de prata, com ele aquilo só ia enferrujar de má lembrança.

– E vamos mudar daqui.

Ela disse que era barato o aluguel daquela casa, podiam pagar.

– Não vamos mudar de casa, vamos mudar de terra!

Ela suspirou fundo [...] mudar para onde? Ele emprestou um cavalo, ia conhecer a tal terra-vermelha do Norte do Paraná, de que tanto falavam os peões.” (id, *ibid.*, p. 94)

Sequer é mencionado onde e como ouviu falar dela. Quase como o conto de uma terra fantástica em uma terra devastada, ele soube. Interessa aqui é a relação de causalidade: assassinato em pleno pasto, da qual se segue a apresentação da mata curativa do Ocidente. A terra de Abel. O narrador circunscreve o ato como um segredo entre duas terras, sudeste e sul, cuja lembrança passaria ser o objeto mantido por Sebastiana, raramente mencionado no romance. A arquitetura narrativa optou pelo deslocamento da cena, que ocorre cronologicamente muito à frente da história, na apresentação inicial do folclórico “herói” José. Ou seja, trata-se do folclore de pessoas desajeitadas, moralmente ambíguas, de pecados originais. A introdução de José sugere um personagem da “perda de inocência”.

A transgressão, desse modo, passará por um processo de apagamento ao longo do romance, sugerindo um movimento de reescrita do personagem. O assassinato, que em um romance como *O Estrangeiro*, de Albert Camus, é o ponto central da obra, indissociável do personagem, passa, no romance *Terra vermelha* (Pellegrini, 1998), a ser uma característica de supressão. É neste ato de apagamento da crise que o percurso de José à terra vermelha reitera o mito do Adão Americano; o ritual de reescrita (renascimento) da ontologia do personagem ocorre prestes a atravessar o Tibagi, o que o liga esse reescrita de personagem àquela terra.

Como mencionado, o mito adâmico personifica uma subjetividade em busca de expurgo das crises e guerras do Velho Mundo (Europa) para ressurgir como Nova Criatura adâmica nas terras recém-descobertas. O Adão americano (assim como José) está livre do fardo do passado. E agora a matiz que o liga à natureza é panteísta: ambos, José e adão americano, vislumbram a possibilidade de reconstrução identitária pela natureza, como um espaço autônomo que opta por interditar o pecado do velho sujeito. A natureza recém-descoberta *faz* nascer do velho homem um Adão ejetado da história do pecado original. O deslocamento à natureza virgem funciona como uma alienação da sociedade e suas leis morais, éticas, onde, ali, o sujeito busca uma religião com o “cosmos” por meio de uma espiritualidade qualquer. *Por isso José reza.*

Para legislar o folclore de Adão. É imperativo o momento de apelo, de rejeitar Rafard e reintegrar-se com a inocência nas terras paranaenses. Essa espiritualidade não ocorrerá por vias dogmáticas, antes, por uma poética mediada mais uma vez pela figura de Sebastiana (“Tiana dizia que, para rezar, não é preciso conhecer reza nenhuma, é só agradecer e pronto”, Pellegrini, 1998, p. 99). Afinal, é Sebastiana a expressão lírica dessa nova realidade.

Se Eliot discute a poética e literatura inglesa como fármaco espiritual da Europa devastada (Eagleton, 2006, p. 58-63), também será a poética o fármaco do tropeiro adão durante um Brasil industrial da era Vargas, representada pela imagem de Rafard/Capivari. José, resultado do fim da primeira República, e por meio da lírica da mulher Sebastiana (tal qual Virgem Maria), religa-se à virgem e inocente natureza; isto é, religa-se à própria inocência e virgindade da alma.

### 3.2 O tropeiro, para se tornar adão, precisa de literariedade

Em virtude da análise acima, proponho um percurso teórico inverso ao de Roman Jakobson. Se o formalista fundou sua “função poética” *a partir* do conceito de literariedade (Araújo, 2015), pretendo inverter a lógica a trajetória e da “poética” retornar à literariedade. Em especial ao texto de inauguração, *A Novíssima Poesia Russa* (Jakobson; Gonçalves, 2001). O propósito é fazer leitura minuciosa do texto e abstrair interpretações e hipóteses de definição acerca da literariedade, a partir do contexto semântico do ensaio, desconsiderando (em um primeiro momento) as transformações semânticas e lexicais que o termo sofreria até chegar em “função poética”. Leituras complementares, caso auxiliem as reflexões, serão citadas. Em um segundo momento, as hipóteses de definição serão comparadas com a historiografia do termo, observando pontos de aproximação e distanciamento. Rapidamente, algumas notas introdutórias.

Dois são os conceitos que compõe a proposta em questão: de um lado, a literariedade, termo que cunharia a nova ciência literária, em 1919, apresentado por Roman Jakobson e a dicotomia “autopoiético/simpoiético”. Qual dos conceitos é o predominante na proposta a seguir? A resposta mais precisa, nos termos desta tese, seria que o campo epistemológico da segunda legisla sobre os sentidos do primeiro *apenas se não for aceito uma leitura perpendicular de literariedade a partir da sua etimologia histórica*. Argumento que se automatizou um caminho interpretativo específico do conceito de literariedade, cuja representação mais importante dessa leitura é o “Prefácio” de Schnaiderman (1976). Um caminho interpretativo mais atualizado, ainda coeso com a tradição, pode ser lido em Araújo

(2015) e Tao & Song (2020). Caso, a partir das mesmas considerações levantadas pelos autores citados, optasse seguir por uma via perpendicular de interpretação, a literariedade apresentaria uma fertilidade epistemológica que se aproximaria das discussões sobre autopoieses e simpoiesis.

Desta forma, começo pelas considerações dos autores Araújo (2015) e Tao & Song (2020) sobre a origem do termo nos estudos literários. A começar pela formação da palavra,

*Literariedade* é, na maioria das línguas, uma derivação. Na Rússia, deriva do adjetivo литературный [literatúrnyi, traduzido como “literário”]. Em inglês, é originado do adjetivo *literary*. A palavra francesa *littérarité* foi primeiro originada do substantivo *littérature*, depois substituído por *littéarité*, do adjetivo *littéraire*. Na língua chinesa, literariedade pode ser considerada como combinação do substantivo *literatura* e o nominal *xing*<sup>47</sup> ou como abreviação de *qualidade* ou *a natureza da literatura*. Da perspectiva do desenvolvimento do conceito, a palavra russa foi emprestada do vocabulário de outras disciplinas; a palavra francesa tinha acaba de ser cunhada quando foi traduzida e introduzida nos estudos literários, e a palavra inglesa e chinesa foram reconstruídas do sentido original pela reprodução do formalismo russo<sup>48</sup>. (Tao; Song, 2020, p. 141, tradução livre).

Em seguida, Tao & Song (2020, p. 141-142), observam que “conceitos são a generalização e abstração de fenômenos existentes” e “podem ser produzidos de três maneiras”. A primeira pela “transformação de conceitos existentes, a partir de derivação, extensão, reversão, revisão, sínteses, entre outros”, a segunda por empréstimo de conceitos de outras disciplinas e a terceira “por uma combinação dos dois anteriores”<sup>49</sup> (id, *ibid.*). “Por outro lado”, continuam os autores, “a longa história da literatura também demonstra que não há fenômeno literário *absolutamente* novo” (id, *ibid.*, *itálicos meus*), e, portanto, “o nascimento de um conceito literário novo sempre significa a renovação da pesquisa literária, isto é, *a intervenção de novos conceitos, métodos e interpretações*”<sup>50</sup> (id, *ibid.*, *itálicos meus*).<sup>51</sup>

<sup>47</sup> Xing, uma palavra funcional da língua chinesa, que significa: “com características específicas, atributos, qualidades ou natureza”, traduzido livre da nota de rodapé: “Xing, a function word in Chinese, which means “with a specific characteristic, feature, quality or nature” (Tao; Song, 2020, p. 173).

<sup>48</sup> “[...] *literariness* is, in most languages, a derivative. In Russian, it derives from the adjective литературный. In English, it originates from the adjective *literary*. The French word *littérarité* first originated from the noun *littérature*, which was later replaced by *littéarité*, from the adjective *littéraire*. In Chinese language, *literariness* can be regarded as the combination of the noun *literature* and the nominal *xing* or as an abbreviation of the quality or the nature of literature. From the perspective of the development of the concept, the Russian word was borrowed from the vocabulary of other disciplines, the French word was newly coined when it was translated and introduced into literary theories, and the English and Chinese words were rebuilt from the original meaning by the reproduction of Russian formalism” (Tao; Song, 2020, p. 141).

<sup>49</sup> “Concepts are the generalization and abstraction of existing phenomena [...] They can be produced in three ways: Through the transformation of existing concepts, such as derivation, extension, reversion, revision, synthesis etc.; borrowings from other disciplinary concepts; or the combination of the former two.” (id, *ibid.*, p. 141-142)

<sup>50</sup> “Meanwhile, the long history of literature also means that there is no absolutely new literary phenomenon. Therefore, the birth of the concept of literary theory always means the renewal of literary research, that is, the intervention of new concepts, methods and interpretation modes.” (id, *ibid.*, p. 142)

<sup>51</sup> Daqui a primeira consideração a ser feita é que se não há fenômenos *absolutamente* inéditos, então há fenômenos

Deste caso, surge a interpretação de que literariedade, como derivado de “literário”, é um conceito que responderia a um fenômeno *parcial* da literatura, que renova a própria categoria do *literário*. Por que um fenômeno parcial? Porque no instante em que o amplo *literário* dá lugar ao sentido moderno, autônomo, de “*literário*”, atualiza todo seu passado no interior da sua nova semântica, como observam Pierre Bourdieu (2002) e Hugo Friedrich (1978).

Em *As regras da arte* (Bourdieu, 2002), Pierre Bourdieu discorre detalhadamente sobre tal autonomia durante um longo episódio francês, no final do século XIX e início do XX, protagonizado por Baudelaire, Mallarmé e Rimbaud (autores associados à lírica moderna). Detém-se sobre um estudo de caso, entre Flaubert e Baudelaire, como antíteses, pois Baudelaire propõe “uma espécie de misticismo da sensação ampliada pelo jogo da linguagem: realidade autônoma, sem outro referente que não ela mesma, o poema é uma criação independente da criação” impassível de ser capturada pela percepção da “ciência positiva” (Bourdieu, 2002, p. 127-128). Tal busca é oposta tanto ao “lirismo sentimental do romantismo”, que “concebe a poesia como expressão refinada dos sentimentos” quanto ao “objetivismo pictórico e descritivo de Gautier e do Parnaso” (id, *ibid.*).

Não agradando a gregos e troianos, aristocracia beletrista ou burguesia emergente, esses autores – Baudelaire em especial – buscaram a produção de uma poética autônoma independente do “bom gosto” beletrista (ligada à reprodução dos moldes clássicos) ou do “bom gosto” burguês (ligada à moralização e educação da própria classe). Os autores buscaram uma poética cujo sentido fosse obscurecido de maneira fascinante (Friedrich, 1978, p. 15), chamando atenção para si mesma, ao invés de jogar atenção do leitor para qualquer elemento ético ou moral externo cujo propósito era *servir à classe*. A regra era romper com a tradição (Friedrich, 1978, p. 166-167), ao mesmo tempo em que tal poética moderna, em busca de autonomia, era rica de ressonâncias com o passado, apresentava um “patrimônio universal poético” (id, *ibid.*, p. 168), que envolvia folclores, lendas e mitos da Idade Média, cultura grega, italiana, chinesa; tradições religiosas diversas, citações diretas ou indiretas de Shakespeare, Ovídio, Dante, Agostinho (id, *ibid.*). Ou seja, a literatura se *afirma autossuficiente* à medida que *dialoga* com seu *passado*, cria, *na imanência da própria poética*, uma “historiografia” dos autores, obras, personagens, modos de produção, que, por oposição ou aliança, traçam um fio condutor de si

---

no mínimo *parcialmente* inéditos. E, nos casos em quais novos conceitos (cunhados por derivação, extensão, síntese, etc), são mobilizados para lidar com o fenômeno literário em estudo, cabe concluir que o conceito é uma resposta à parcialidade de tal fenômeno. Na história da literatura a necessidade de criar um *novo* conceito como resposta à *parcialidade* do fenômeno ora é bem aceito (polifonia de Bakhtin, intertextualidade de Kristeva), ora *menos* aceito (desconstrução de Derrida).

ao longo dos séculos – força centrípeta de qual gera o sentido moderno de “literatura”. Retomando Tao & Song (2020), o nascimento de um novo conceito de *literário* renova a antiga categoria de *literário*, pois não se trata de um fenômeno *absolutamente* novo.

A consequência é um fenômeno *parcialmente* novo cuja “autossuficiência” não continuaria na sombra da historiografia de uma Escola Francesa que determina o clássico, o bom, o modelo a ser seguido. Agora que há o discurso de um novo objeto, de um novo fenômeno, sobre qual versar e analisar, é preciso um conceito derivativo (de *literário*) que responda à parcela *moderna* deste todo que remonta à antiguidade. Hora de *literariedade*.

### 3.2.1 Literariedade (revisitada)<sup>52</sup>

A história já é muito conhecida: em 1914, Jakobson funda o Círculo Linguístico de Moscou, que estabeleceu vínculos com a Sociedade de Estudos da Linguagem Poética (OPOIAZ), de 1915 e fundada por Chklovski em Petrogrado (hoje, São Petersburgo). Os dois grupos, interessados no fenômeno linguístico e poético, juntam recursos intelectuais em uma série de estudos e publicações. Mais tarde, viriam a ser chamados *Formalistas* pelos opositores. O objetivo comum dos dois grupos era fazer da pesquisa literária uma ciência independente, o que reafirma a função do conceito literariedade – isto é, representar e legislar sobre o novo fenômeno literário em vias de autossuficiência.

O conceito literariedade é inaugurado no ensaio *A Novíssima Poesia Russa*, apresentado pela primeira vez em maio de 1919 (Gonçalves, 2001, p. 64) no Círculo Linguístico de Moscou, fruto de discussões realizadas por Jakobson, seus discípulos e poetas cubo-futuristas (Gonçalves, 2006, p. 89). O trabalho retrata, a partir da análise poética de Khlébnikov e outros autores, uma concepção dos estudos poéticos e literários desse movimento, baseado em “forma”, “procedimento”, e desfamiliarização com a linguagem. No mesmo ensaio, alguns caros termos do movimento formalista são apresentados “palavra autoforjada”, “linguagem transmental”, “estranhamento”, “procedimento” e, claro, literariedade. (id, ibid.). O ensaio foi publicado de novo em 1921 em Praga, sob o título mais extenso: *A Novíssima Poesia Russa. Esboço primeiro: aproximações a Khlébnikov*. Em 1970 são publicadas em francês e inglês duas versões reduzidas, que recebem o nome “Fragmentos da *Novíssima Poesia Russa*”, a versão em inglês contendo menos reduções (id, 2001, p. 64). No Brasil não há nenhuma

---

<sup>52</sup> Neste capítulo, Terra vermelha não aparece. É um breve hiato, julgado necessário, para lidar com a densidade teórica que será, posteriormente, relacionada às ações do personagem José. Apenas é preciso ter em mente que discutir a literariedade e, em seguida, a literariedade simpoiética, é motivado por ler a ação desse José adâmico.

publicação de fragmentos e nenhuma publicação integral de grande circulação. Há uma exclusiva tradução, fruto de uma dissertação de Sonia Regina Martins Gonçalves, da FFLCH/USP, que data de 2001. O trabalho compreende a tradução direta do russo de três grandes ensaios de Jakobson, “O Futurismo”, “A Novíssima Poesia Russa” e “Sobre a Geração que Esbanjou os seus Poetas”, o último publicado pela editora Cosac Naify sob mesmo título em 2006, com notas de posfácio da autora e uma breve biografia de Roman Jakobson.

O ensaio inaugural da literariedade conta com traduções escassas e de difícil circulação; é curioso, então, que sua circulação seja inversamente proporcional ao sucesso do conceito. Nos cursos de graduação em Letras, é comum apresentar o conceito via *paráfrase*, a partir da coletânea de textos dos formalistas em *Teoria da Literatura: formalistas russos*, na clássica edição da Editora Globo cuja primeira edição é de 1971, ou pela edição atualizada de 2014, da Editora Unesp, *Teoria da literatura: textos dos formalistas russos* (2014). Nos dois casos, Boris Schnaiderman abre o prefácio dos volumes. Na versão da Globo (Schnaiderman, 1976, p. ix), lê-se

Desde o início a nova corrente se caracteriza por uma recusa categórica às interpretações extraliterárias do texto [...] o que importava era o *priom*, ou processo, isto é, um princípio da organização da obra como produto estético, jamais um fator externo.

Logo em seguida,

Roman Jakobson escreveu um trecho famoso, que se tornaria quase um manifesto do movimento:

“A poesia é linguagem em sua função estética.

“Deste modo, o objeto do estudo literário não é a literatura, mas a literariedade, isto é, aquilo que torna determinada obra uma obra literária [...]” (id, *ibid.*, p. ix-x).

Algo poderia ser dito a respeito do termo “extraliterário” *abrir* a identidade dos formalistas no prefácio, o que contradiz os estudos de Boris Eikhenbaum e Iuri Tyniánov, da década de 20, cujas análises deram-se pelas tensões no *byt* (cotidiano), como discutidas no capítulo 2. Algo também poderia ser dito a respeito de associar as afirmações de Jakobson como “manifesto” do movimento. Havia embates internos (Eikhenbaum, por exemplo, já chegou a tecer sérias críticas ao interesse pelo futurismo russo de seus colegas – Sophine, 2023, p. 20), não se tratava de uma unidade coesa. Além disso, literariedade sequer foi retomado frequentemente pelos formalistas ou comentadores da época (Tao & Song, 2020, p. 144). Curiosamente, aparece em três artigos de Eikhenbaum, de maneira periférica, então só será mencionado uma outra vez por Jakobson em um posfácio de *Questions de Poétique*. Para um “manifesto” do grupo, o silêncio em torno do conceito sugere outra interpretação.

Não é necessária tamanha verbosidade, uma vez que o próprio Schnaiderman em um parágrafo próximo (1976, p. xiii e xiv) se coloca à disposição de trabalhar mais precisamente seu retrato dos formalistas:

[...] os formalistas adotaram formulações agressivas contra a velha estética e, por vezes, chegaram a afirmar a independência da literatura em relação às demais formas da vida social. Era um recurso polêmico, que tinha a sua razão de ser tática, levado mais de uma vez ao exagero, e que lhes tem sido frequentemente lançado ao rosto, como se fosse um princípio básico de sua teorização. [...] quando se estuda em pormenor a contribuição dos formalistas russos, percebe-se *desde o início* uma tendência marcada a *levar em conta* a relação dialética entre sincronia e diacronia, ver a língua como um fenômeno social e, como tal, relacionada com as demais “séries sociais” (id, *ibid.*, itálicos meus).

Ainda assim, desponta a contradição. Como é possível que “*desde o início* a nova corrente” se caracterize “por uma recusa categórica às interpretações extraliterárias do texto” (Schnaiderman, 1976, p. ix) se, também, “*desde o início*” percebe-se a “tendência marcada” à relação dialética” e “sobretudo uma *acentuada importância atribuída ao estudo histórico tanto da linguagem como da sua expressão literária*”? (id, *ibid.*, p. xiv, itálicos meus). Já no prefácio, há uma certa náusea semântica no momento de decidir qual é a melhor identidade para apresentar, ao grande público, um movimento teórico-crítico de muitas polêmicas e de apenas 15 anos. E a conclusão? Se a literariedade é o “manifesto” do movimento, e o movimento recusa as interpretações extraliterárias, portanto a literariedade deve se fechar ao extraliterário, daí *forma*. O que é enganoso, como mostram os estudos de Tyniánov e Eikhenbaum.

De qualquer maneira, o balanço geral do prefácio (1976, p. xviii) revela a “raridade bibliográfica” dos textos formalistas na academia; um movimento “sequer citado em enciclopédias e compêndios de literatura” (embora, hoje, façam parte de muitos), e ainda obscurecido por trás dos “clichês” que “continuam atuando [...] no sentido de uma condenação vaga do movimento” (id, *ibid.*). Como “raridade bibliográfica” vale a pena lembrar de *A Novíssima Poesia Russa*, de qual emerge o conceito cunhado por Jakobson para legislar sobre a “autossuficiência” do objeto literário. Então, afinal, o que há neste ensaio de 71 páginas?

É decepcionante concluir que o texto inaugural da nova ciência literária, em qual “Jakobson se manifestava” como “se anunciasse o fim de toda uma era nos Estudos Literários” (Araújo, 2015, p. 456), cita o “manifesto” do formalismo russo uma única vez, nas exatas condições em que são apresentadas no texto de Schnaiderman. *E nunca mais é retomado ou recontextualizado ao longo do ensaio*. O ensaio se debruça mais sobre o estudo de textos do futurismo russo, em especial de Khlébnikov, e menos sobre a definição clara e precisa de literariedade. Quaisquer interpretações de definição são, portanto, indiretas e feitas a partir de

estudiosos e comentadores.

Começamos pela afirmação: “Cada fato da língua poética atual é percebido por nós num confronto inevitável com três momentos: a tradição poética presente, a língua prática de hoje e a tendência poética que está adiante dessa manifestação particular (Jakobson; Gonçalves, 2001, p. 66). O autor, então, discute a circulação dos versos de Púchkin na sua contemporaneidade: hoje “é um objeto de uso caseiro, um poço de filosofia doméstica [...] são aceitos como versos, sem objeções [...] Não era absolutamente assim para os contemporâneos de Púchkin” (id, *ibid.*, p. 66-67). Passa, então à crítica do estudo exclusivo dos “poetas mortos” ou dos vivos que “já foram premiados na loteria literária” (id, *ibid.*, p. 67), e apela por “uma teoria da linguagem poética” que trate a poesia “como um fato social”. Essa teoria da linguagem deve ser “uma espécie de *dialetologia poética*” (id, *ibid.*, p. 68, *itálicos meus*), que analise, em um recorte sincrônico de tempo, “o centro da cultura poética” e as “zona[s] de influência” (id, *ibid.* p. 68), já sugerindo: a) que assim como Púchkin, pode haver o deslocamento do dialeto poético ao dialeto da língua prática; b) um punhado de subdivisões de dialetos: transitórios, semi-transitórios, mistos e arcaizantes.

Alguns parágrafos depois Jakobson declama a mais famosa abertura dos estudos literários:

Se as artes plásticas são uma configuração do material visual de valor próprio, se a música é a configuração do material sonoro de valor próprio, e a coreografia, a do material gestual de valor próprio, então a poesia é a configuração da palavra de valor próprio, “autoforjada” – como diz Khlébnikov.

A poesia é a língua em sua função estética.

Desse modo, o objeto da ciência da literatura não é a literatura, mas a literariedade [literariedade], ou seja, o que faz de uma determinada obra uma obra literária. (Jakobson; Gonçalves, 2001, p. 70)

Como observam Tao & Song (2020, p. 142-143), Jakobson *empresta da linguística* (id, *ibid.*, *itálicos meus*) o método da dialetologia e o aplica sobre o estudo de Púchkin, estruturando a linguagem poética como *parte* de um sistema linguístico *maior*, que compete com outros dialetos. A poética geral ou teoria literária se tornaria uma dialetologia da poética, com procedimentos e epistemologias já emprestadas da Linguística, e sua metodologia cuidaria das *zonas de influência*. Ou seja, sua ciência independente é imanentemente intertextual e dependente de textos não-literários; o conceito de literariedade pressuporia em si algum nível de intertextualidade e, também, seria um conceito da linguística por natureza:

O objeto de pesquisa dos formalistas, portanto, não era o objeto concreto dos textos literários em si mesmos, mas um objeto abstraído da relação diferencial entre textos literários e textos não-literários, *uma problemática [...] que era*

*inteiramente produto dos seus próprios procedimentos teóricos*<sup>53</sup> (Bennet *apud* Tao; Song, 2020, p. 148, itálicos meus):

Se aceita essa interpretação francesa<sup>54</sup> de Bennet (id, *ibid*), a literariedade é ela mesma abstrata e sem forma; e, se um dialeto se desloca da zona poética à zona prática, novos atributos dessa abstração (seja qual for seu conteúdo abstraído) estão em constante transformação. Desde 1921, portanto, a literariedade não previa “formas” fixas; era a própria zona de *différance*; a *percepção do negativo* entre duas formas sobrepostas que jamais foram, de fato, autossuficientes. O conceito de literariedade que visava ascender a autonomia do literário subtraía de si a emancipação. Para fazer o literário é preciso *fazê-lo com; fazê-lo na zona da diferença*. Nessa definição, a literariedade diria respeito a um atributo resultante – posterior – à análise de dois textos.

Da reflexão acima, surge a primeira das possibilidades de interpretação sobre literariedade: *aquilo que se abstrai, capturado apenas a nível da percepção, da relação diferencial entre duas formas de texto*: uma forma injuntiva qualquer, motivada pelo objeto do enunciado (referente); uma forma estética qualquer, indiferente ao objeto do enunciado, cuja intenção é chamar atenção a si mesma. O conceito de literariedade, se empregado nos termos da semiótica greimasiana, não estaria no nível do enunciado textual e concreto; não está na língua realizada. É da alçada da enunciação; dos processos virtuais que deixam *vestígios* na tessitura do texto.

Como Jakobson não voltará a mencionar literariedade na *Novíssima Poesia Russa*, é impossível comparar a interpretação acima com suas definições do termo. O que se encontram são afirmações que ora se aproximam, ora se distanciam, da conclusão, *apenas se tomarmos “poética”, “poesia”, “linguagem literária” e afins como sinônimo da literariedade*. Nesse caso, o autor pensa a “poética”, sim, como uma *função* diferente da *função emotiva* (Jakobson; Gonçalves, 2001, p. 70), e não como abstração da relação diferencial entre dois textos

---

<sup>53</sup> “The object of the formalists’ researches was thus not the concrete object of literary texts themselves but the abstract object of the differential relation between literary texts and non-literary texts, a problematic (in the sense defined above) that was entirely the product of their own theoretical procedures” (Bennet *apud* Tao; Song, 2020, p. 148)

<sup>54</sup> Fala-se de “interpretação francesa” pois a leitura de Bennet foi influenciada pelos autores estruturalistas franceses (Tao & Song, 2020, p. 148), talvez mais notadamente Todorov, para quem a “forma”, de “método formal”, abarca “todas as partes da obra, *mas só existe como relação dos elementos entre si* [...] em suma, é um conjunto de funções” (Todorov; Berliner, 2003, p. 2), ou ainda, a “fórmula de Jakobson [...] deve ser interpretada em termos da investigação e não do objeto”. (id, *ibid.*, p. 3), ou ainda, “Não é a obra literária em si mesma que constitui o objeto da atividade estrutural: o que esta interroga são as propriedades desse discurso particular que é o discurso literário” (Todorov, 1968, p. 15), ou ainda, “o objeto da Poética é precisamente seu método [...] Quanto à literatura, ela é precisamente a linguagem que permite à Poética voltar-se para si mesma, a mediadora de que esta se utiliza para conhecer-se a si própria” (id, *ibid.*, p. 118).

funcionalmente diferentes. Na função emotiva, “a emoção dita as leis para a massa verbal”, “a fúria do vapor da agitação faz explodir a tubulação do período sintático” [extraído do manifesto de Marinetti], e a função poética “é indiferente em relação ao objeto do enunciado” (id, *ibid.*, p. 70). Essa postura já terá mudado quando Jakobson escreve *A geração que esbanjou seus poetas* (Jakobson; Gonçalves, 2006), retratando o suicídio de Maiakóvski.

Restam as mais de 60 páginas de análises literárias para, quem sabe em um comentário crítico, reencontrar a percepção jakobsoniana sobre literariedade. Da famosa inauguração do conceito, segue-se a discussão entre a função emotiva e a função poética a partir de textos românticos, depois futuristas, no qual Jakobson reitera o “procedimento” como elemento central da função poética. “Além disso”, comenta o autor, “é preciso notar que, na obra de arte, nós lidamos de preferência não com o pensamento, mas com os fatos da linguagem” (id, *ibid.*, p. 77) e apresenta exemplos de paralelismo formal que não acompanham paralelismo semânticos.

Até a página 86, Jakobson discute paralelismos ou outros procedimentos espaço-temporais sem motivação, o que quer dizer indiferente ao objeto “real” enunciado. Seguindo com análises ora de prosa, ora poemas, reflete sobre a importância da linguagem falada como material para “uma grande parte das obras de Khlébnikov” (Jakobson; Gonçalves, 2001, p. 92). Aqui, resgata a diferença entre “a tradição poética presente” e “a língua prática de hoje” (id, *ibid.*, p. 66), pois chega “o momento em que a língua poética tradicional se solidifica” e torna-se padrão, “cujos próprios erros são entendidos como sagrados”, como no caso de Púchkin (id, *ibid.*, p. 92). Por isso é necessária “a afluência de um novo material, de elementos frescos da língua cotidiana *para que as construções poéticas irracionais novamente nos alegrem, nos assustem e nos incomodem de novo*” (id, *ibid.*, itálicos meus).

Esse trecho representaria a leitura francesa e a leitura de Bennet sobre literariedade, como resultado de uma relação diferencial. Para Jakobson, a forma poética precisa de novo material cotidiano, seguindo “o caminho da assimilação dos novos elementos da língua falada” (id, *ibid.*, p. 93). O trecho também está de acordo com a dialetologia poética, pois, como previsto, se uma forma/padrão se desloca da zona poética à zona prática (e vice-versa), os atributos da forma estão em constante transformação (e assimilação pelo dialeto poético). Caberia à poesia a função de recorrer a “palavras incomuns”, como “os arcaísmos, os barbarismos, os provincianismos” (id, *ibid.*, p. 95) para renovação. Em seguida, o autor cita Aristóteles: “O mesmo nome pode ser tanto glosa como de uso corrente, *mas não pelas mesmas pessoas* – eles esquecem que a glosa de Púchkin na língua poética contemporânea já não é glosa, mas estereótipo.” (id, *ibid.*, p. 95, itálicos meus). Ou seja, Jakobson responsabiliza *parte*

do conjunto literário à pessoa da enunciação, uma noção que Jan Mukarövký (1988, p. 24) também aceitará nos *Escritos sobre estética e semiótica da arte*.

Essa possibilidade estaria já latente na “fórmula de Jakobson” pois, se de acordo com Todorov & Berliner (2003, p. 3), a fórmula de Jakobson deve ser interpretada em termos de investigação, e não de objeto, *em partes*, é da responsabilidade do investigador montar a equação. Se a literatura é uma mediadora, terapeuta, para a Poética conhecer a si mesmo, voltar sobre si, então, *em partes*, será o investigador o legislador sobre qual(is) objeto(s) possuem o devido CRP para essa mediação. Deste prisma, literariedade representaria pouco ao método de análise do literário; representaria mais a uma vaga “epistemologia” geral, que expande o horizonte de possibilidades de leitura do pesquisador.

Da reflexão acima, surge a segunda das possibilidades de interpretação sobre literariedade: *a literariedade é um conceito que renova o adjetivo “literário” mais do que do a “literatura” (os objetos)*. Ao inaugurar literariedade, inaugura-se um novo modo de leitura sobre objetos pré-determinados, tradicionalmente estabelecidos, à luz das teses de vanguarda. Mais epistemologia do que método, força a passagem das obras literárias enquanto Tradição (que servem à nação, à classe) às mesmas obras literárias enquanto Modernidade (que servem a si mesmas, autossuficientes). Logo, a pesquisa deveria se reorganizar para atender a uma percepção de literário. A literariedade seria a lírica moderna da análise literária (se ao menos fosse percebida na materialidade textual de todos seus objetos). Aqui, a literariedade é anterior à análise textual e visa guiar o exercício do pesquisador.

Por último, uma interpretação indireta que o ensaio apresentaria sobre literariedade, começaria a partir da sessão IV, “A sintaxe de Khlébnikov” (anotações isoladas) (Jakobson; Gonçalves, 2001, p. 96), sessão (e as seguintes) que parece ter levado ao título de 1921, ao invés do título de 1919. As páginas apresentam, grosso modo, análises sintáticas e fonéticas sobre Khlébnikov e outros autores a nível de comparação. Jakobson apresenta ao leitor uma análise “formal” do objeto literário, isto é, uma instância em qual a forma condiciona o significado. Como as análises da sonoridade russa perderiam sentido na tradução, a tradutora manteve o original ao lado da tradução.

A título de exemplo, Jakobson cita Khlébnikov sobre as “palavras-parentes” que tem “significados distantes” (Jakobson; Gonçalves, 2001, p. 113), como “*bovr* [castor] e *babr* [tigre]”. Elas são formadas “com os casos acusativo e genitivo da mesma raiz ‘bo’” e “descrevem, pela sua própria construção, que o castor deve ser perseguido e caçado como uma presa e que o tigre deve ser temido” (id, *ibid.*). Semelhante a paronímia portuguesa, Jakobson (id, *ibid.*, p. 114) segue com exemplos do poeta:

Eu sou apenas um coelho [*królik*] assustado e arisco  
 E não o rei [*karol*] do Estado dos tempos...  
 Um pequeno passo, apenas “ik”  
 Um o caído, anel de ouro,  
 Que rola pelo chão

Poema fundamentalmente de vanguarda, no qual o experimentalismo da forma condiciona o sentido. O mesmo ocorre em outro poema de Khlébnikov, “Encantação pelo Riso”, traduzido por Haroldo de Campos, e encontrado, dessa vez, na coletânea *Poesia Russa Moderna* (Khlébnikov; Campos, 2001, p. 119), cuja aliteração de “rr” simularia a risada.

Ride, ridentes!  
 Derride, derridentes!  
 Risonhai aos risos, rimente risandai!  
 Derride sorrimente!  
 Risos sobrerisidos – risadas de sorridentes risores! [...]

Se, neste caso, a percepção de literariedade de Jakobson parte das formulações poéticas da vanguarda, então há um caso de conceituação por sinédoque, no qual a parte (vanguarda) substitui o todo. A literariedade surgiria das experiências de sentido de Jakobson (e de outros formalistas russos), que condicionam sua percepção sobre o literário, daí formulando o conceito cujos atributos seriam mais perceptíveis nos próprios textos do futurismo russo. Uma citação do próprio Jakobson & Gonçalves (2001, p. 134-135) pode elucidar o que ele buscava:

Vimos, numa série de exemplos, como a palavra na poesia de Khlébnikov perde a objetividade, depois a forma interior, e, finalmente, até mesmo sua forma exterior. Na história da poesia de todos os tempos e povos observamos muitas vezes que para o poeta, na expressão de Trediakóvski, “somente o som” é importante. A língua poética tende, no limite, à palavra fonética, ou menos – como é óbvio – à palavra eufônica, à linguagem transmental.

E sobre “transmental”, diz Khlébnikov (*apud* Jakobson; Gonçalves, 2001, p. 133), que seu propósito em relação à palavra é

encontrar a pedra mágica que permite a transformação das palavras eslavas uma na outra, sem romper o círculo das raízes; fundir livremente as palavras eslavas. É a palavra autônoma, alijada da vida diária e das necessidades cotidianas. Meu segundo propósito em relação à palavra: percebendo que as raízes são de fantasmas atrás dos quais esticam-se as cordas do alfabeto, descobrir a unidade de todas as línguas as línguas do mundo, formadas pelas entidades do alfabeto. É o caminho para uma língua transmental universal”

Portanto, a terceira possibilidade de interpretação do conceito: *a transferência de função que ocorreria da função prática à função poética; não mais sua capacidade de referenciar objetos, antes, saborear a materialidade da palavra pelo prazer que há em ouvir, falar e ler uma dada língua*. Não sendo imanente por natureza, “literariedade não é a natureza da literatura,

mas uma espécie de potência da linguagem”<sup>55</sup> (Tao; Song, 2020, p. 152) cabendo ao autor ou autora a curadoria inteligente do material linguístico para servir, adequadamente, a experiência ao leitor. Nessa definição, a literariedade não diz respeito ao pesquisador, analista ou crítico *necessariamente*, pois pode ser produzida e experimentada pelo escritor, pelo leitor ou por ambos.

Aqui, as hipóteses de definição da literariedade segundo a leitura de *A Novíssima Poesia Russa* (Jakobson; Gonçalves, 2001):

1. A abstração resultante da relação diferencial entre duas formas de texto (forma injuntiva, forma estética), cuja materialização no léxico literariedade visa anunciar, alertar, uma alegórica zona de diferença que existe entre os dois textos (posterior à análise dos textos).
2. Conceito de valor epistemológico, cujo propósito é renovar a percepção do “literário” ao mesmo tempo que afirmaria sua autossuficiência, fundando (à ciência), o discurso de um objeto autônomo (que já acontecia no campo ficcional) e que pode ser estudado enquanto objeto científico (anterior à análise dos textos, visa guiá-la).
3. Ato performativo que transfere (ou transforma) a função da palavra, capturando a atenção do leitor para sua materialidade e os efeitos de sentido provocados por tais atributos. Dependente, em parte, da maestria e domínio criativo do autor (que fará escolhas sintagmáticas, paradigmáticas, de ricos sentidos) e do leitor, que deve ter percepção a nível de abstrair as nuances textuais (não diz respeito exclusivo ao analista em um primeiro momento).

Duas das definições respondem à análise literária, crítica literária, ciência literária; apenas uma se trataria de um ato presente no texto, na criação, na fruição. Há, observa-se, no ensaio russo, vagueza o suficiente para que, somando-se os pontos através dos textos dos seus contemporâneos, seja traçado um conceito de literariedade que responda tanto a atributos do texto-em-si quanto aos atributos da pesquisa sobre o texto. Comparando-se essas afirmações com as formulações clássicas (“A poesia é a língua em sua função estética” e “o objeto da literatura [...] [é] a literariedade [...] o que faz de uma determinada obra uma obra literária”, Jakobson; Gonçalves, 2001, p. 70), a terceira definição dialogaria melhor com a máxima *a priori*.

*A priori* pois o próprio percurso dos formalistas, assim como outros de seus textos, não respondem à terceira definição. Tyniánov se propunha ao estudo sincrônico das “séries

---

<sup>55</sup> “[...] *literariness is not the nature of literature but some kind of potential of language.*” (Tao & Song, 2020, p. 152)

vizinhas”, divisava “três níveis sistêmicos hierárquicos”, “(i) o sistema da *obra literária* individualmente considerada; (ii) o sistema da *literatura* em geral no qual se integram as obras literárias em sua multiplicidade e diversidade; (iii) um sistema *maior* no qual o sistema literário se integra com as chamadas “séries vizinhas”, isto é, os “sistemas não-literários” (Araújo, 2015, p. 464). Também Eikhenbaum, quem citou a literariedade em seus textos, utiliza-se “de materiais extraliterários bem com a preocupação com certos traços biográficos do autor” e, assim como Tyniánov, migra “para um método de análise que considera a literatura em relação a outras ‘séries vizinha’ (culturais e sociais)” (Siphone, 2023, p. 26). Ambos, Tyniánov e Eikhenbaum, são mais bem representados pela definição primeira ou segunda de literariedade.

Tao & Song (2020) também notam a polissemia em torno de literariedade, citando famosos teóricos literários cujas aplicações do conceito levam a reflexões diversas. Citam Derrida, Culler, Todorov, Bennet, Elrich, além de apresentarem uma recepção do conceito na teoria literária chinesa. Também Araújo (2015) nota que, para o próprio Jakobson, o conceito passou por uma progressão do formalismo ao estruturalismo a partir da Opoiaz e Círculo de Moscou, quando o Círculo de Praga apresenta novos fundamentos que levariam o conceito, pouco a pouco, ser reorganizar nas funções de linguagem. Um momento decisivo da progressão foi a tese do “dominante”, quando deixa de afirmar a exclusiva ocupação de uma função (poética ou prática) em dado texto, rumo às funções primárias, secundárias.

Para Araújo (2015) apresentando certas considerações a partir de Thomas Pavel, a passagem do formalismo ao estruturalismo foi a circunstância histórica pela qual a literatura ganhou um modelo “evidentemente linguístico” (nas palavras de Barthes) de estudo. A ciência sobre literatura aparece sob o rótulo de “Poética” e “se propõe a elaborar categorias que permitem apreender ao mesmo tempo a unidade e a variedade de todas as obras literárias. A obra individual será a ilustração dessas categorias [...]” (Todorov, 1977 *apud* Araújo, 2015, p. 454). Para o professor, seria possível pensar em dois períodos da teoria formalista: um propriamente *formalista*, capitaneado por Chklovski, e um período *funcionalista*, capitaneado por Tyniánov (id, *ibid.*, p. 458). Tyniánov pressuponha colocar sob perspectiva a relação entre a literatura e os “sistemas vizinhos” uma vez que a vida social se relacionaria com literatura antes de tudo por seu *aspecto verbal*... Aqui, observa Araújo (id, *ibid.*, p. 465-466), “dizer que a vida social correlaciona-se com a literatura por sua ‘função verbal’, e vice-versa [...] não basta. Seria preciso explicar [...] a especificidade da função verbal literária frente à função verbal social (id, 2015, p. 465). A distinção entre funções (literárias e não-literárias) seria, então, o cerne da teoria desenvolvida pela Poética, no Círculo Linguístico de Praga, por autores como Mukarövký (1988) e Jakobson (id, *ibid.*).

Se à Poética caberia, enfim, estudar “a função poética, a poeticidade/literariedade” (id, ibid.), não deixa de notar Pavel e Araújo que haveria, ainda, uma “exclamação” no interior do texto literário que frustra a estrutura”:

em literatura, como em astrofísica, a singularidade, ciumenta de seus direitos, não se deixa facilmente recalcar. Mesmo que o conjunto de regras linguísticas e discursivas sejam conhecidas em seus mínimos detalhes (e me apresso em acrescentar que a forma desse conhecimento permanece, no momento, perfeitamente inimaginável), os leitores de Fedra teriam ainda o direito, diante da quinta cena do segundo ato, de dizer simplesmente: “Que bela tragédia!”, independentemente de toda análise dos mecanismos textuais, por mais correta que fosse. A estrutura não abole nunca a exclamação (Pavel *apud* Araújo, 2015, p. 452).

A “exclamação” de Pavel talvez seja um léxico caro às considerações de Kristeva, no subcapítulo seguinte.

Outro nome, Victor Elrich (1980) um dos principais pesquisadores de formalismo nos Estados Unidos (cuja obra *Russian Formalism: History – Doctrine*, é uma das primeiras obras de peso sobre o movimento no Ocidente), reafirma a importância do “dominante” na reinterpretção de literariedade. Cita uma observação de Tyniánov, para quem um sistema não significa a coexistência [pacífica] de componentes em igualdade, antes pressupõe a preeminência de um grupo de elementos e a conseqüente deformação de outros (Elrich, 1980, p. 199). Essa “preeminência” viria a ser conhecida por dominante, que assegura a unidade do trabalho de literatura assim como sua “perceptibilidade” (id, ibid.). “Em outras palavras”, prossegue o autor, “a qualidade dominante’ da literatura é também seu atributo diferenciador, o coração de sua ‘literariedade’” (id, ibid.).

Em direção as leituras adicionais que serão feitas, cito dois ensaios menos conhecidos no Brasil sobre o movimento formalista. O primeiro deles é “5=100” (Eikhenbaum; Siphone, 2023), de Boris Eikhenbaum, publicado originalmente em 1981. O segundo é o “Método formal” (Brik; Siphone, 2023), de Óssip Brik, publicado no ano seguinte. Os dois ensaios, publicados em um momento efusivo da Opoiaz, de constantes publicações acadêmicas, levantam observações interessantes sobre a percepção do próprio trabalho ante à Revolução e ante às críticas. Em “5=100”, Eikhenbaum (Eikhenbaum; Siphone, 2023) reflete sobre o aniversário de 5 anos do movimento e seu ilustre trabalho, pois “seus 5 anos são como se fossem outros 100” (id, ibid., p. 210). No intervalo de 5 anos, a Revolução não impediu o trabalho da Opoiaz, ela o impulsionou (id, ibid., p. 209). Seria incorreto afirmar, para o autor, que o fundamento definitivo do movimento fosse o “método formal”, a “questão não está no método, mas no princípio” (id, ibid., p. 209-210). Eikhenbaum acusa a intelectualidade e ciência russa

de terem sido contaminadas pelo “pensamento monista” (id, *ibid.*, p. 210), sobre qual um fenômeno é pautado por um único “fator fundamental” e, dele, elaborado um esquema. A arte não se encaixa nesse esquema, argumenta o formalista, “o monismo não é suficiente para nós! Somos pluralistas” (id, *ibid.*).

E afirma (id, *ibid.*):

A vida é multifacetada; não pode ser reduzida a um único fator. Deixe que os cegos se ocupem disso e então eles recuperarão sua vida. A vida se move em um fluxo contínuo como o de um rio, com um número infinito de afluentes que a compõe. Mas a arte não é um desses afluentes, mas sim, uma ponte que cruza o leito do rio.

Para Eikhenbaum, os “monistas também podem utilizar” o método formal, “mas haverá uma diferença fundamental”: para os monistas, a forma sempre terá algo interno e de significativo (id, *ibid.*), e por isso, “quanto mais próximo ele[s] estiver[em] da questão da forma artística, mais distante estará de nós” (id, *ibid.*). O princípio que separaria os formalistas (pluralistas) da atual cultura russa (monistas) é “tão vital quanto o conflito entre marxistas e anarquistas [...] *Felizmente, a vida não é construída segundo as ideias de Marx*” (id, *ibid.*, itálicos meus).

O pensamento formalista, para Eikhenbaum, disputava a *percepção* sobre o literário; o princípio (epistemológico) a partir de qual abraçá-la. À Rússia do início do século XX, essa disputa foi forçada a ser partidária; então, Eikhenbaum revela, neste ensaio, um conflito da percepção política sobre o literário. Do lado do partido: ordem, imposição, contrição, regimento, coerção. Do lado formalista: a libertação anarquista das formulações contristas e monistas. E, como o formalismo se demonstra mais plural do que monista, é apenas comum que não se tratasse de uma perspectiva unificada entre os membros. Por exemplo, Óssip Brik, em “método formal”, defende que a Opoiaz tem a oferecer à cultura proletária “um sistema científico, em lugar do acúmulo caótico de fatos e opiniões pessoais [...] o conhecimento das leis de produção da arte” (Brik; Siphone, 2023, p. 212). Às vezes anarquista, às vezes iluminista, as apropriações de literariedade na Opoiaz desfrutavam de reais polissemias. Não era um uníssono manifesto.

Dessa dissidência da literariedade – sobretudo já presente na inauguração em *Novíssima* – encaminho a discussão para um ensaio de Kristeva publicado originalmente em 1974, chamado de “Ethics of Linguistics” (Kristeva; Gora; Jardine; Roudiez, 2024). À semelhança de Eikhenbaum, Julia Kristeva aborda os fenômenos linguísticos do formalismo em relação ao seu palco político. A autora não propõe uma discussão taxonômica sobre literariedade; antes, pensa o projeto linguístico de Roman Jakobson sob a luz das pressões políticas e ideológicas vigentes

na União Soviética no século XX. Nesse prisma, a literariedade deixaria de ser visto apenas como fruto da emergência de uma literatura autossuficiente para ser compreendido como resposta à supressão da linguagem poética durante a revolução bolchevique. À Kristeva, a epistemologia de Jakobson está fundada em um anarquismo fundamental: a interpretação da linguista *partir* do fenômeno poético de vanguarda, aquele liberto das contrições e regras gramaticais (semelhante à visão de Eikhenbaum acima). Por isso importa muito à autora o texto eclético e herético *A geração que esbanjou seus poetas* (Jakobson; Gonçalves, 2006), no qual Jakobson reflete sobre o suicídio de Maiakóvski. Ali o autor, conhecido hoje sobretudo pelo rigor formal, pulsa sua subjetividade teórica a partir da tragédia, da morte, do desconhecido. A linguística orientada pelo caos.

Proponho que a perspectiva de Kristeva (Kristeva; Gora; Jardine; Roudiez 2024) permite apropriar a já natural dissidência de literariedade para além da relação funcional diferencial, da epistemologia ou da criação/fruição. A literariedade como um ato de resistência e abertura ao Outro, a literariedade como abertura à polissemia, que desafia a ordem monista do fenômeno. Esta noção dialoga com o pensamento de Donna Haraway (2023), em especial com seu conceito de simpoiese. A visão política de Kristeva e o florescimento parcial e finito inerente à simpoiese de Haraway salgam o legado “existencial” e “performático” que foi deixado na inauguração de literariedade; isto é, um termo polissêmico e histórico que visava uma ruptura com alguma tradição (inércia), e cuja apropriação já visou *percepção* (abstraido da relação diferencial), *orientação* (como se relacionar com o objeto literário) e *criação/fruição* (no tecido literário), até um saldo de luta política contra um sistema homogeneizante.

O que se propõe, afinal, é o entendimento da literariedade como uma relação existencial complexa, de vários vetores, na qual o sujeito processa a experiência literário em um ambiente de muitas forças coercitivas. A cultura ocidental precisa de lógica para se desenvolver e, da literariedade, emergiria dissidência (como bem o fez entender Platão) e polissemia. Por isso, argumenta a linguista búlgaro-francesa (Kristeva; Gora; Jardine; Roudiez 2024, p. 32) a sociedade abandona seus poetas; porque ele quer valorizar a experiência do significante como tal – como enigma, como ritmo, como presença que precede a significação.

Sobre isso, Roman Jakobson (Jakobson; Toledo; Faria, 1978, p. 177) afirma

A palavra é então experimentada como palavra e não como simples substituto do objeto nomeado, nem como explosão de emoção [...] paralelamente à consciência imediata da identidade entre o signo e o objeto (A é A<sup>1</sup>), a consciência imediata da ausência dessa identidade (A não é A<sup>1</sup>) se faz necessária. Essa antinomia é inevitável, pois sem contradição não há jogo dos conceitos, não há jogo dos signos, a relação entre o conceito e o signo se torna automática, o curso dos acontecimentos se interrompe, morre a consciência da

realidade [...] É a poesia que nos protege contra a automatização, contra a ferrugem que ameaça a nossa fórmula do amor e do ódio, da revolta e da reconciliação, da fé e da negação.

### 3.2.2 Literariedade (reimaginada)

A dissidência polissêmica em literariedade possibilita diversas apropriações e aplicações. Conforme a introdução à tese, a pesquisa aborda duas perspectivas: função literária narcísica e função literária ecoica. O ponto de vista conceitual da tese prefere a adoção, respectivamente, de ética autopoietica e ética simpoietica, pelas razões elucidadas neste subcapítulo. A primeira forma de conceber a literariedade é pautada na homogeneidade, contrição (em relação ao outro), lógicas culturais monistas; a segunda maneira, alicerçada na abertura radical à alteridade. Não é a primeira vez que a articulação entre poética e ética (poética) é feita, pois a intersecção sinalizaria um *ethos*, ou seja, um horizonte de ação e de conduta no interior da formulação poética.

A plasticidade da forma literária implica em uma instrumentalização diversa, tanto para fins de controle cultural quanto para processos de emancipação. No ensaio “The Ethics of Linguistics”, Julia Kristeva (Kristeva; Gora; Jardine; Roudiez, 2024) propõe, indiretamente, essa reflexão *ética* nos procedimentos teórico-metodológicos da linguística no século XX. A autora discute duas leituras de ética: uma delas, pré-Nietzsche, Freud e Marx, quando a função ética era unilateralmente coercitiva, uma forma de “garantir a coesão de um determinado grupo por meio da repetição de um código” (id, *ibid.*) e outra pós-Nietzsche, Freud e Marx, quando a modernidade sugere que o código precisa ser quebrado para dar lugar “ao jogo livre da negatividade, necessidade, desejo, prazer, antes de ser reconstruído temporariamente e com pleno conhecimento do que está em jogo” (id, *ibid.*).

Adicionalmente, faço uma releitura da equação que não altera o sentido atribuído por Kristeva. Isso aumenta o escopo teórico da própria reflexão da autora e, ainda, ecoa o programa lexical da tese: as chamadas “feridas narcísicas” do Ocidente – que, na leitura de Kristeva (Kristeva; Gora; Jardine; Roudiez, 2024), reorganizam horizontes éticos – teria início em Copérnico, seguindo-se de Darwin e Freud. Marx e Nietzsche, no interior dessa equação, discutiriam a ética filosófica no seio destas feridas. Por último, proponho um nome contemporâneo à data de publicação do artigo que Kristeva não menciona. Hoje, entretanto, é um dos expoentes máximos na reestruturação do debate cultural sobre ética: Jacques Derrida, cujas reflexões levam a uma série de emancipações de alteridade minoritárias que, sobretudo, *exigem* a revisão da ética social para combater seu apagamento.

Com esta equação, não se trataria apenas da libertação temporária do código para o jogo livre da “necessidade, desejo, prazer”; também seria a libertação temporária do código para *enxergar a subjetividade do Outro* por trás do próprio código. A leitura condiz com a argumentação da autora no referenciado ensaio. Naturalmente, a preocupação de Kristeva é com o papel da linguística no debate deste novo *ethos*, que estaria banhada em um regime semelhante a comportamentos de homens do século XVII (defendendo que o fenômeno sem regras deva ser rejeitado da postura científica enquanto se declamam revolucionários culturais). Ao olhar de Kristeva, tal prática se constitui uma contradição à linguística estruturalista moderna, que excluiria importantes marcas enunciativas do *sujeito falante concreto* em prol de um estudo semântico ou gramático comum.

Sua crítica ocorre durante a ascendência da Gramática Normativa de Chomsky, e chega a alfinetá-lo indiretamente (“proeminente gramático” de atitude janusiana, pois defende uma gramática essencial de normas enquanto se proclama politicamente anarquista). Na prática, desta lógica nascem os “guardiões da repressão” (Kristeva; Gora; Jardine; Roudiez, 2024, p. 24), já que subjacente à epistemologia científica, há uma desesperada luta *contra* sinais de irracionalidade, *contra* sinais destruição, *contra* o desejo, a fruição, a criatividade, a pulsão... A linguística moderna, portanto, soaria anacrônica quando confrontada com o rimo pulsante de Maiakóvski ou as desintegrações linguísticas de Khlébnikov (id, ibid.) ou *qualquer outro fenômeno poético* que, para Kristeva, não deve ser entendida como *à parte* da linguagem ordinária-normativa. Ela é um fenômeno de fronteira, dissolução, transformação...

a linguagem, e assim a sociabilidade, são definidas por fronteiras que admitem convulsão, dissolução e transformação. Situar nosso discurso próximo a tais fronteiras pode nos permitir dotá-lo de um impacto ético atual. Em resumo, a ética de um discurso linguístico pode ser avaliada na proporção da poesia que ele pressupõe<sup>56</sup> (Kristeva; Gora; Jardine; Roudiez, 2024, p. 25).

O grandíssimo elogio que tece a Roman Jakobson é oriundo da episteme linguística do autor. *Sua* linguística é formulada a *partir da linguagem poética*, ou seja, do espaço livre da contrição social comum, do espaço dos ritmos de Maiakóvski e das desintegrações semânticas de Khlébnikov. Tal história dá dimensão especial ao seu trabalho: uma dimensão *ética* (nos moldes da contemporaneidade de Kristeva).

A leitura de Jakobson sobre os poetas futuristas é uma 'abertura' da teoria monológica para o '*outro*' do contrato linguístico e/ou social [...] Ao dar voz ao ritmo inscrito na poesia de Maiakóvski, Jakobson nos permite ouvir a

<sup>56</sup> “[...] language, and thus sociability, are defined by boundaries admitting of upheaval, dissolution, and transformation. Situating our discourse near such boundaries might enable us to endow it with a current ethical impact. In short, the ethics of a linguistic discourse may be gauged in proportion to the poetry that it presupposes” (Kristeva; Gora; Jardine; Roudiez, 2024, p. 25).

'causalidade silenciosa e ética' inerente à linguagem poética. O ponto essencial para Kristeva é que a linguagem é dupla: tanto ritmo quanto estrutura, tanto luta quanto lei; e que o sujeito nunca é apenas razão monológica ou ritmo asimbólico, mas um sujeito que tanto formula significados quanto questiona essas formulações em um processo dialógico interminável<sup>57</sup> (McCance, 1990, p. 28).

Jakobson constrói uma linguística a partir da pulsão livre, da experiência de desintegração, da subjetividade do *outro* em pleno voo enunciativo. Faz sentido, então, a relação da autora com *A geração que esbanjou seus poetas* (2006). Para a autora, quando o linguista escreve, sobre o suicídio de Maiakóvski, “como escrever sobre sua poesia agora, quando a tônica já não é mais o ritmo, mas a morte do poeta?” (Jakobson; Gonçalves, 2006, p. 9), há uma pessimista e existencial percepção de que o Outro do seu trabalho poético morreu. Discuto o ensaio de maneira breve, para, em seguida, retornar à reflexão de Kristeva.

No referido ensaio (Jakobson; Gonçalves, 2006) Jakobson expõe a clara “luta desesperada do poeta com a vida cotidiana” (id, *ibid.*, p. 17); que busca resistir à “ordem mundial imutável da vida cotidiana universal acomodada em apartamentos”, que “sufoca o poeta” (id, *ibid.*, p. 19). A “inércia” é “o inimigo primordial do poeta” (id, *ibid.*, p. 16), ou ainda, os “poemas mais intensos de Maiakóvski [...] Cada uma dessas obras é um canto lúgubre da vida cotidiana que triunfa sobre o poeta” (id, *ibid.*, p. 37-38). Por fim, sua “sina é a morte expiatória sem conhecer a alegria: Para todos há uma bala/ para todos há uma faca./ Mas para mim, quando haverá?/ Para mim, o quê haverá? A esta pergunta, Maiakóvski responde com firmeza.” (id, *ibid.*, p. 28).

A angústia existencial de Jakobson é clara. Ainda assim, o linguista vê no poeta algo a mais; o representante da linguagem cuja função constrói uma forma de habitar um mundo ferido: “A concepção de Maiakóvski sobre a função do poeta está ligada à crença na superação do tempo, na vitória sobre sua marcha contínua” (id, *ibid.*, p. 35) e, recitando versos do autor,

Um poeta genuíno “não se alimenta da vida cotidiana; seu focinho não está voltado para o chão”. “Os fracos pateiam no lugar e esperam que o acontecimento tenha passado, para o refletir; os fortes se adiantam a ponto de puxar o tempo que ultrapassaram.” O poeta que adianta e apressa o tempo, imagem constante em Maiakóvski, não seria a verdadeira imagem do próprio Maiakóvski? [...] Ele anseia em conhecer a vida antecipadamente e a reconhece em sua própria história (id, *ibid.*).

<sup>57</sup> “Jakobson's reading of the futurist poets is an 'opening' of monological theory to the 'other of the linguistic and / or social contract', thereby enabling the speaking subject 'to shift the limits of its enclosure.' By giving voice to the rhythm inscribed in Mayakovsky's poetry, Jakobson allows us to hear the 'silent causality and ethics' inherent in poetic language. The essential point for Kristeva is that language is double: both rhythm and structure, both struggle and law; and that the subject is never either monological reason or asymbolic rhythm, but a subject who both formulates meaning and questions those formulations in an unending dialogical process.” (McCance, 1990, p. 28).

Kristeva nota três elementos semióticos que Jakobson absorve do ensaio, e os propõe à linguística moderna, de forma a abraçar, de uma vez por todas, o sujeito falante e sua subjetividade: *ritmo, morte e futuro*. De fato, “ritmo” e “morte” são a reflexão principal de *A geração que esbanjou seus poetas* (Jakobson; Gonçalves, 2006); desses dois, a linguista (Kristeva; Gora; Jardine; Roudiez, 2024) observará que a reflexão de Jakobson não se dá apenas sobre uma ciência baseada na contrição; dá-se sobre uma *sociedade* baseada na contrição, no próprio silenciamento (da vida) dos seus poetas. Teria Jakobson sentido que o formalismo contribuiu para isso? O linguista critica os autores que insistem na afirmação de que o suicídio de Maiakóvski era imprevisível (“a idéia de suicídio à sua imagem é quase impossível” – Jakobson; Gonçalves, 2006, p. 39). Então firma uma tremenda e surpreendente crítica ao apagamento biográfico do poeta (no período inicial do formalismo, considerada padrão ouro de análise).

Será possível que todos esses homens de letras tenham se esquecido de tudo a tal ponto [...] Ou era tão forte a convicção geral de que tudo não passava, afinal, de ficção, de invenção? A crítica literária rebela-se contra as ligações imediatas, diretas, entre a poesia e a biografia do poeta. Mas é absolutamente impossível concluir por uma necessária desvinculação entre a vida do artista e sua arte. Tal antibiografismo seria o lugar-comum invertido de um biografismo mais que vulgar (id, ibid.).

Se a linguística moderna é baseada sobre o *ethos* da contrição, o *ethos* de Jakobson é o da emancipação e des-silenciamento da vida poética; sobretudo, em uma sociedade soviética em qual a lei seria a contrição da pulsão criativa subjetiva para cumprimento da “literatura de partido” (*partijnost*). Nada mais é a perfeita ressonância à percepção de Eikhenbaum: perceber, que o próprio termo literariedade, de Jakobson, *poderia* ser uma reação (ou revolução) ao “partidarismo”. Respectivamente: *Literaturnost* como resposta a *partijnost* ou *partijnost*, conceito cunhado por Lenin no manifesto *A Organização do Partido e a Literatura de Partido*, de 1905:

[...] a meia revolução obriga-nos a todos nós a passar imediatamente a uma nova maneira de organizar as coisas. Agora a literatura pode, mesmo «legalmente», ser 90% partidária. A literatura deve tornar-se partidária. Em oposição aos costumes burgueses, em oposição à imprensa empresarial e mercantil burguesa, em oposição ao carreirismo e ao individualismo literários burgueses, ao «anarquismo aristocrático» e à corrida ao lucro, o proletariado socialista deve avançar o princípio da **literatura de partido** [*partijnost*], desenvolver este princípio e aplicá-lo da forma mais completa e integral possível.<sup>58</sup>

<sup>58</sup> Disponível em: <<https://www.marxists.org/portugues/lenin/1905/11/13.htm>> Acesso em 06 de Abril de 2026.

O ensaio de Kristeva amplia a percepção de que a linguística de Jakobson (e, por derivação, o seu anúncio da literariedade) tenha origens ou pelo menos interseções políticas muito claras. A literariedade serviria a um avivamento da *vida* poética; o que está de total acordo com a maioria dos movimentos de vanguarda europeus. O próprio *ritmo* da vida do poeta deveria causar *estranhamento* à sociedade, pois se seguida a concepção leninista, em qual atividade literária “não pode ser de modo nenhuma atividade individual”, independente “da causa proletária geral”, a sociedade estaria orientada “à estabilidade de um presente imutável que se enche de trastes estagnados, que sufoca a vida segundo padrões estreitos e rígidos” (Jakobson; Gonçalves, 2006, p. 15). A conclusão é um crime maior do que o assassinato dos seus poetas: o assassinato da linguagem poética em si. Argumenta, então, Kristeva que “qualquer sociedade só pode ser estabilizada se excluir sua linguagem poética”<sup>59</sup> (Kristeva; Gora; Jardine; Roudiez, 2024, p. 32).

Importa à tese a reflexão de duas formas de discurso: uma ética monológica e funcionalmente coercitiva e outra ética dialógica e funcionalmente aberta, base da linguística jakobsoniana. As duas éticas baseiam a proposta de dupla função poética: *autopoiética* (monológica, narcísica) e *simpoiética* (dialógica, ecoica). Por um lado, a dissidência da composição de literariedade sugeriria uma polissemia ao gosto de sympoiesis. Por outro lado, a história da literatura está cheia de casos demonstrando usos autopoiéticos da literatura (ex, “A ascensão do Inglês” capítulo de Terry Eagleton, 2006, p. 25-83). A autopoiese literária *nega* suas feridas narcísicas, *nega* abandonar o centro dêitico, *nega* a percepção da alteridade, *nega* Eco. A simpoiese literária convive com suas feridas – sequer as considera como tais – e acolhe-se com conforto na periferia dêitica; acolhe o pluriverso e a alteridade; sobretudo, mesmo amargamente, reconhece seu *ritmo* subjetivo como, parcialmente, fruto do *ritmo* subjetivo da relação com muitos Narcisos.

### 3.3 Autopoiese e Simpoiese

Donna Haraway (1944 - presente), atualmente com 81 anos de idade é uma acadêmica feminista estadunidense, zoóloga e professora emérita no Departamento de História da Universidade da Califórnia, em Santa Cruz (UCSC). Seus trabalhos refletem constantemente sobre narrativas de viver e morrer no contexto das mudanças climáticas e progresso tecnológico

---

<sup>59</sup> “Consequently we have this Platonistic acknowledgment on the eve of Stalinism and fascism: a (any) society may be stabilized only if it excludes poetic language.” (Kristeva; Gora; Jardine; Roudiez, 2024, p. 32).

(*Manifesto Ciborgue: ciência, tecnologia e feminismo socialista no final do século XX*, [1985] 2009); formas de vivência, sobrevivência, em um contexto de relações multiespécies (*Quando as espécies se encontram*, [2008] 2022; *Ficar com o problema: fazer parênteses no chthuluceno*, [2016] 2023); a importância da alteridade na composição da narrativa da História e como pensar o Outro no contexto da tecnociência imperialista do Antropoceno (*O manifesto das espécies companheiras: cachorros, pessoas e alteridade significativa*, [2016], 2021, que, por sua vez, é uma atualização e revisão do seu manifesto anterior, de 1985).

Em *Ficar com o problema: fazer parênteses no chthuluceno* (Haraway; Braga, 2023), Haraway propõe um modelo de sobrevivência e vivência social baseado no florescimento parcial ou florescimento finito ainda possível (id, *ibid.*, p. 23), rejeitando narrativas radicais como a crença salvacionista da tecnologia ou seu oposto catastrofista (id, *ibid.*, p. 12-13). Sua teoria enfatiza relações de vivência possíveis, baseado em companhias multiespécies, a partir de relações de *parentesco* (do inglês *kin-making*): práticas de conexão entre humanos e não-humanos, ressignificando o conceito e o afastando da ideia de reprodução biocêntrica.

Um dos elementos frequentemente discutidos pela autora é o conceito de narrativa (*storytelling*) e sua função na organização de comunidades interespécies (espécies diferentes) e intraespécies (mesma espécie); conceito este que se torna, também, uma das discussões principais em *Ficar com o problema* (Haraway; Braga, 2023). Segundo a autora, narrativizar é a prática de exercer política; forma de “fazer-pensar” e agir na construção e modelagem do mundo – o que, na obra, é chamada de “mundificação” (*worlding*). Mundificar é exercer sua responsabilidade na ocupação da *pólis* e se situar. A partir dessa perspectiva, a autora enfatiza a necessidade de se opor a grandes narrativas universalizantes (como as narrativas eurocêntricas do projeto iluminista) por meio de narrativas situadas (fundadas em contextos parciais, que se opõe a “uma narrativa para todos governar”). A narrativa é uma ferramenta política, epistemológica, capaz de desafiar discursos dominantes; por meio de narrativas, podemos construir parentescos (*kin-ship*) multiespécies, que incluam não-humanos (animais, plantas, inclusive tecnologias).

A autora (Haraway; Braga, 2023, p. 119) introduz “simpoiese” como uma *ética* de narrar necessária à luta contra narrativas tradicionais da vida:

Nada se faz por si só; nada é realmente autopoietico ou auto-organizado [...] *Simpoiese* é uma palavra apropriada para designar sistemas complexos dinâmicos, responsivos, situados e históricos. Ela descreve a mundificação conjunta, em companhia. A simpoiese envolve a autopoiese, desdobrando-a e expandindo-a de maneira gerativa.

A autopoiese, nas dicotomias da tese, é o polo negativo. Significa, literalmente,

autocriação. É um termo criado pelos biólogos Humberto Maturana e Francisco Varela. Autopoiese designa o sistema de seres vivos que se autocriam; são sistemas moleculares que operam como redes fechadas de produções moleculares e, enquanto sistemas moleculares, são abertos ao fluxo de matéria e energia. Os sistemas autopoieticos são sistemas fechados *apenas* no sentido de que são vivos enquanto suas mudanças estruturais forem mudanças que conservem sua autopoiese (Maturana, 2001, p. 174). Assim, “um sistema vivo morre quando sua autopoiese para de ser conservada através de suas mudanças estruturais” (id, *ibid.*). Como tal, um dos pontos elementos mais importantes da autopoiese é a recursividade (Maturana; Varela *apud* Dempster, 2000, p. 2).

Simpoiese, em contraste, propõe sistemas sem fronteiras, de qualidades cooperativas, amorfas (Dempster, 2000, p. 3) e evolutivas, que possuem potencial para mudanças surpreendentes (Haraway; Braga, 2023, p. 123). Se os sistemas autopoieticos são unidades autônomas com limites espaciais ou temporais definidos que tendem a ser homeostáticos, a simpoiética (como sua irmã, simbiose) causaria um abalo à lógica das unidades individuais auto-organizadas (id, *ibid.*, p. 123-124), ao adaptarem-se, a partir de relações com agentes estranhos ou familiares, às mudanças estruturais. Simpoiese significa “fazer-com” (*making-with*), e sua leitura postula que jamais fomos “indivíduos”, como unidades delimitadas a partir da anatomia, da fisiologia, do próprio corpo ou de sistemas (exclusivamente) autopoieticos moleculares.

Nenhum dos dois sistemas são, de fato, aplicáveis para entender sistemas vivos complexos e devem ser compreendidos como recursos epistêmicos (Dempster, 2000, p. 3-4), ou seja, recursos filosóficos cuja ética busca influenciar uma percepção/atenção específica sobre o fazer narrativo. Como exemplo, Haraway & Braga (2023, p. 124) descrevem uma espécie protozoária chamada *mixotricha paradoxa* como exemplo de sistemas vivos simpoiéticos. O protozoário, que aparenta ser um organismo unicelular, “é composto de cinco tipos de criaturas diferentes no seu interior [...] onde se esperaria encontrar as mitocôndrias, há muitas bactérias esféricas” (id, *ibid.*).

Não é difícil depreender que tanto Dempster quanto Haraway estão em busca de colocar, no lugar de uma narrativa da individualidade autorregulada e autoproduzida, sejam narradas histórias e percepções da coletividade. O foco é o comprometimento em não ser cooptado pelo pânico generalizado oriundo de governos necropolíticos. Seu esforço é performativo no sentido de que “depende de uma atenção conjunta” (Bonfante, 2025, p. 4) que atribua existência às realidades “escondidas”, potencialmente (e parcialmente) possíveis, de recuperação parcial da vida no contexto do antropoceno.

O coletivo Karrabing, uma corporação indígena, possui um princípio semelhante: “Coisas existem por meio de um esforço de atenção mútua” (Bonfante, 2025, p. 3). É neste sentido que me aproprio de literariedade na discussão sobre autopoiese e simpoiese, pois o principal instrumento para socializar a atenção (individual) e transformá-la em atenção conjunta é pela linguagem. A linguagem transforma a atenção em um espaço que possa ser compartilhado; em algo sensível, que possa afetar e ser afetado, em partilha. Rancière (1995, p. 7-8) explica muito bem – “partilha significa duas coisas: a participação em um conjunto comum e, inversamente, a separação, distribuição dos quinhões. Uma partilha do sensível é, portanto, o modo como a relação entre um conjunto comum é partilhado e a divisão de partes exclusivas”. Embora o conceito esteja orientado à discussão de ordem política, sua definição serve ao propósito aqui.

Tanto a literariedade autopoética quanto a literariedade simpoiética formam um *ethos* narrativo; partilham, no sensível, e dividem, no sensível, aqueles valores essenciais de sua epistemologia. Uma literariedade autopoética visa, pelo compartilhamento no sensível “daquilo que se deve prestar atenção”, uma comunidade de seres sociais que se autocriam; visa um sistema sociocultural que opera em redes fechadas, independentes, abertas ao fluxo da matéria e energia *apenas se* sua abertura não ameaça seu sistema estrutural. A literariedade autopoética luta, desesperadamente, pela conservação de sua autopoiese; então, torna-se disfuncional quando sua lógica deixa de ser conservada no seio de mudanças estruturais. É figurada por Narciso.

Uma literariedade simpoiética, por contraste, propõe, pelo compartilhamento “daquilo que se deve prestar atenção” no sensível comum, uma comunidade sem fronteiras, de qualidades cooperativas, amorfas e evolutivas, que se abrem para oportunidades de imbricamento. É figurada por Eco.

São duas éticas que visam, pela relação do sujeito com o ambiente, mediada pela linguagem, narrar e criar maneiras de vivências sociais. Anteriormente, José foi discutido como personagem cuja ética com a Londrina era de uma literariedade-linguagem autopoética, visando manter o sistema fechado (aliás, a Londrina de *Terra vermelha* é uma cidade de regeneração, de edênica paz, não pode arriscar abrir-se aos outros, aos *malandros...*). Ocorre uma quebra acidental nesta ética e, então, José se abre a um breve florescer simpoiético, como discutido abaixo.

### 3.4 José e o florescimento simpoiético

O episódio das plantações ocorre após a família voltar de uma viagem, à praia, de São Paulo. Tinham ido conhecer o mar. Já lá começam a sentir saudades de Londrina e percebem o quanto, em 15 anos de vivência na cidade, ela já tinha se tornado "sua terra" (até mais do que a própria Rafard). Seria a primeira vez que José sairia de Londrina, o que obrigatoriamente significaria cruzar seu adâmico Tibagi outra vez. Encontraria, José, "cada vez menos sítio e cada vez mais mata, mata mais alta" no horizonte do norte paranaense? A resposta é bem evidente

[...] quando já começavam as primeiras manchas de terra-vermelha, o menino maior apontou da janela do ônibus:  
 – Olha, pai, a nossa terra!  
 Agora, sem a mata, já se via Londrina de longe, e ela disse que estava com tanta saudade [...]  
 – É uma cidade criança – ela olhava tudo – A gente vê crescer!  
 – Mas não tem árvores – ele notou – Nasceu no meio da mata e quase não tem árvores (Pellegrini, 1998, p. 301-302).

A diferença lexical da narração, de "mata" à "árvore" sugere uma visível compartimentalização urbana da natureza. Sua resposta para “A gente vê crescer!” poderia ser “Mas não tem mata. Nasceu no meio dela e quase não tem mata”. É como se houvesse duas realidades da natureza, uma delas descartável para o crescimento urbano (mata) e a outra menos negociável, embora associada a ela (árvore). A consequência, para bem ou mal, é pensar na solução do crescimento urbano a partir dessa lógica. *Para o mal*: pois se existe parte da natureza rejeitável, como escolhê-la e quem irá escolhê-la? *Para o bem*: pois o léxico “árvore” atrai o personagem para um comportamento ativo, o da possibilidade de renovação (mesmo que parcial). A troca da palavra representaria um elemento do discurso, da *storytelling*, muito caro aos estudos liteiros. José responderá, comportamentalmente, às redes de relações semânticas e socioculturais e históricas implicadas no léxico “árvore” manifestado no sensível. Todo signo carrega em si um passado que, ao mesmo tempo, o afirma semanticamente no enunciado e desautorizaria (em tese) a comunidade sensível de deturpá-lo.

Como visto nas discussões de literariedade revisitada e reimaginada, a linguagem literária simpoiética (nos termos propostos na tese) é a manifestação da quebra da regra, da contrição. E, ainda mais no ambiente ficcional da narrativa, os encontros específicos entre signos ordinários geram sentidos surpreendentes que questionam a própria história do signo. Ou melhor – estendem-na e irrompem contra seu passado originário, reformulando o significado. Explico:

Silva e Silva (2022, p. 99), em sua tese sobre a filosofia ambiental, discute o conceito de “acontecimento”<sup>60</sup> na filosofia de Alfred North Whitehead. Seu parágrafo pode ser usado para pensar o signo. O signo persiste ao reproduzir, no mundo sensível (isso inclui, na literatura), ainda que com alguma alteração, os padrões (históricos ou extraliterários) que lhe dão forma e sentido. É seu “repertório”, sua rede de sentidos e significados, “a história de vida” do signo. O signo em constrição (ética monológica). O rastro lhe dá um caráter individualizado e persistente, de sentido relativamente estável, pelo qual será selecionado na composição da obra. Por outro lado, o mesmo “caráter individualizado e persistente” ocorre em outro signo qualquer, que estará ao lado do primeiro no ambiente ficcional, e que pela relação diferencial entre eles, abstraem de si uma síntese daquela mesma natureza que os separam – daí a quebra simpoiética da constrição. Essa abstração, em seguida, fará parte, se tornará memória, desses mesmos signos no ambiente ficcional, e podem, dele, serem exportados ao ambiente não-ficcional. Ou seja, o signo ainda será “ele mesmo” e sua história, *mais* aquilo que lhe foi legado pelos encontros específicos ocorridos no ambiente ficcional.

Toda a verborragia serve à tarefa de compreender a relação legislada entre José e o espaço urbano de Londrina, no contexto de uma obra que, às vezes, soa deliberadamente opaca. Não é claro o momento em que a “terra vermelha” passa a ser Londrina nos olhos de José. O personagem habita o território por quinze anos, atuando como comerciante de terras e agente da colonização (ou seja, ele desperta o movimento da predação ecológica e urbanização vertical) e, apenas no retorno, nota o contraste definitivo.

[...] será que estava tudo em ordem, teriam regado as plantas direito? Entraram na cidade, casas e mais casas em construção, agora todas de tijolos. Ruas de paralelepípedos com meios-fios novos, novos táxis, as primeiras lojas com vitrines. Jipes passando depressa, às vezes depressa demais (Pellegrini, 1998, p. 301-302)

A percepção de “giro” da chave – terra vermelha, Londrina – não está cristalizado, formalizado, em um evento único. É expresso desta maneira um tanto casual e indireta na

---

<sup>60</sup> “Desse modo, o acontecimento, por um lado, persiste ao reproduzir, ainda que com alguma alteração, os padrões que lhe dão forma; essa é a realização intrínseca de sua história de vida como uma individualidade persistente. Por outro lado, porém, “a realidade extrínseca de tal acontecimento, tal como espelhado em outros acontecimentos, toma essa mesma forma de uma individualidade persistente; só que neste caso, a individualidade é implantada como uma reiteração de aspectos de si mesmo nos acontecimentos alienígenas que compõem o ambiente” (SMW, p. 106-107) [...] Ao se considerar o processo de constituição e reprodução da história de vida de um acontecimento no tempo, nota-se que “[h]á, portanto, nesse acontecimento uma memória da história de vida antecedente de seu próprio padrão dominante como tendo formado um elemento de valor em seu próprio ambiente antecedente” (SMW, p. 107). Ou seja, ao persistir, o acontecimento carrega consigo os aspectos dele que ecoam o ambiente e outros organismos e, num tempo futuro, ele é ainda ele mesmo, mas também aquilo que lhe foi legado pelos encontros específicos que se deram em sua história de vida” (Silva e Silva, 2022, p. 99)

dialética entre saída/retorno à cidade. Esse movimento de sístole e diástole geográfica, se interpretada pelo dilema do signo acima, é análoga ao ingresso e egresso do signo no ambiente ficcional. As análises anteriores se trataria dos “eventos específicos” do signo-José em Londrina (no momento, autopoietico). Cria memória que será impressa no “gene” desta literariedade londrinense: a terra de Abel, cosmopolita, polifônica, antítese das crises do velho mundo paulistano. Ao sair do ambiente ficcional, londrinense, visitar Rafard/Capivari, deslocar-se ao litoral e, em seguida, regressar ao Paraná, o protagonista experimenta a suspensão daquele ambiente literário, mnemônico, que havia construído em si. Confronta o seu mito adâmico pela primeira vez. O homem, que queria se emancipar da História, confronta o conceito de passado ante o horizonte sem mata. O pretérito se faz presente. *Daí* a quebra no sistema estrutural autopoietico.

Ali, cruzando o rio Paranapanema, instaura-se uma crise da literariedade autopoietica à literariedade simpoietica. O mito adâmico é, senão, autopoietico: um sistema fechado, autorregulado, autossuficiente, emancipado até do próprio passado. Acontece que, como já previa Maturana (2001), a recursividade é o único elemento estrutural que protege esse sistema. Aberturas só acontecem *se* garantidas as preservações das estruturas originais. Se sistema vivo, autopoietico, “morre quando sua autopoiese deixa de ser conservada através de suas mudanças estruturais” (Maturana, 2001, p. 174), a ausência do primeiro elemento que construiu este regime autopoietico (mata) depredou, irremediavelmente, a ficção autopoietica criada para si.

Resulta disso a imediata nostalgia. “Desceu do ônibus e, ao pisar de novo na terra-vermelha, sabia o que devia fazer; [...] ia passar na Prefeitura [...] Não vim pedir nada, ele falou, vim convidar o prefeito...” (Pellegrini, 1998, p. 302)

- Pra plantar árvores.
- Aonde?
- Na cidade toda, ué. (id, ibid)

José tinha voltado “daquela viagem com mania de plantar árvore de rua.” Plantou “ipês na calçada de casa e da hospoedaria, com gradis de madeira. Foi a uma reunião da Associação Médica [...] pediu a palavra [...] Falou que a cidade crescia [...] mas faltavam árvores” (id, ibid).

O mal-estar existencial impulsionou sua busca por reflorescimento, o que, para mal ou bem, marca à transição a uma literariedade simpoietica. O ato é fundado em premissas ambíguas, em busca de retornar ao Éden vermelho original, antes da Queda (mais uma vez, viver sem história). Ainda assim, o processo de florescimento coletivo que paira sobre Londrina, influenciado por José, o transformou literalmente em “Zé Dasarves” (id, ibid., p. 304). Na reunião da Associação Médica, queriam discutir “bancos nas praças”, e outro médico

dizia que “todos queriam ruas calçadas; depois de calçar as ruas é que a Prefeitura iria pensar em árvores”, outro chegou a dizer “que sentia falta era de teatro naquela terra” (id, ibid., p. 302-303). José é quem pergunta o “que é que aquilo tinha a ver com árvores de rua” (id, ibid., p. 303). No parágrafo seguinte, João Português e José já tinham ido “de caminhão comprar mudas em cidades paulistas; voltaram com a carroceria forrada de arvorezinhas, plantadas em cartuchos de maneira: ipês, sibipirunas, flamboaiãs, acácias, ficus, tipuanas” (id, ibid). Durante a semana, os peões abriam buracos, de domingo, ele plantava (id, ibid).

O desencantamento inicial – a crise do mito adâmico – leva a uma cidade que “começou a ter árvores de rua a partir da hospedaria”, “batendo palmas nas casas para pedir que aguassem e cuidassem”. Se eram “pisadas, quebradas, cortadas”, eles “voltariam com novas mudas, plantando agora com estacas”, então “ele iria de novo batendo de casa em casa, em dias de calor” (id, ibid., p. 303-304). E o filho mais velho lembraria,

Aquelas árvores imensas ao lado da catedral, o filho lembra do pai plantando, suando de gravata. Plantou as fileiras de ficus e sibipirunas nos pontos de táxi. Ia ver sítio ou fazenda para negócio, levando os meninos, e o dono sempre mostrava tudo, querendo valorizar a terra, o pasto, o curral, o cafezal, mas ele dizia que ainda faltava uma coisa:  
– Árvore de fruta. (id, ibid).

Não há espaço para decisões puras no romance do desenvolvimento. Sem dúvida alguma, José não é um ecossocialista que Bruno Latour pediu à Gaia. É, no mais, uma flor que despontou da náusea literária do seu próprio mito adâmico; da náusea de sua nostalgia. Em que, medidas, portanto, é possível de fato enxergar no comportamento um fruto da literariedade simpoiética?

Em *O cogumelo no fim do mundo* (Tsing; Barreto; Rafael, 2024), a antropóloga e professora da Universidade da Califórnia, Anna Tsing demonstra como biomas contam histórias. O personagem “central” – se é que se pode dizer de algo central na etnografia de Tsing – é o cogumelo matsutake: um cogumelo não-venenoso, de doce aroma e comestível, celebrado pela cultura japonesa, que nasce a partir de uma relação micorrízica. Micorriza é uma relação ecológica do tipo mutualística e simbiótica, entre fungos e raízes, no qual as hifas dos fungos aumentam a área de exploração de nutrientes (e água) para as raízes das árvores e, em troca, os fungos recebem carboidratos e aminoácidos essenciais para seu desenvolvimento. Desta relação floresce um personagem ecológico: o cogumelo matsutake (matsu = pinheiro; take = cogumelo).

A condição de florescimento do cogumelo é a questão essencial: o matsutake emerge em florestas alteradas pela vida camponesa, em especial pela retirada de lenha e por ações

agrícolas de pequena escala, que promovem alterações nos regimes de luminosidade e disposição de matéria orgânica (Oliveira *apud* Tsing; Barreto; Rafael, 2024, p. 14). No Japão, onde é culturalmente celebrado, o

cogumelo se tornou comum nos arredores das cidades de Nara e Quioto, onde as pessoas haviam desmatado as montanhas em busca de madeira para a construção de templos e para abastecer as forjas de ferro. De fato, a perturbação humana possibilitou que o *Tricholoma matsutake* emergisse no Japão. Isso porque seu hospedeiro mais comum é o pinheiro-vermelho japonês (*Pinus densiflora*), que germina sob a luz do sol nos solos pedregosos que resultam do desmatamento humano. Quando se deixa que as florestas japonesas voltem a crescer sem perturbação humana, as árvores latifoliadas sombreiam os pinheiros, impedindo sua germinação. (Tsing; Barreto; Rafael, 2024, p. 46-47)

À semelhança da flor de Drummund, matsutake também floresce em ambientes alterados por humanos. Não se igualam pela escala (“ações agrícolas de pequena escala” vs “bondes, ônibus, rio de aço do tráfego”) nem intensidade (“vida camponesa” vs “capital do país”). Ainda, eis uma possibilidade modesta “de recuperação parcial”, sintonizada “com o florescimento finito ainda possível” (Haraway; Braga, 2023, p. 119): em relação a um automatizado avanço urbano, cuja seta do tempo cortará mais árvores, mata, silenciando ecologias, o fungo José oferece árvores à Londrina, em troca de um (pretensão) resgate de sua experiência de literariedade autopoiética. “É feia. Mas é uma flor. Furou o asfalto, o tédio, o nojo e o ódio.”. Sobretudo, é necessário relativizar o impacto coletivo do comportamento simpoiético (afinal, sempre se tratara de um florescimento finito). Assim que o filho mais velho, no hospital, findou a lembrança das plantações de árvore, o do meio já pergunta sobre o fim da herança familiar (Pellegrini, 1998, p. 304). O caçula

Fala da porta:

– Você tem árvores na sua fazenda?

O fazendeiro fala ara, agora até a quem tenho que dar satisfação!

– Árvore só serve pra chamar ladrão de fruta e posseiro, rapaz, a realidade de hoje é muito diferente! Você planta uma árvore e uma família sem-terra vai viver embaixo! (id, *ibid.*, p. 306).

Durante a discussão sobre o que fazer com a herança no cofre do pai, dentro do hospital de luxo, os filhos ficam “olhando as árvores lá fora” (id, *ibid.*, p. 305). Há um hospital, lugar que acolhe doentes, que separa duas realidades, o passado plantado pelo pai e o presente baseado no egoísmo dos filhos. Da mesma forma que as mudas foram “pisadas, quebradas, cortadas e até arrancadas” (id, *ibid.*, p. 303) durante o episódio da plantação, assim também este passado pode ser rejeitado, negado, ignorado e até arrancado da presença emocional dos filhos. Ecoa um dos contos de Sebastiana discutido no capítulo 2 (“começaram a falar de herança. No

mesmo dia a conversa virou discussão: o que iam fazer de casa?”, Pellegrini, 2017). A maior herança que o pai havia deixado, a plantação, permanece uma realidade à parte dos filhos. Estão eles fechados em uma literariedade autopoiética com a vida.

O narrador aponta a ironia do fenômeno: “[os filhos] Cresciam soltos numa cidade de grandes datas e quintais, mangueiras e abacateiros novos onde os meninos penduravam balanços de corda e pneu, e no pé do tronco as meninas brincavam de casinha” (Pellegrini, 1998, 307). E, ainda, eram “quatro filhos diferentes, como são diferentes os galhos duma árvore” (id, ibid.). Durante o crescimento deles, brincaram com as árvores plantadas pelo pai: “As árvores de fruta nos quintais não eram ainda tão velhas que fossem altas demais [...] enquanto os meninos preferiam as mangueiras” (id, ibid.). Em seguida, como toda relação de desenvolvimento autopoiético com a cidade não se sustenta, durante a infância dos filhos os “pioneiros se orgulhavam de ver a cidade crescer e mudar; apontavam um sobrado e diziam olha, aqui tinha uma peroba que ajudei a derrubar [...] lá, onde estão abrindo a tal Avenida Higienópolis, tinha uma enorme figueira que ficava bem de frente do sol poente” (id, ibid., p. 307-308), e agora não se pode cruzar uma rua sem olhar bem para os lados. Porque tinha o trânsito (id, ibid.). Tinha o “rio de aço do tráfego”, para usar termos de Drummond.

No próximo capítulo o trânsito, o carro, o ônibus ganharão destaque na análise. Por hora, vale a pena refletir sobre essa breve flor simpoiética florescida no interior de um regime autopoiético que, no fim, era suprimi-la de qualquer forma. Durante os primeiros 15 anos de vida de José em Londrina, ele e a família construíram, com a cidade, uma relação literariamente autopoiética – cujos signos (aqueles discutidos ao longo do capítulo 2) formam uma rede de relações semânticas empenhadas em manter Londrina autorregulada, autossuficiente, edênica, regenerativa. José, tropeiro adâmico, chega a emancipar-se da própria História, buscando reescrever sua subjetividade a partir dessa literariedade autopoiética e apagar, de si, o assassinato na República Velha. Quando a família sai de Londrina e se abre a outro sistema (o próprio mundo velho), coincidentemente o retorno indica uma mudança estrutural: a mata, outrora signo do nascimento de Adão, já não está mais lá. Agora, percebe-se entrando em contato com as “Terras devastadas” (Eliot; Junqueira, 1981), que não deveriam ser literatura de Londrina. O horror leva José à plantação de árvores, breve florescer simpoiético na náusea da sua semiologia autopoiética, buscando, ele com os outros, frear o desenvolvimento londrinense. Aos poucos, tanto narrador quanto José (que, claro, busca espelhar os sentimentos do protagonista sobre a cidade), reconhecem que a alegórica terra de Abel, protegida contra as barbáries, guarda linguagens, artimanhas, de uma literariedade sofista de Caim. Por quê?

Porque Londrina, como “Pequena Londres”, fora construída sobre a própria lógica que devastou a Londres eliotiana (o que discutirei no capítulo a seguir).

#### 4 DESENVOLVIMENTO E SIMPOIESE: A ANTINOMIA

Neste capítulo, investigo as influências do discurso de Modernidade Europeia na construção de Londrina. O objetivo é enfatizar a tamanha náusea autopoiética que regulou a construção desenvolvimentista de Londrina desde o início. E, por isso, não haveria como uma literariedade simpoiética florescer e se manter por definitivo. A construção de Londrina foi pautada pelas mesmas “artimanhas do discurso” sofisticadas de um discurso identitário e colonizador de “sonho” – tal como o “sonho americano”, ou “sonho californiano”.

Brevemente, o discurso de sonho age como um discurso “marketeiro” sobre um espaço idealizado, prometendo ascensão social, melhores qualidades de vida, toda a gramática do desenvolvimento discutida na introdução pelas lentes do *Pluriverso* (Kothari et al, 2022). A consequência das narrativas de sonho e progresso culminam na própria destruição do sonho articulado na narrativa. Ou seja, “cria arte [sonho, espaço edênico] – destrói mundo”. Exemplos são dados a partir da Grande Exposição de Londres em 1851, do Sonho Californiano e do Sonho Americano. A partir desses exemplos, proponho pensar sobre a hipótese de um Sonho (norte) Paranaense, contextualizando a colonização do Norte do Paraná como a criação desta terra utópica que culmina, por fim, na destruição da mesma terra idealizada.

##### 4.1 O desenvolvimento em Londres (terra devastada)

Em *The Europeans: three lives and the making of a cosmopolitan culture*<sup>61</sup> (2019), Orlando Figes faz uma longa viagem, com ares de investigação da história internacional, por um fenômeno louvado por certas vanguardas artísticas do século XX: o trem como ícone da modernidade europeia. Segundo o autor, a ferrovia na Europa foi: “início da unificação europeia sob domínio cultural da França” (Figes, 2019, p. 22)<sup>62</sup>, prelúdio de uma paz internacional (id, ibid), nova era da cultura europeia (id, 2019, p. 23) e, sobretudo, o começo de uma cultura europeia globalizada. Por volta de 1900, os mesmos livros eram lidos por todo continente, as mesmas pinturas eram reproduzidas, a mesma música era ouvida. A viagem ferroviária fundou o cânone europeu (Figes, 2019, p. 24)<sup>63</sup>.

<sup>61</sup> *Os europeus: o século XIX e o surgimento de uma cultura cosmopolita* (2022), tradução por Clóvis Marques, pela editora Record

<sup>62</sup> “The French press heralded the new railway as the beginning of Europe’s unification under the cultural dominance of France”

<sup>63</sup> “[...] by around 1900 the same books were being read across the Continent, the same paintings reproduced, the same music played at home or heard in concert halls, and the same operas performed in all the major theatres of Europe. How, in sum, the European canon – which forms the basis of today’s high culture not just in Europe

A empreitada não ocorreria sem uma promoção estratégica. Associada à fundação de um cânone europeu, A Grande Exposição de Londres, 1851, (*The Great Exhibition of the Works of Industry of All Nations*) foi o marco da nova sensibilidade estética (e ideológica). O famoso Palácio de Cristal foi uma arquitetura planejada sobre vidro e ferro fundido, criado intencionalmente para abrigar a exibição, expondo seus legítimos marcos da nova economia, sociedade e estética europeia:

Uma gloriosa estufa de 1800 pés de comprimento e altura suficiente para encobrir um grupo de grandes olmos do Hyde Park; a própria construção espelhava os “trunfos das artes úteis sobre a natureza externa”. Suas vigas de ferro fundido, colunas e os caixilhos mutuamente intercambiáveis foram um resultado colhido das oficinas de máquinas da Revolução Industrial; seu exterior reluzente era um tributo ao livre comércio, que havia recentemente encorajado a remoção de um imposto sobre o vidro. Sua concepção e organização eram também um triunfo do espírito liberal empreendedor (Stocking Jr. [1987] 2010, p. 291).

O conceito de uma “exibição universal” pode ser traçada aos Jacobinos, organizadores de uma exibição para celebrar as conquistas industriais da França em 1798. A Grande Exposição vinha, então, de uma tradição de meio século de exposições industriais francesas (Stocking Jr., 2019, p. 291), entretanto, “a Grande Exibição foi a primeira do seu tipo a ser verdadeiramente internacional, com mais de 40 países participantes”<sup>64</sup> (Fieges, 2019, p. 190).

O investimento sobre sua internacionalização foi uma iniciativa de patrocínio do Príncipe Albert em 1849, na época presidente da RSA (*Royal Society for the Encouragement of Arts, Manufactures and Commerce*, ou simplesmente, *Royal Society of Arts*). Como representante da ambição inglesa de estar à frente de seus vizinhos continentais, seu patrocínio sobre a Grande Exibição evocava um esforço sem precedentes para mostrar ao mundo que a Revolução Industrial era o triunfo daquela época ([...] “um acontecimento como esta exposição não poderia ter-se dado em nenhuma outra época, e talvez em nenhuma outra nação, a não ser a nossa”, era lido no catálogo oficial do evento, segundo Oliveira, 2010, p. 97).

A Exposição acontece poucos anos depois do relato de Engels sobre a desesperadora *Situação da classe trabalhadora na Inglaterra* (1845), três anos após *O manifesto comunista* (1848), de Marx e Engels e, também, três anos após os eventos revolucionários europeus de 1848 (Stocking Jr. [1987] 2010, p. 291). Essa iniciativa colonizadora inglesa, heroína da

---

*but all around the globe where Europeans settled – was established in the railway age.”*

<sup>64</sup> “The idea of a ‘universal exhibition’ went back to the Jacobins, who had mounted one to celebrate the industrial achievements of the French Republic in 1798. There had been many others since – in Berne and Madrid in 1845, Brussels and Bordeaux in 1847, St Petersburg in 1848, Lisbon and Paris in 1849. But the Great Exhibition was the rst of its kind to be truly international, with over forty countries taking part.”

unidade entre povos, foi então rapidamente assumida por ideólogos do livre-comércio, que viam no comércio internacional uma forma de tecer a “paz e progresso” e de tornar a Inglaterra o principal fabricante do mundo. Naturalmente, os ideólogos e a coroa inglesa não enfatizaram o discurso de livre comércio, temendo a rejeição dos governos estrangeiros. Enfatizaram, no lugar, os velhos ideais de unidade entre as nações, que haviam sido invocados com a abertura das ferrovias internacionais (Fieges, 2019, p. 191)<sup>65</sup>.

O ferro, o vidro, o trem: são elementos essenciais para compreensão da modernidade europeia. Formam uma espécie de trindade do novo espírito europeu, na qual uma ponta retroalimenta a outra em um religioso discurso de onipotência técnica e artística. De maneira literal, inclusive. No catálogo oficial de 1851, Príncipe Albert profetizava uma humanidade que “se aproximava do cumprimento de sua sagrada missão” e que, pelo uso da razão dada por Deus, descobriria as leis pelas quais o próprio Onipotente planejou suas criações e, finalmente, o homem poderia conquistar a Natureza para uso próprio (Stocking Jr [1987] 2010, p. 293).

A nova sociedade inglesa/europeia foi, então, celebrada. O novo circuito celebratório pode ser sentido no próprio tamanho da multidão e sua apropriação estética por escritores da época (como visto em Poe, *O homem na multidão*, de 1840). Multidão que não pode, diga-se de passagem, ser desvencilhada da criação das ferroviárias: o *boom* nos anos 1840 alcançou as províncias com 6.500 milhas de trilhos, e os camponeses, que tinham até então vivido em um mundo andarilho, eram agora despachados a 50 milhas por hora, em excursões baratas de trem para a metrópole (Stocking Jr, 2010, p. 292).

Naturalmente, nem tudo foram flores. O estabelecimento de um cânone cultural amparado pelas vias de ferro não aconteceu sem alguns conflitos. Como lembra Eco (2014, p. 333), enquanto Gisouè Carducci celebra o trem a vapor como monstro “belo e horrível”, que simboliza, com o progresso, a rebelião de um Satanás contra o obscurantismo medieval, Marx e Engels fazem uma crítica ao universo industrial no *Manifesto do Partido Comunista* (1848). Assim, o século XIX seria agitado pelos conflitos entre os entusiastas do ferro e das estações ferroviárias, que inspiraria novas arquiteturas urbana (Palácio de Cristal e Torre Eiffel sendo exímias demonstrações), “e aqueles que recusam tais novidades tecnológicas não apenas em nome dos valores tradicionais, mas também da nova sensibilidade estética” (Eco, 2014, p. 346).

---

<sup>65</sup> “Originally conceived as a means of improving British design standards by comparison with other countries, the exhibition was quickly taken over by free-trade ideologists, who saw the development of international trade as a mechanism for promoting peace and progress, not to mention British interests as the leading manufacturer in the world. Its organizers did not stress the free-trade argument, because foreign governments were still generally opposed to it, but instead turned up the internationalist rhetoric, the old ideals of unity between the nations which had been invoked with the opening of international railways after 1843.”

Enquanto os entusiastas viam no progresso, na utopia positivista de Saint Simon<sup>66</sup>, a promessa de um movimento industrial que levaria a sociedade ao seu ápice histórico (Eco, 2014, p. 364) a feiura industrial, em termos estéticos e sociais, era manifesta em escritores como Dickens, Wilde, Zola e Poe<sup>67</sup>.

Uma Europa central à narrativa religiosa com fundos liberais (fundos bancários, diga-se de passagem, com investimento de pensadores do livre-comércio) e uma profunda discussão sobre o desenvolvimento da sua terra. A promoção de uma nação heroica, a internacionalização/união entre povos, a promessa da nova ordem social que, inversamente, é revisada por escritores que acusam sua feiura industrial: esses são alguns elementos constitutivos da modernidade europeia, que também repousam em outros espaços *fora* da Europa. São os mesmos elementos (povo heroico, união cultural, nova ordem social) que pautam a construção autopoiética e edênica de Londrina, filha de Londres, uma cidade de apenas 90 anos, no Norte do Paraná, financiada por britânicos, e sua ficcionalização no romance *Terra vermelha* (Pellegrini, 1998).

À imagem e semelhança da Europa moderna, Londrina foi também apresentada em jornais nacionais e internacionais como Nova Canaã, o novo Eldorado, a cidade filha de Londres, onde o enriquecimento é fácil e há unidade cultural. Igualmente, o romance de Pellegrini engrandece o pioneirismo e o herói moderno de Londrina, sejam os internacionais, pioneiros europeus, sejam os nacionais, pioneiros de Minas Gerais e São Paulo. Como discutido, a sinopse do romance é representativa dos discursos sobre o pioneirismo de Londrina até hoje: o personagem principal José relembra sua vida conforme os filhos conversam sobre sua história pioneira, no quarto de hospital onde o protagonista finge coma (embora esteja, de fato, próximo da morte). De uma “vida fracassada” no interior paulistano da velha República, parte para Londrina após as promessas de encontrar o “ouro-verde”, o enriquecimento fácil nas fazendas de café. Lá, cresce e enriquece, durante 70 anos, até se sentir, na década de 1990, desconectado da própria cidade que ajudou a crescer.

A jornada de José figura o trajeto narrativo de outros deslocamentos geográficos, como é o caso do sonho californiano (*california dream*), que toma a cabeça dos países do Norte após

---

<sup>66</sup> Dentre as várias passagens que revelariam um pouco do olhar de Walter Benjamin sobre a relação Sait-Simon, ferrovias e globalização, cito uma das mais diretas possíveis: Sobre os saint-simonianos: “Escola constituída por um verdadeiro corpo de engenheiros e empresários industriais, grandes homens de negócios, apoiados pelo poder dos bancos.”, A. Pinloche, *Fourier et le Socialisme*, Paris, 1933, p. 47. (Benjamin, 2009, p. 617)

<sup>67</sup> Os entusiastas celebravam a máquina e o ferro por sua eficiência racional (Eco, 2014, p. 393), convictos de que a nova Beleza do século XIX se expressaria pela ciência, indústria e comércio liberal (id, 2014, p. 366). Já seus críticos (Eco, 2014, p. 333-46) escreveram sobre a sujeira e miséria da Europa industrial, violência e vida desordenada, a exploração do trabalho proletário e os aspectos assustadores da máquina a vapor.

uma descoberta de ouro em 1848, e o famoso sonho americano. Para esta tese proponho pensar, portanto, em um sonho norte paranaense: uma narrativa que promove massivo deslocamento geográfico/urbano para uma terra que promete, em seu marketing (ou, em sua literariedade autopoietica), uma vida que vale a pena ser vivida. Assim como os dois sonhos outros citados, o sonho norte paranaense projetou em si uma semelhante linguagem a da modernidade europeia *enquanto buscou, contraditoriamente, se opor a ela*.

Há paralelos emblemáticos de Londrina como uma “Exposição Universal” do poder britânico, pelo menos a nível narrativo, enquanto seus pioneiros buscam se afastar dos valores colonizadores – e, mesmo assim, pouco a pouco se aproximando deles. Isso leva à reflexão da verdadeira técnica moderna durante o século XIX: a Palavra, que feito uma técnica de arte, cria uma disjunção cognitiva entre sujeito e seus sentidos, fenômeno chamado de anestésica por Buck-Morss (1996) discutindo o choque sensorial a qual o sujeito moderno foi submetido após a revolução industrial. A “literariedade autopiética” desta narrativa de sonho desliga o sujeito de sua realidade sensível, mesmo que temporariamente, para influenciá-lo em direção ao espaço geográfico promovido pela colonização, tendo como consequência um verdadeiro *Fiat ars – pereat mundus* (cria a arte – destrói o mundo).

Por que “cria arte – destrói mundo”? Cria arte, pois narra uma fantasia contemplativa, um Novo Estado, utopia, onde a natureza é bela, a vida é sucesso, os povos são unidos.... e destrói mundo, pois no própria literariedade as sementes da iniciativa pioneira germinam a autodestruição da natureza, do Estado e vida prometidas (ex: o desenvolvimento que desmata e infertiliza a terra, a violência das grandes cidades). Londrina, como ficcionalizada pelo romance *Terra vermelha* (Pellegrini, 1998), expressaria o “sonho norte paranaense” à medida que figura os princípios acima. Sua maior ironia é que a modernidade europeia aparece em peso sobre Londrina, uma vez que foi financiada por britânicos, e da mesma maneira que Londres, seu desenvolvimento moderno leva ao desgaste da própria terra/arte prometida.

Uma semelhança entre as narrativas da Califórnia, dos Estados Unidos e do Norte do Paraná/Londrina é a rejeição às altas classes aristocráticas europeias (como vista no adão americano, por exemplo). É preciso encontrar em seu contexto social novos elementos que fundam sua nacionalidade. O trem e a ferrovia, como elementos principais da Europeu, serão marcos da rejeição paranaense, encontrando no ônibus londrinense (Viação Garcia) uma possibilidade de “fincar bandeira” nacional. Outros elementos foram, também, discutidos ao longo do capítulo 2. Então a prerrogativa do pioneirismo finca uma bandeira à visa de uma destruição: o espaço se desenvolve a partir desses novos marcos até perder os traços utópicos

prometidos, tal como aconteceu com a Europeia; tal como aconteceu com a Califórnia; tal como aconteceu nos EUA; tal como aconteceu em Londrina.

Como cita Stocking Jir, (2010, p. 293), a lição mais óbvia da Exposição foi que, ao perseguir sua missão sagrada, os homens não avançaram no mesmo passado ou chegaram ao mesmo ponto. A Grande Exposição não inaugurou uma era de competição industrial amigável e paz internacional. A Inglaterra tradicional não foi tão transformada, apenas gradualmente diminuiu em relação à Inglaterra industrial. No final do século XIX, o debate visava alternativas para as cidades industriais inglesas, insalubres, densamente povoadas, com inúmeros problemas de infraestrutura e saneamento básico (Leme, 2018, p. 37). Londrina começa neste momento: o escoamento de um problema londrino.

#### **4.2 Sempre foi, de uma Terra devastada, a terra vermelha**

Ao debater a história de Londrina, José Joffily (1985) nota uma constante colonizadora no discurso inglês. Relembra um discurso de Thatcher feito em 1984, no qual “declarou que a obrigação dos países endividados seria simplesmente liquidar seus débitos com o Fundo Monetário Internacional” (Joffily, 1985, p. 35). Então, mencionando especificamente o Brasil, acrescenta que, nessa impossibilidade, os países “ricos em recursos naturais deveriam oferecê-los para honrar seus compromissos externos” (id, *ibid*)<sup>68</sup>.

O pensamento de Thatcher representa as intenções britânicas ao longo do século XX, inclusive no tocante à colonização paranaense na década de 1920 (Joffily, 1985, p. 35), que começa com o governo brasileiro, na época presidiado por Arthur Bernardes, pedindo empréstimo de 25 milhões de libras ao banco britânico Rothschild para pagar dívidas externas (Tomazi, 1997; Joffily, 1985; Cunha, 2021). Como condição, o banco Rothschild impôs uma missão ao Brasil, com o intuito de “analisar a situação institucional e operacional de implementação das políticas monetária e fiscal que dessem garantias de pagamento do empréstimo solicitado” (Tomazi, 1997, p. 181-182).

A missão inglesa, *imposta* ao governo brasileiro, vasculhou toda a estrutura econômica e financeira do Brasil, como verdadeiros auditores externos, algo parecido com o que fazem os técnicos do Fundo Monetário Internacional (FMI) nos últimos anos (Tomazi, 1997, p. 181-182;).<sup>69</sup> De antemão, já é relevante sublinhar que não se tratava de uma relação governamental

---

<sup>68</sup> Embora não haja fonte direta mencionado pelo historiador, é possível ver a repercussão do discurso da ex primeira-ministra em “Tatcher: Dívidas devem ser pagas com riquezas naturais”, matéria digitalizada no acervo O Globo, publicado em 9 de junho de 1984.

<sup>69</sup> Sobre as medidas liberais exigidas durante a Missão Montagu, Cunha (2021, p. 373) comenta: Essas medidas

bilateral entre Brasil e Grã-Bretanha. Os negócios eram restritos entre o tesouro nacional e o banco Rothschild, internacional; de maneira sucinta, o “convite”, a Missão Montagu, trata-se de uma imposição de um banco privado britânico ao governo brasileiro.

A Missão Montagu chegou ao Brasil em dezembro de 1923, e dentro dos membros mais importantes, vale citar: Edwin Samuel Montagu, presidente do banco Samuel Montagu & Co, um satélite do banco Rothschild, e também íntimo de Lionel Rotschild (Joffily, 1985, p. 55) e Simon Joseph Fraser (Lord Lovat), que até hoje marca no discurso *mainstream* paranaense como britânico mais influente da região<sup>70</sup>, embora sua presença na comitiva seja controversa.

Enquanto as negociações de Montagu aconteciam na região sudestina brasileira, foi Lovat quem esteve na região norte paranaense e inicia uma sequência de negociações que leva à criação da Companhia de Terras Norte do Paraná (CTNP), principal empresa de loteamento (compra e venda de terras) da região. Segundo Tomazi (1997, p. 182), a narrativa amparada pela própria Cia., é de que Lovat tinha interesse em plantar algodão no Brasil, comprou algumas fazendas próximas ao Norte do Paraná e devido a questões históricas e econômicas não seguiu a produção. Para ressarcir prejuízos, Lovat e seus sócios criaram a CTNP, subsidiária da *Parana Plantations LTD* em Londres, visando um projeto imobiliário. Entretanto, Joffily (1985, p. 74) induz ao entendimento de que já havia intenção de Lovat, em comum acordo com a Rothschild, de “avaliar a rentabilidade de um plano de loteamento” no Norte do Paraná. Tomazi (1997, p. 186-7), por sua vez, afirma que os ingleses já tinham conhecimento e interesse sobre a ecologia das terras norte paranaenses desde 1919, visando o potencial agropecuário.

Fica, pelo menos, implícita uma intenção paralela a vinda de Montagu ao Brasil. A imposição da Missão Montagu pelos ingleses pode revelar o interesse de estudar, mais de perto, a oportunidade de exploração das terras norte paranaenses, fosse para loteamento, fosse para a agropecuária. O que fica claro é que, “sem sombra de dúvida, a constituição da Companhia de Terras Norte do Paraná (CTNP) foi realizada para desenvolver um projeto imobiliário e não tinha nenhum interesse em plantar algodão, como a maioria dos autores enfatiza<sup>71</sup> (Tomazi, 1997, p. 183), uma vez que é criação posterior à tentativa de plantio de Lovat.

---

liberalistas passariam a ser uma nova forma de dominação dos países centrais frente aos periféricos, não mais sob a coerção de exércitos armados, mas de novos mecanismos imperialistas, como as dívidas externas e a atuação de multinacionais em outros territórios.

<sup>70</sup> Lord Lovat, o inglês mais influente do Norte do Paraná. Matéria escrita por Miguel Fernando, para Gazeta do Povo, publicado em 19 de agosto de 2011. Discurso também disponível em: <https://www.maringahistorica.com.br/publicacoes/4313/lord-lovat>

<sup>71</sup> Em *O Paraná – sua ocupação e o desenvolver de suas atividades paranaenses*, inclusive citado pelo historiador da Universidade Estadual de Londrina Edson Holtz Leme (2018), o autor José Henrique do Carmo comenta: “inicialmente, o objetivo da Cia era o de transformar essa região em produtora de algodão...”.

A CTNP, fundada entre Lovat e sócios, será um vínculo fundamental entre o contexto socioeconômico do Reino Unido e a colonização norte paranaense, baseada nos ideais da modernidade europeia; em especial, um ideal ferroviário. De acordo com as investigações de Tomazi (1997, p. 185-200), a intenção última da CTNP no Paraná era, talvez até mais do que imobiliária, ferroviária: “parece-me claro, que os ingleses estavam muito interessados na construção da ferrovia transcontinental ligando o Atlântico ao Pacífico” (Tomazi, 1997, p. 187). Adicionalmente,

A questão acima mencionada fica mais evidente [...] quando, em 1939, se inicia o processo de encampação da ferrovia pelo governo brasileiro, e a CTNP passa a pensar em deixar o negócio de terras, quando ainda, a maior parte delas ainda não estavam vendidas. O que se pode inferir é que o negócio inglês que mais interessava era a ferrovia transcontinental. Além disso, como se sabe, poucas foram as tentativas dos ingleses no Brasil de comprar terras para colonizar. Não era do feitio do império inglês e de sua prática no mundo todo, comprar terras para fazer projetos imobiliários (Tomazi, 1997, p. 189).

O sociólogo (Tomazi, 1997, p. 189) ainda argumenta: a) a intenção dos ingleses de criar “uma empresa teste-de-ferro no Brasil, para não ferir suscetibilidades (melindres) nacionalistas sendo que o dinheiro viria todo do exterior, e é óbvio para lá deveria voltar com muitos lucros” e; b) as condições de contrato como o “direito de desapropriar terrenos, prédios ou qualquer benfeitoria particular no trajeto da ferrovia; isenção de todos os impostos estaduais e municipais que viessem a incidir sobre a estrada [...]” (id, 1997, p. 190).

A CTNP, então, pode ser pensada como porta de entrada para a técnica celebrada pela Europa no século XIX, o ferro/ferrovia. Começava a entrar no Paraná tardiamente, no século XX, em um período categórico: a própria Europa precisava repensar nos problemas urbanos causados pela sua industrialização.

O sucesso do movimento industrial europeu resultou em uma rápida proliferação populacional nas cidades. Em resposta a essas questões, alguns intelectuais buscaram soluções para mitigar os impactos negativos do industrialismo. Ebenezer Howard, militante do movimento socialista, propôs a cidade-jardim (*garden-city*). Essa cidade, segundo seu criador, *corrigiria o problema da densidade exagerada das primeiras cidades industriais* (Leme, 2018, p. 37, itálicos do original). O limite espacial para o crescimento das cidades seria garantido com a demarcação de áreas rurais, com bosques e campos, o que obrigaria excedentes populacionais migrarem para um novo centro, também limitado por entorno rural. Tais núcleos urbanos seriam interligados por uma ferrovia (id, *ibid.*).

É consenso que a urbanização do Norte do Paraná foi, pelo menos, inspirada pela cidade-jardim (Barnabé, 1989; Leme, 2018; Rego, 2019), embora não seja possível afirmar “uma

transposição linear” (Leme, 2018, p. 38). De qualquer forma, a distribuição espacial das cidades, a importância da pequena propriedade rural, a preocupação com as vias de comunicação – especialmente a localização estratégica da ferrovia na malha urbana – e o controle da densidade populacional idealizado pela CTNP para Londrina, evidenciam a influência dos princípios das cidades-jardins (id, *ibid*).<sup>72</sup>

A CTNP, então, começaria a atuar sobre o Paraná a partir de enlaces e desenlaces da história industrial europeia. A ferrovia, que dera origem a problemas urbanos, agora seria planejada dentro de uma nova configuração: as cidades-jardins. Aqui, esse fenômeno talvez mereça uma digressão.

O que importava na idealização das cidades-jardins era uma espécie de manutenção do próprio cânone europeu: a cidade ferroviária, que jamais poderia ser abandonada; agora, assombrada pelos problemas que causou a si própria, precisava se reinventar. O norte do Paraná aparece como espaço ideal para essa manutenção: um especulado “vazio demográfico”, facilmente acessado pelos ingleses, que serviria de laboratório a uma nova estratégia industrial à imagem e semelhança das idealizações canônicas. Nesse sentido, Londrina, filha de Londres, teria um papel fundamental na estratégia de manutenção do cânone europeu; sede da Paraná Plantations/CTNP.

Aqui, o fundamento – talvez – de todo mito adâmico interiorizado por José: o percurso é cíclico, e não era a “terra vermelha” que iria, em primeiro lugar, à “terra devastada”. Antes, foi a terra devastada (Londres) que “tanto cresce[u] que cairia na beira do rio” (Pellegrini, 1998, p. 48), tal como Rafard e, que agora, precisava escoar-se para uma Capivari qualquer. Londrina nunca teve chance; a terra vermelha já era uma Capivari da Londres eliotiana. Durante a segunda guerra mundial, demonstrou-se a exata lógica de colonato: “Os londrinenses liam que a Companhia estava mandando todo tostão recebido *diretamente para o esforço de guerra da Grã-Bretanha*. Londres se defendia com o dinheiro de Londrina” (id, *Ibid.*, 267).

### 4.3 Chega o trem: Cria Londrina – destrói Terra vermelha

Naturalmente, seria preciso promover essa Londrina para vingar os investimentos imobiliários e veicular o fluxo ferroviário da terra devastada. Entra em cena, então, a

---

<sup>72</sup> Algo precisa ser dito sobre a ironia de optar por um modelo de cidade-jardim, construída em torno de ferrovias, que visava resolver os problemas de superpopulação das cidades industriais inglesas, originadas... pela promoção das ferrovias. De fato, como retoma Holtz (2018, p. 39) sobre a organização urbana de Londrina pautada no modelo: “Alguns anos foram suficientes para mostrar que a ordem e a disciplina urbana do projeto inicial tornar-se-iam reféns do crescimento acelerado e desordenado de toda região.” Londrina, filha de Londres: o fruto não cai longe do pé.

literariedade do sonho: a Palavra autopoietica “cria arte – destrói mundo”, que na forma de marketing imobiliário, tomaria os jornais do Brasil e do exterior (Leme, 2018, p. 39). A mesma lógica narrativa já havia acontecido décadas antes no norte das américas.

A descoberta de ouro na Califórnia em 1849 levou a uma generalizada massa de imigrantes e migrantes a uma corrida demográfica pelos EUA em direção à chance de enriquecimento da noite para o dia. Segundo o historiador Kevin Starr (1973, p. 49), milhares e milhares de pessoas que de outra forma nunca teriam pensado em migrar para o remoto território do Pacífico da América invadiram a Califórnia, que em 1848, quando o ouro foi descoberto pela primeira vez, tinha uma população de apenas 18.000 habitantes.

Segundo Starr (1973, p. 51-52), a corrida pelo ouro se faz sentir em escritas literárias ao longo do período todo. Em retrospecto, observa-se, literariamente, um retorno coletivo à experiência odisséica, um mundo homérico de viagens, naufrágios, trabalhos, tesouros, matanças e chefias. Como uma experiência épica, a corrida pelo ouro foi, ao mesmo tempo, uma *Ilíada* (guerra, encontro entre nações, deuses hostis, traição) e uma *Odisseia* (uma viagem longe de casa, uma saga pelo recurso, poemas sobre o mar, a terra e o retorno).

A literatura da corrida pelo ouro teria tamanho efeito na personalidade californiana que, até hoje, se fazem sentir comportamentos migratórios e psicológicos semelhantes entre seus habitantes: uma permanente internacionalização, uma atitude de arrogância e imprudência, além de uma democracia competitiva (Starr, 1973, p. 50). Como pilares gerais do sonho californiano, Starr (1973, p. 417) menciona: o senso de autonomia que veio de um desenvolvimento da noite para o dia, as variedades de povos que chegaram e o que eles trouxeram; como as culturas permaneceram intactas e como alteraram a textura maior da vida; as cidades construídas, as colheitas colhidas.

Todos os mesmos elementos podem ser ditos sobre a narrativa londrinense. Trata-se, nos termos da tese, da mesma literariedade autopoietica. Em especial, a narrativa californiana e a narrativa londrinense compartilham um igual encantamento pela natureza:

Natureza, aquele cenário incrível para o sonho da Califórnia! Heróica, eterna, avassaladora, provou ser uma glória e um problema. Prometia uma profusão de dons: beleza, vida, saúde, abundância e, talvez o mais importante de tudo, um desafio à aspiração interior. Mas também podia intimidar; O desafio poderia zombar do fracasso (Starr, 1973, p. 418)<sup>73</sup>

---

<sup>73</sup> “Nature, that awesome setting for the California dream! Heroic, eternal, overwhelming, it proved a glory, and a problem. It promised a profusion of gifts: beauty, life, health, abundance, and, perhaps most important of all, a challenging correlative to inner aspiration. But it could also intimidate; the challenge could become a mocking measurement of failure.”

É fato bem documentado de que não fora economizado no marketing sobre o Norte do Paraná (Leme, 2018; Tomazi, 1997;). Mitos, lendas, eram usados para a promoção da cidade: Nova Canaã (Leme, 2018, p. 39); Eldorado (Tomazi, 1997, p. 192); Terra na qual Deus projetou a cornucópia de todas as riquezas (Tomazi, 1997, p. 191), Terra do Ouro Verde e Ouro Vermelho (id, ibid.); Terra da Promissão (Leme, 2018, p. 39); um dos melhores e maiores filões de terra fértil do planeta (Pellegrini, 2021, p. 12); além de comparações com outras realidades pioneiras, como os *yankes*, ingleses pioneiros nos EUA (Tomazi, 1997, p. 192). Em suma, há a construção de todo um ideário literário sobre o Norte do Paraná como terra fértil para chegada da civilização, uma narrativa para “os de fora” (Tomazi, 1997, p. 193; Leme, 2018, p. 39), tais como os Josés de Rafard.

No começo do romance, José se sentia um fracassado (Pellegrini, 1998, p. 93) em São Paulo, com constantes recusas de emprego, sem perspectiva de trabalho ou possibilidade de adquirir casa ou terra própria, e ouve sobre “a tal terra-vermelha do Norte do Paraná” (id, ibid., p. 94) logo após o assassinato cometido. Ao migrar em direção à nova terra, as primeiras sementes do sonho se fazem sentir pelo espanto do personagem ante a escala imensa da natureza paranaense. A exultação com a mata gloriosa, o desejo de “pioneirar”... tudo já discutido nos capítulos anteriores. Aqui, cabe observar: quando o capital privado se apropria da função poética (ou, da literariedade), seu fundamental interesse é sempre da função conativa. O mito adâmico, na mão da CNTP, vira publicidade, glória, sonho. A “natureza” é uma vitrine e, há qualquer momento, a vitrine será quebrada pelo desenvolvimento.

O próprio autor Pellegrini (2023, p. 13) reconhece o descaso com a natureza durante o crescimento desacelerado de Londrina, alegando que derrubariam quase toda a floresta responsável por manter a umidade do solo, não apenas por ignorância ecológica, também por razões de lucro. Ocorre que, para ele, o problema é externo: os próprios ingleses. Não culpa os bons pioneiros “Josés” da vida. Tal lógica representa a “desconfiança as altas classes europeias”, que em *Terra vermelha* (Pellegrini, 1998) se expressa em uma constante desconfiança, ou ranço, das intenções inglesas no norte paranaense: “Mesmo assim a Companhia não cascalhava nem cuidava mais da estrada, importante para os ingleses era a ferrovia” (id, ibid., p. 110). Os ingleses cuidam da ferrovia, José (migrante brasileiro) cuida das árvores... E, também, “os ingleses quiseram plantar aqui uma colonização exemplo para o mundo, como papaguearam, mas implantaram foi uma semiescraavidão chamada colonato [...] Foi o golpe da colonização!” (id, ibid., p. 324); “[...] a tão planejada colonização dos ingleses no fundo era muito simples: a igreja no centro da cidade, os ricos em volta no alto e no seco, os pobres pelas baixadas, a putaria num canto [...]” (id, ibid., p. 162-163);

Também para o estadunidense a desconfiança é sobre os ingleses. Sobre isso, talvez a “consolidação” do sonho americano, em 1931 com o bestseller *The Epic of America*, escrito por James Truslow Adams

[...] houve o sonho americano, aquele sonho de uma terra em que a vida deveria ser melhor, mais rica e mais plena para todos os homens, com oportunidades para cada um de acordo com sua capacidade ou realização. **É um sonho difícil para as classes altas europeias interpretarem adequadamente**, e muitos de nós mesmos nos cansamos e desconfiamos dele. Não é apenas um sonho de automóveis e altos salários, mas um sonho de uma ordem social na qual cada homem e cada mulher serão capazes de atingir a estatura máxima de que são inatamente capazes, e ser reconhecidos pelos outros pelo que são, independentemente das circunstâncias fortuitas de nascimento ou posição. (Adams, [1931]2017, p. 370, negritos meus)<sup>74</sup>

Para Domingos Pellegrini o banco é a representação dessa alta classe europeia (britânica) no Paraná. “Londrina nasceu de bancos”, escreve o autor na Folha de Londrina<sup>75</sup>. “Lovat chegou aqui por causa de bancos e a colonização foi financiada por banco, portanto a Capital do Café nasceu filha da capital”. A frase expressa o conhecimento de Pellegrini sobre a controvérsia origem da Cia., conhecimento refletido em diversos trechos do romance. Se, por um lado, o sonho americano e o sonho norte paranaense compartilham a desconfiança com altas classes europeias, com o sonho californiano compartilha a desconfiança com os bancos.

A desconfiança de bancos surge pela perspectiva dos meeiros em *Vinhas da Ira* (Steinbeck, [1939] 2023) que são expulsos de suas terras devido às exigências dos bancos do leste estadunidense. Antes, é importante notar que uma característica do sonho californiano já estava presente nas discussões sobre a industrialização europeia. Por exemplo, em um fragmento textual do livro *As Passagens* (Benjamin, 2009, p. 620), no capítulo sobre os Saint-Simonianos, há uma reflexão acerca da transformação da relação indivíduo-propriedade devido às estações ferroviárias. Um burguês conduzia um comércio apenas com seu dinheiro (no máximo, com dinheiro de amigos conhecidos) e era o efetivo proprietário do espaço. As estradas de ferro, entretanto, exigiam capitais enormes, logo os burgueses tiveram que confiar seu dinheiro a pessoas que mal conheciam de nome, perdendo controle sobre o dinheiro e a propriedade. Em troca, recebiam

<sup>74</sup> Tradução livre de: “But there has been also the American dream, that dream of a land in which life should be better and richer and fuller for every man, with opportunity for each according to his ability or achievement. It is a difficult dream for the European upper classes to interpret adequately, and too many of us ourselves have grown weary and mistrustful of it. It is not a dream of motor cars and high wages merely, but a dream of a social order in which each man and each woman shall be able to attain to the fullest stature of which they are innately capable, and be recognized by others for what they are, regardless of the fortuitous circumstances of birth or position.”

<sup>75</sup> Londres-Londrina. Disponível em: <<https://www.folhadelondrina.com.br/colunistas/aos-domingos-pellegrini/londres-londrina-3246225e.html?d=1>>

[...] um mero pedaço de papel, que representava a ficção de uma parte infinitamente pequena e inacessível da propriedade efetiva [...] primeiro Fourier, e depois Saint-Simon, recomendaram a mobilização da propriedade na forma de ações em papel.” Paul Lafargue, “Marx’ historischer Materialismus”, *Die Neue Zeit*, XXII, Stuttgart, 1904, nº1, p. 831 (Benjamin, 2009, p. 620, negritos meus)

De maneira semelhante, no romance de Steinbeck ([1939] 2023), milhares de meeiros (agricultores com direito a metade da propriedade) estão perdendo suas terras para o monstruoso banco uma vez que não estão mais férteis e não geram colheita. Sua última oportunidade será seguir rumo à Califórnia, onde se promete um sonho:

Sim senhor, eles sabiam. As terras não dão mais nada. Deus sabia também. Se ao menos não fosse essa poeira que cobria tudo, de certo com algum adubo se dava um jeito [...] Bem, agora é tarde, não adianta. E os representantes [dos bancos] explicavam aos meeiros como eram fortes os monstros, os bancos e as companhias, muito mais fortes que eles [...] – O banco, esse monstro, tem que receber logo o seu dinheiro [...] Os arrendatários erguiam os olhos, alarmados: - Mas o que será de nós? O que é que nós vamos comer? [...] Por que não vão para oeste, para a Califórnia? Lá há muito trabalho e nunca faz frio. Lá, basta estender a mão pra colher uma laranja (Steinbeck, [1939] 2023, p. 40-43)

Eis uma das problemáticas das narrativas de sonho autopoieticos, como o do californiano: tem um caso de amor com uma ideia, enquanto permanentemente casado com o mito (Rawls, 1986, p. 8). Seguiram os meeiros à Califórnia prometida: terra de natureza deslumbrante e enriquecimento fácil. Conseqüentemente, assim como as promessas das cidades industriais levaram a uma grande parcela de problemas sociais devido ao seu desenvolvimento ganancioso e desregulado, incluindo desigualdade social, a Califórnia experimentou a mesma contradição de seu discurso: desigualdade social, problemas de moradia, queimadas excessivas, o controle por uma elite dominante (Vale do Silício). Infelizmente, para muitas pessoas, a Califórnia era sua melhor – ou talvez a última – chance de sucesso (Rawls, 1986, p. 10).

Há, ainda, outro elemento no romance londrinense que revela a desconfiança com os ingleses. Mais oculto da obra – e, quando notado, revelador – é a frequente menção ao trem e à ferrovia e sua relação com a mudança da paisagem urbana de Londrina, por onde se faz notar uma crítica ao discurso modernizador europeu. Disso, se seque uma celebração da iniciativa pioneira dos imigrantes, representado pelo ônibus londrinense: a Viação Garcia, que no romance é ficcionalizado como Gracia.

O trem e a ferrovia são elementos marginais citados ao longo do romance – entretanto, sua força gravitacional puxa toda a poética dos heróis modernos para um espaço no qual precisam enfrentar os malandros, os vigaristas, as prostitutas. “Quando chega o trem, chegam

*también los malandros*” (Pellegrini, 1998, p. 100), diz um “personagem espanhol” em dada altura do romance. A alternativa à desarmonia do trem inglês, financiada pela CTNP, é o ônibus norte paranaense, representado pela personagem Gracia, inspirado em Seo Celso Garcia, da Viação Garcia, figura altamente admirada por Domingos Pellegrini (Tomazi, 1997; Pellegrini, 2021). Inclusive, é revelado em algumas páginas que o tal “personagem espanhol” é o próprio Seo Gracia/Garcia. O ônibus revelava o vigarismo do trem.

Quando José chega à Londrina em seus primórdios, a ferrovia para chegada do trem ainda estava em construção. Ao longo do livro, passagens<sup>76</sup> anunciam sua tão esperada chegada até que, finalmente, “A estação estava cercada de gente, crianças com bandeirinhas da Inglaterra e do Brasil, e o trem chegou apitando com duas bandeirinhas cruzadas na frente da locomotiva. Estouravam rojões [...]” (Pellegrini, 1998, p. 203). O narrador revela a chegada do trem no parágrafo abaixo de uma conversa entre José e Gracia, que tomando café, revela ao colega que a viação “estava comprando mais ônibus, ia dobrar a frota. Não tinha medo da ferrovia, achava bom para se livrar das mudanças, tinha gente que até guarda-roupa queria trazer de ônibus” (id, *ibid.*). O primeiro trem de Londrina chegava enquanto a frota da Gracia/Garcia dobrava, apontando uma estratégica oportunidade ao empreendedor. A próxima menção ao trem é situada na chegada de um francês, cujo interesse era ver

uma cidade-nova nascendo como só na América nasciam as cidades. Já até podia ver a cidade crescendo: paralelas à ferrovia, as ruas das lojas e bancos, claro, pois por elas passaria mais movimento; as outras ruas eram interrompidas pela própria ferrovia, e decerto ali ficariam as lojas menores, bazares, pequenos negócios e serviços. No futuro, talvez a cidade crescesse também do outro lado da ferrovia, mas sempre cresceria mais para o oeste (id, *ibid.*, p. 216)

Após a chegada do trem, o propósito urbano/ideológico do trem é lembrado por um europeu: o crescimento das cidades em torno da ferrovia, tal como o modelo industrial do cânone Europeu. Enquanto isto, o propósito do ônibus Gracia/Garcia é bastante pioneiro: o empreendedor chega a oferecer um trabalho como membro da Viação a José, podia “ser motorista, começando como cobrador até aprender a dirigir; ou podia ser fiscal de linha, o que quisesse” (id, *ibid.*, p. 214). Ao trem, o discurso é do progresso europeu; ao ônibus, o discurso

<sup>76</sup> “Um tropeiro com uma carga de fumo, talvez o último dos tropeiros, foi quem contou em Cornélio: a linha do trem já estava chegando perto de Londrina” (Pellegrini, 1998, p. 149);

“E o trem, ele perguntou, o trem já tinha chegado? O balseiro esticou o braço peludo apontando a ponte, e só então ele viu a ponte ali, alta e estreita, de concreto e ferro, feita pelos ingleses só para a ferrovia.” (id, *ibid.*, p. 154-155);

“No outro dia o inglês levantou bem cedo com a mala pronta, disse que ia voltar a São Paulo, tinha cansado da terra-vermelha. Que pena, logo agora que vai chegar o trem, disse alguém” (id, *ibid.*, p. 183);

“Corria a notícia de que o trem chegaria a Londrina na terça-feira” (id, *ibid.*);

“Apontou a ponte da ferrovia: – Além disso, é o último dia antes do trem, tenho que aproveitar” (id, *ibid.*, p. 189);

é da oportunidade pioneira. E, ao progresso europeu ferroviário, o narrador emprega o desastre urbano: “Com o trem, chegavam mais colonos e mudanças, e em setembro o céu ficou cinza de tanta queimada nas derrubadas já secas.” (id, *ibid.*, p. 228) E, mais para frente, “Não falavam sempre que com o trem iam chegar os vigaristas?” (id, *ibid.*, 238). Já com Gracia/Garcia ao contrário, chegam os presentes: “[...] a casa deles ia se enchendo de móveis. Gracia apareceu um dia com um vaso de cristal, ela falou que era bonito mas onde ia colocar aquilo? Vaso de cristal, disse o espanhol, fica bem em cima da cristaleira. Assim chegou a primeira cristaleira [...]” (id, *ibid.*, p. 246).

Mais tarde, José, “Fumando no banco da praça, ele via Londrina mudar de um dia para o outro. O francês tinha razão, as maiores casas de comércio e os bancos ficaram nas ruas paralelas à ferrovia, e nas transversais ficaram os armazéns, as pensões, o comércio miúdo.” (id, *ibid.*, 258). Além disso, retoma mais uma vez, “Com o trem, chegavam também putas e puteiros inteiros, com camas de ferro e poltronas de veludo” (id, *ibid.*, p. 278). O fatídico dia acontece quando, além dos trens, um jipe atropelou o filho de José (id. *Ibid.*, p. 308), “Traumatismo craniano grave – repetia o doutor – Não dá pra dizer nada, se ele vai acordar, se não vai” (id, *ibid.*, p. 309). A culpa eram “dos aventureiros, vigaristas e mecânicos, camelôs e mascates, e toda a praga de homens solteiros que, eles sabiam desde o começo, um dia chegariam com o trem” (id, *ibid.*, p. 311), e José agora via “que chegavam muito mais pelas estradas, montados naqueles cavalos de ferro feitos para guerra [jipes].” (id, *ibid.*). O episódio leva José a invadir a zona de prostituição para onde iam os jipes, e a disparar tiros de revólver em todos os pneus (id, *ibid.*, p. 312).

A prostituição e a zona são mencionadas, outra vez, marginalmente no livro, em especial durante a última metade. Lá pelas páginas finais, um personagem comenta: “Se um dia forem escrever uma história desta terra, José, um capítulo tem que ser sobre a putaria” (id, *ibid.*, p. 446). De fato, foi feito: o historiador Edson Holtz Leme, em *Noites Ilícitas* (2018), apresenta um panorama histórico sobre a prostituição e sua relação com desenvolvimento de Londrina. O autor se aproveita da questão das cidades-jardins e descreve a prostituição como as “ervas daninhas da cidade-jardim Londrina”. Como descreve o historiador (Leme, 2018, p. 57), a CTNP buscou disciplinar e normatizar a ocupação social do espaço urbano de Londrina. A situação saiu de seu eixo. A expansão da malha urbana para além da planta original, sem planejamento, vinculada à intensa migração acolhida pela cidade, gerou a ocupação de ‘territórios marginais’, ocupados por jogadores, prostitutas, vagabundos, em suma “toda aquela praga de gente que, eles sabiam, desde o começo, um dia chegariam com o trem”. Entretanto, como observa Leme (2018, p. 57), os territórios marginais foram gestados pelo próprio

desenvolvimento da cidade. Cria arte, destrói mundo; segundo o jornalista Marinósio Filho (*apud* Leme, 2018, p. 57), a primeira prostituta em Londrina provavelmente foi trazida por um membro da própria CTNP.

Isso porque as zonas de prostituição, logo no início da construção de Londrina (e não apenas com a chegada do trem, como se faz crer no romance) desempenhava seu papel em favor da desproporção numérica entre os sexos em uma cidade povoada, em geral, por pioneiros homens, sejam os solteiros, sejam aqueles que tinham deixado para trás suas famílias em direção ao “desbravamento” londrinense com a promessa de buscá-los em seguida (Leme, 2018, p. 58-59).

A aproximação entre o trem, os vigaristas, as prostitutas, construídas ao longo do romance, visam encontrar um culpado frio, aquele que não é abraçado pelo calor pioneiro: os ingleses, com sua tal ferrovia e trens, que de tamanha indiferença ao fogo pioneiro até vendeu sua Cia. para banqueiros paulistanos. O romance precisa de um vilão para romantizar o herói pioneiro; mesmo que, na realidade, a própria figura do pioneiro, personagem principal do discurso do Sonho, traga consigo uma parcela da autodestruição da própria arte. No romance, de qualquer forma, a amizade pioneira é mais forte pelo ônibus.

O momento mais marcante da valorização do ônibus pioneiro sobre a ferrovia inglês é durante uma travessia de estrada de lama, logo após José cruzar o rio Tibagi e conhecer seu Gracia em seu primeiro ônibus. Com ele, no ônibus, havia alguns pioneiros. “Meio-dia deram com a Viação Gracia atolada numa subida” (Pellegrini, 1998, p. 105). Dá-se início uma entusiasmada ajuda coletiva entre pioneiros para emburrar e desatolar o ônibus, que marcará o batismo do pé-vermelho.

Gracia acelerava [...] aí berrou três enquanto o motor roncava e os homens empurravam; [...] e aí todos empurraram juntos com o mesmo berro ou gemido, uma dúzia de homens fazendo careta e amassando barro até as canelas [...] Gracia não parava de gritar, até que chegaram no alto e o ônibus parou roncando forte [...] Ele notou que também estava batizado de terra-vermelha, embarreado nos joelhos e nas botinas, e o barbudo brincou: – Vai virar pé-vermelho, vai morrer aqui.

Agora os alemães e os japoneses se misturavam no ônibus, raspando no estribo os solados de barro, entrando aos pulos quando Gracia buzinou metendo marcha. Os agenciadores riram, partiram todos rindo juntos. (id, *ibid.*, p. 105-107)

Ao contrário do trem que traz vigaristas, malandros e prostitutas, aqueles de longe, aqueles que chegaram depois, o ônibus fomenta amizades, entre aqueles que estavam desde a fundação. A dicotomia trem/ônibus parece ser o maior esforço, embora sutil, do romance *Terra vermelha* (Pellegrini, 1998) em construir a arte de um sonho norte paranaense longe do Velho

Mundo. Ao expulsar da sua República o trem, sugere que o mítico ônibus é o único capaz de educar às verdadeiras lições para uma pacífica nação pioneira. Quando o trem (o elemento de desconfiança) entra na arte, quando os interesses de banqueiros sobressaem os dos pioneiros, quando chegam os estranhos, os desconfiados, na arte onde antes tudo era unificado, então, não importa que todos os fenômenos de destruição do sonho tenham sido causados pelo próprio cantar da arte, a última impressão é que foi destruído o mundo. Criou-se Londrina, destruiu-se a Terra Vermelha:

A cidade crescendo espetada de prédios, o asfalto cobrindo os paralelepípedos, as estradas asfaltadas, os linhões de energia cortando os trigais ao vento, lençol verde que vai amarelando, então vêm as colhedoiras e deixam a terra-vermelha coberta de palha; depois botam fogo para plantar soja, e a fumaça embranquece o sol, a cidade tosse. Os terreiros de café são ruínas nas fazendas, as tulhas agora guardam tratores para a soja, e boias-frias comem a marmitta debaixo do sol. [...] E passam ao vento aviões e tratores espalhando inseticida, e chove, o inseticida vai para os riachos, os peixes boiam, acabam comidos pelos peixes grandes dos rios, que assim também vão acabando. Góis:  
– Eu avisei que ia virar isso, um deserto verde. (Pellegrini, 1998, p. 424-425)

O discurso publicitário é a ciência capitalista por excelência, diz um ditado recente. Sua instrumentalização, para o controle de massa, ecoa a discussão de anestésica de Susan Buck-Morss (1996). Neutraliza a sensibilidade do sujeito, justamente, para desenvolvê-la cegamente (delirantemente), como uma máquina discursiva. Um trecho do livro *As Vinhas da Ira* ([1939]2023) de John Steinbeck, que discute o sonho californiano, demonstra o poder da máquina na dessensibilização do sujeito: “Os tratores invadiram os campos [...] o homem enluvado ao assento de ferro não parecia um homem [...] O homem não mais via a terra como era na realidade, não podia cheirar-lhe o cheiro, seus pés não pisavam os torrões e não lhe sentia sem calor e sua força” (Steinbeck, 2023, p. 44-45).

A literariedade autopoietica é tal como o trator de Steinbeck: ela anestesia os sentidos, a percepção, do sujeito moderno. Enluvado pela literariedade autopoietica, o homem perde absoluto contato com a terra pois é uma outra coisa qualquer que toca a terra, não o *corpo*. O corpo se torna livre do próprio pensamento, enluvado por outro corpo que automatiza o fazer.. E, se como discute Buck-Morss (1996) o homem moderno é fundamentalmente homem apenas pela Palavra (não pelo corpo), então faz-se crer que a verdadeira técnica moderna não era nem o ferro, nem o vidro: era a Palavra, sua forma autopoietica, a estetização da política – visando a criação de uma nação enquanto uma Arte, que precisa ser desenvolvida. Eis a Grande Exibição de 1851: Europa feita Arte. Os sonhos californiano e americano são, também, frutos dessa natureza: fazem dos seus Estados/nação uma arte, em especial, após as décadas de 1920, pelo poder imaginário de Hollywood (Starr, 1985, p. 309-339).

A conclusão disso tudo, como se antecipa, é a tragédia. No fim do romance londrinense, José, em uma espécie de delírio, sai do hospital onde estivera acomodado, durante uma reportagem televisiva: “ela chega o microfone e olha para o cinegrafista, pedindo socorro; o cinegrafista, porém nem vê, está dando um *zoom* na cabeça do velho” (Pellegrini, 1998, p. 496):

- Eu quero ir pra casa, quero morrer na minha terra.
- [...] Ela chega mais o microfone na boca que repete quero ir pra casa, quero morrer na minha terra.
- O senhor é de onde?
- Eu sou da terra-vermelha.
- Mas de que cidade o senho é?
- Londrina, eu quero ir pra minha terra.
- Mas o senhor está em Londrina!
- Não essa Londrina, eu quero ir pra terra-vermelha. (id, ibid)

Embora José seja pioneiro – e, portanto, destruidor da própria arte formulada – houve uma genuína ligação do personagem com a mata (ou, o que entendia aceitável dela, as árvores). Durante a reportagem acima, José enxergou “uma ou outra planta de jardim, dessas plantas pisadas e escarradas pelo povo, as folhas rasgadas, enfumaçadas de cigarro” (id, ibid) e, obcecado com a terra-vermelha, o velho “chega ao jardimzinho coalhado de pontas de cigarro, e finalmente se arrasta na terra-vermelha” (id, ibid). Ali, arfando na terra, conversa, não sabe se consigo ou se com a reporter: “Eu estranhava que a prefeitura podava tanto as árvores de rua [...] até que descobri [...] Estavam cortando as árvores pra vender como carvão... [...] Em Rafard os franceses, aqui os ingleses” (id, ibid., p. 497), e “dizia Tiana, ninguém vive duas vezes” (id, ibid).

Ao fim da vida José compreende: sempre foi de uma terra devastada a uma terra vermelha o ciclo do desenvolvimento, vivendo duas vezes a mesma história. E, quem reconhece a mesma história, duas vezes, reconhece o Passado. O mito adâmico estilhou-se. O sujeito viu-se sujeito de uma história – não há fuga do Velho Mundo (principalmente, quando seu Novo Mundo fora um projeto do Velho). No dia seguinte está em coma (real) na UTI. Era o 6º dia que passaria no hospital. No domingo à noite já estaria nos obituários de jornais:

José Pellerini é considerado o corretor que mais vendeu terras no Norte do Paraná, tornando-se uma lenda na região. “Ele era antes de tudo um mateiro” – lembra um empresário amigo – “Amava a natureza e foi ficando triste com a destruição total da mata e a poluição dos rios. Nos últimos tempos, dizia que não saía mais de casa para não ver o que fizeram com a terra-vermelha.” (id, ibid., p. 500)

Sugiro, em conclusão, a interpretação do Norte do Paraná, auxiliada pelo romance *Terra vermelha* (Pellegrini, 1998), como uma representação bastante adequada da literariedade

autopoiética agindo para fins de anestesia cognitiva do sujeito moderno. A publicidade – que chegou nos ouvidos dos primeiros pioneiros – era o que iniciaria uma corrida pelo ouro (verde), em busca de melhores condições de vida, encontro entre nações e línguas distintas, cujo única relação unificadora é a iniciativa do trabalho, do pioneirismo, do heroísmo moderno. Por último (e, talvez, a mais reveladora semelhança), uma vez que os três sonhos mencionados se localizam nas Américas, é importante a desconfiança das altas classes europeias: afinal, da Europa querem se desvincular. Discursivamente, todo herói moderno, em especial o pobre pioneiro, precisa de um vilão da classe alta que lhe roubou a possibilidade de mobilidade social.

## 5 CONSIDERAÇÕES FINAIS: IVAN ILITCH E A CONTEMPORANEIDADE DA AUTOPOIESE

A literariedade pode assumir uma função política. Pode conformar um projeto desenvolvimentista hegemônico ou, inversamente, balizar um projeto de resistência contra hegemônica. No capítulo anterior discutiu-se a literariedade autopoietica como uma forma de “anestésica” do sujeito moderno. Fenômeno semelhante aconteceu durante a secularização da Inglaterra, do século XVIII ao XIX, quando a Igreja passou por diversos vetores de abalo. Alguns desses vetores foram as críticas do Iluminismo, a Revolução Francesa, a separação do Estado e da Igreja, a filosofia marxista, as discussões e descobertas das ciências naturais e, naturalmente, a publicação de *A Origem das Espécies* de Darwin. Embora tais eventos estejam longe de findar a relevância religiosa na cultura, já na segunda metade do período vitoriano, a Igreja “enfrentava profundos problemas. Já não conquistava os corações e mente das massas, e, sob o duplo impacto das descobertas científicas e da mudança social, seu predomínio, antes inquestionável, corria o risco de desaparecer” (Eagleton, 2006, p. 33-34). Tais eventos se revelariam um problema à cultura inglesa, pois a Igreja constitui um excelente “cimento social”, com “inflexões doutrinárias” que “abrange[m] o camponês crédulo, o liberal esclarecido de classe média e o seminarista intelectual numa mesma organização” (id, ibid). E, sobretudo, seus elementos mais coercitivos, não são conceitos ou doutrinas bem esclarecidas ao fiel; antes, trata-se de experiências vinculadas ao afeto e ao empirismo: o símbolo, o hábito, o ritual, a mitologia (id, ibid).

Conforme a religião deixava de proporcionar a unidade sociocultural em uma “turbulenta sociedade de classes” (id, ibid., p. 35), havia uma ameaça de “anarquia” ética e moral. Pouco a pouco, a Literatura<sup>77</sup> passaria a ser vista como nova organizadora social, moral, educando uma unidade cultural, nacional, comum. Matthew Arnold, F. R. Leavis, entre outros críticos e poetas, erguem esta bandeira e, nas décadas seguintes, o Inglês, disciplina de educação do idioma inglês e literatura inglesa, seria estabelecida definitivamente em Oxford e Cambridge após a Primeira Guerra Mundial. O sentimento nacionalista é imperativo:

George Gordon, antigo professor de literatura inglesa em Oxford, observou em sua aula inaugural que a “Inglaterra está doente e ... a literatura inglesa deve salvá-la. Tendo falhado as Igrejas (tal como as entendo), e sendo lentos os remédios sociais, a literatura inglesa tem agora uma tríplice função: ela ainda deve, ao que me parece, nos dar prazer e nos instruir, mas também, e acima de tudo, salvar nossas almas e curar o Estado” (Eagleton, 2006, p. 35).

---

<sup>77</sup> Escrevo “Literatura”, com o L maiúsculo, para enfatizar o caráter de “instituição” que Eagleton atribuí a ela durante seu livro de introdução à teoria.

Matthew Arnold (1822 – 1888), poeta e crítico da sociedade e cultura da época vitoriana, é um grande representante dessa empreitada. Para ele, a Cultura mantém amansada a centrípeta anarquia e a Literatura, enquanto representante da Cultura, deveria ser responsável pela unidade sociocultural; até nacional. Há dois textos de Arnold importantes para apreender sua compreensão, *Culture and Anarchy* (coletânea de ensaios que foram publicados entre 1867 e 1868) e *The Study of Poetry*, originalmente publicado em 1880. O segundo texto é, ao mesmo tempo, obscuro (Snyder, 1978) e um dos principais veículos pelas quais Arnold será principalmente conhecido na contemporaneidade. Em *Study of Poetry* (2015), a maioria das afirmações de Arnold, descontextualizadas, seriam muito bem-vindas a diferentes ideologias políticas ou partidárias dentro da academia literária.

Como observa Eagleton (2006, p. 38-39), para Arnold a literatura e a religião atuam por meio da emoção e da experiência; adicionalmente, a literatura teria a função de transmitir verdades *atemporais* (id, *ibid.*, itálico do original), desta forma distraindo as massas de seus interesses imediatos (como luta de classes, assegurando a sobrevivência da propriedade privada). Para Arnold (2015, p. 303-304), o consolo e a permanência da poesia – crítica da vida – é proporcional à sua excelência ao invés de inferioridade, sólida (*sound*) ao invés de vazia (*unsound*). Sem a poesia, a ciência parecerá incompleta e a maior parte dos serviços que a religião presta à sociedade poderia ser substituído pela poesia. Wordsworth, lembra Arnold (id, *ibid*), chama a poesia de “expressão apaixonada no semblante da ciência” – e o que é um semblante sem uma expressão? A religião, a filosofia orgulham-se dos seus fundamentos sobre as causalidades e o finito e o infinito; o que são elas, senão sombras e sonhos e falsos clarões do conhecimento? “Chegará o dia em que nos maravilharemos, nós mesmos, por termos confiado nelas; por termos as levado a sério; e quanto mais percebermos sua vacuidade – seu vazio – mais valorizaremos “o fôlego e espírito mais sutil do conhecimento” oferecido a nós pela poesia.

Arnold enxerga a potência última do conhecer na poesia. Para ele,

Mais e mais a humanidade descobrirá que devemos recorrer à poesia para esta interpretar a vida para nós; para nos consolar, para nos amparar [...] Na poesia, como uma crítica da vida, sob as condições fixadas para tal crítica pelas leis da verdade poética e da beleza poética, o espírito de nossa raça encontrará, como dissemos, com o passar do tempo e à medida que outras ajudas falharem, seu consolo e permanência<sup>78</sup>. Mas o consolo e a permanência terão poder na

---

<sup>78</sup> A palavra no original é “*stay*” (ver nota de rodapé abaixo), cuja variante mais conhecida no Brasil é a verbal, traduzida como “ficar”. A palavra também pode ser um substantivo, traduzida por “estadia”, “permanência” ou “uma corda que mantém o mastro do navio em pé.” Daí, neste trecho, surgiriam possibilidades de traduções de “*stay*” como “amparo” ou “sustento”, em especial pelo paralelismo semântico entre “[...] poetry to interpret life

proporção do poder da crítica da vida. E a crítica da vida terá poder conforme a poesia que a transmite se mostrar excelente em vez de inferior, harmônica em vez de desarmônica ou meio-harmônica, verdadeira em vez de falsa ou meia-verdadeira.<sup>79</sup> (Arnold, 2015, p. 303-304, tradução livre).

Como já mencionado algumas vezes, a plasticidade ou dissidência de literariedade (ou do próprio literário) implicaria instrumentá-la tanto para fins de manutenção e de controle cultural quanto para processos de emancipação. Na Inglaterra turbulenta do século XIX-XX, era mais exequível pautar um cânone (modelo), secularizado e influente, que pudesse amansar a anarquia sob uma unidade comum. O mito do Adão americano – construída pela linguagem literária – revela uma instrumentalização semelhante. Ambas, na nomenclatura da tese, seriam usos autopoieticos da literariedade. Hoje, em uma Londrina pós-José, há uma nova forma de linguagem autopoietica dominante no lar e na subjetividade de todo indivíduo moderno: os Grandes Modelos de Linguagem (LLMs, Large Language Models) popularmente conhecidos como Inteligência Artificial. Ou, mais especificamente, inteligências artificiais generativas. Para entender sua fonte de influência literária, é preciso voltar alguns passos.

As redes sociais têm vínculo com uma mídia de peso para o século XIX. Os *álbuns*<sup>80</sup> eram produtos dos círculos e salões de festas reservados a encontros familiares e grupos de amigos. À semelhança de *scrapbooks*, são objetos ornamentados, feito de colagens, autógrafos, cartas, memorando pessoais, em quais íntimos ou artistas da época também escreviam poema e prosa. Era uma mídia relativamente aberta, desde que o proprietário aceitasse o convite alheio. Essa mídia começou como consumo doméstico e logo se alastrou como importante apetrecho em salões. Tornou-se, rapidamente, um fenômeno de massa. A flexibilidade midiática do álbum o possibilitou subverter sistemas rígidos de gêneros e garantir sua longevidade; desta longevidade, é que surgem as redes sociais. Digitalizadas, o antigo álbum (uma forma de *social*

---

for us, to *console us*, to *sustain us*” e as duas ocorrências de “*consolation and stay*” nas orações a frente. Nesse caso, “*sustain us*” e “*stay*” trabalhariam como sinônimos derivados da ideia de amparo (sustento) social, outra responsabilidade que Arnold atribui à poesia. Optou-se por “permanência” devido a dois motivos: 1) o contexto no qual a palavra *stay* é usada (a poesia enquanto uma forma de conhecimento sensível que *permanecerá* de última importância social enquanto o conhecimento científico e filosófico se mostraria passageiro) e; 2) a forma verbal do substantivo, “permanecer/ficar”, que ressoa com a obra central da reflexão sobre simpoietica, “Ficar/permanecer com o problema” (*Staying with the trouble*), de Donna Haraway.

<sup>79</sup> “*More and more mankind will discover that we have to turn to poetry to interpret life for us, to console us, to sustain us [...] In poetry, as a criticism of life, under the conditions fixed for such a criticism by the laws of poetic truth and poetic beauty, the spirit of our race will find, we have said, as time goes on and as other helps fail, its consolation and stay. But the consolation and stay will be of power in proportion to the power of the criticism of life. And the criticism of life will be of power in proportion as the poetry conveying it is excellent rather than inferior, sound rather than unsound or half-sound, true rather than untrue or half-true*”.

<sup>80</sup> Discutidos no final do capítulo 2 da tese.

*networking*, círculos de amigos e familiares, e compartilhamento de textos) torna-se agora o modelo fundamental de socialização do mundo contemporâneo.

As semelhanças são admiráveis. Nos dois casos, os usuários/proprietários não são os produtores exclusivos dos conteúdos na mídia. Good (2013) chama estes atos de produção conjunta de “*assembleias de mídia pessoal [personal media assemblages]*” (id, *ibid.*, p. 559, itálicos da autora). São “coleções individualizadas de fragmentos de mídia, tanto originais quanto apropriados, incluindo notas, mensagens, fotografias, símbolos significativos e trechos de itens significativos” (id, *ibid.*, tradução livre). Como visto acima, cada mídia conta com seu conjunto cultural. A flexibilidade de cada formato permite contato com outros artefatos de outras pessoas, desde que recebam acesso do usuário/proprietário. Por conta disso, a possibilidade (guardada as devidas proporções) de postar, potencialmente, um número infinito de conteúdos, sobre um número finito de espaço, transformou as duas mídias em arquivos de estudo sobre celebridade.

Outra semelhança é a continuidade do comportamento, baseado em gênero, sobre a mídia. Nos álbuns, a mulher disputava a recepção das assembleias pessoais, esperando coletar o maior número possível de contribuições elogiosas de escritores ou artistas renomados (Rivera, 2022, p. 245), enquanto homens implicitamente competiam uns com outros por meio da artística qualidade de suas emissões nos álbuns alheios (id, *ibid.*)<sup>81</sup>. Nas redes sociais, um estudo (Rondan-cataluna, Sanz-Altamira, Peral-Peral, 2017) sugere que quanto mais próximo do gênero masculino um usuário se identificar, menor seria sua presença virtual. Já outro estudo (Manago et al, 2023), sugere que funções diferentes surgem do uso das redes sociais a depender do gênero: mulheres (adultas) estariam mais ligadas ao uso por laços sociais íntimos, enquanto homens (adultos) ligados à expansão de contatos profissionais ou laços ligados a jogos. Presença virtual, entretanto, não corresponde, necessariamente, ao tempo gasto em smartphones e redes sociais.

Hoje há uma variedade de “álbuns” digitais de uma forma que não havia na era vitoriana. Estudos (Manago et al, 2023) sugerem afinidades com redes sociais diferentes a depender do gênero: mulheres tendem a Instagram, Tiktok e Pinterest, enquanto homens tendem a Discord e X (Twitter). Curiosamente, as duas últimas redes sociais estão mais associadas à presença de grupos de extrema-direita (neonazismo) e casos de abuso sexual. As identidades nas duas

---

<sup>81</sup> É preciso pontuar que os álbuns também faziam parte de membros da elite, escritores ou artistas adorados seja pela burguesia, seja pela aristocracia, então havia altas expectativas sobre a qualidade das inscrições nas páginas. Na Biblioteca Nacional da França, arquiva-se o álbum de Madame de Heredia, esposa do poeta parnasiano José-Maria de Heredia, em qual consta uma frase assinada por Paul Valery, famoso poeta simbolista: “Plus on écrit, moins on pense. J’ai écrit” – “quanto mais se escreve, menos se pensa. Eu escrevi” (Riviera, 2022, p. 258, tradução livre).

últimas redes sociais citadas tendem, também, à maior anonimato se comparada aos perfis do Instagram, por exemplo. Além disso, redes sociais como Discord não apresentam tamanha semelhança formal com os álbuns (exemplo, ausência de *feed*).

Por outro lado, os álbuns e as redes sociais têm múltiplas diferenças, a começar pelo gritante abismo da internet. O álbum é uma mídia analógica baseado em livros e fomentada em uma época bem anterior, logo os materiais compartilhados no seu interior expressam sua comunidade sociocultural: recortes de jornais, recortes de revistas, correspondência, selos, adesivos, embalagens de comida, ingressos, fotografias, rabiscos, assinaturas, flores prensadas e outras lembranças (Good, 2013, p. 559). No domínio digital da Meta (antigo Facebook), com exceção de fotografias, os “materiais” incluem vídeos, links para mídia externa, mensagens privadas e mensagens de atualizações do aplicativo, manchetes de notícias digitais, *memes*, “textão de internet”, entre outros (id, *ibid*).

Há, também, a fundamental diferença de *propriedade* e do conceito de *produto*. O álbum de Aleksandra Voiekova, a musa de Nikolay Iazykov, estudado por Tyniánov, é propriedade privada dela e exclusivamente dela. O Facebook é propriedade privada da Meta; o Instagram é propriedade privada da Meta; embora não uma rede social no formato de “álbum”, o WhatsApp é propriedade privada da Meta. A Meta é o conglomerado proprietário, em qual, em qualquer uma das suas redes/álbuns sociais, Aleksandra Voiekova seria mera usuária (cliente) e Nikolay Iazykov um dentre vários seguidores. As redes sociais são *produtos* de empresas de capital privado imbricadas em relações socioeconômicas muito mais complexas do que a mera produção do álbum analógico. Isso vale para o X (antigo Twitter) propriedade da X Corp (Elon Musk) e para o Tiktok (antigo Musical.ly) propriedade da chinesa ByteDance. Vale a pena observar que a maioria das redes sociais usadas, hoje, são propriedades estadunidenses, da Meta, enquanto a maior rival, ByteDance, é chinesa. Dois países em conflitos políticos, econômicos e ideológicos muito sérios.

Outra gritante diferença começa a ser delineada entre os álbuns e as redes sociais: a escala política. A internet transformou as redes sociais em altas fontes de lucro e em uma fonte prática de obter informações. As assembleias de mídia pessoal se tornam *comodities* valiosos a terceiros. O exemplo mais famoso disso é o Escândalo de Cambridge Analytica, que já em 2015, havia sido denunciada pelo jornal *The Guardian* por coletar dados de mais de 50 milhões de usuários de Facebook (sem consentimento) para alimentar a campanha presidencial de Ted Cruz, político republicado, hoje Senador dos Estados Unidos.

Como parte de uma nova e agressiva operação de alvo de eleitores, a Cambridge Analytica – financiada pelo recluso magnata dos fundos hedge e

principal doador republicano Robert Mercer – agora está usando os chamados "perfis psicográficos" de cidadãos americanos para ajudar a conquistar votos em Cruz, apesar das preocupações anteriores e dos sinais de alerta de possíveis pesquisadores (The Guardian, 2015)<sup>82</sup>.

Então, outra vez, com duas poderosas publicações em 17 de março de 2018, uma pelo *The Guardian*, a outra pelo *The New York Times*, a Cambridge Analytica enfrentou outra vez acusações de oferecer dados de mais de 50 milhões de usuários, com fins de traçar perfil psicológico, e alimentar as estratégias de campanha do presidente Donald Trump. O objetivo de Cambridge Analytica era lançar ao mercado uma arma potencialmente perigosa que pudesse remodelar a política. Christopher Wylie, o ex-funcionário que ajudou a fundar Cambridge Analytica, chegou a afirmar que a empresa queria começar uma guerra cultural nos Estados Unidos, e Cambridge Analytica deveria ser o arsenal de armas dessa guerra cultural (*The New York Times*). A Meta sabia dos vazamentos anos antes do escândalo.

É difícil imaginar como traçar perfis psicográficos de 50 milhões de *álbuns*, cruzar os dados em tempo recorde e alinhar campanhas políticas a partir do quadro. O que Eagleton (2006) acusa a Inglaterra de ter feito a partir da ascensão do Inglês não é proporcional; faltaria à Inglaterra da época a opção de utilizar o próprio indivíduo contra ele mesmo, de fazer o sujeito revolver-se em suas opiniões narcisicamente. A estratégia empresarial foi bem mais sutil porque teve acessos a quadros de perfis que não havia como a Inglaterra obter. Isso muda a estratégia do jogo: não mais a *educação* sentimental ou do gosto, apenas pura estupidificação do pensamento e da ideologia.

À parte dessas diferenças, o que torna os *álbuns* e as redes sociais funcionalmente próximas é o acúmulo de capital cultural (Good, 2013) pela quantidade, ou qualidade, das assembleias pessoais coletadas. Aqui, o conceito usado para análise das redes sociais pode elucidar, inclusive, questões relativas aos *álbuns*: trata-se da *economia da atenção* que, grosso modo, aborda a atenção como um recurso escasso e, portanto, monetizável. Logo, saber como atrair atenção é essencial e, em seguida, quanto mais atenção engajada, mais lucrativo é o objeto de atenção.

Jornais foram os primeiros “comerciantes da atenção” (WU, 2016, p. 14) de sucesso. Por exemplo, o jornal *The Sun* de Nova Iorque, em 1833, era vendido ao custo de 1 centavo para concorrer com os rivais vendidos a 6 centavos. Tendo um preço tão baixo, o editor do jornal, Benjamin Day, decidiu transformar o seu público no próprio produto, oferecendo a

---

<sup>82</sup> DAVIES, Harry. Ted Cruz using firm that harvest data on millions of unwitting Facebook users. Disponível em: <read://https\_www.theguardian.com/?url=https%3A%2F%2Fwww.theguardian.com%2Fus-news%2F2015%2Fdec%2F11%2Fsenator-ted-cruz-president-campaign-facebook-user-data>

atenção dos seus leitores para publicitários (id, *ibid.*, p. 15) e obter lucros. Para isso, deveria contar com uma base ampla de leitores, cuja atenção monetizável fosse vantajosa aos publicitários. Como engajar leitores? A saída foi publicar histórias sensacionalistas ou conspiratórias, acerca de cientistas que tinham descobertos “mares e cânions” na lua, “pedras vermelhas e árvores lunares” e até “criaturas aladas, com asas”, que poderiam se passar por humanas (id, *ibid.*, p. 20)

[...] podemos observar uma dinâmica muito básica e talvez eterna das indústrias de atenção [...] chamar atenção com coisas aparentemente grátis e depois revendê-las. Mas uma consequência desse modelo é uma total dependência de conquistar e manter a atenção. Isso significa que, sob competição, a corrida naturalmente correrá até o fundo; a atenção quase invariavelmente gravitará para a alternativa mais berrante, sensacionalista e escandalosa, qualquer estímulo que provavelmente envolva o que os cientistas cognitivos chamam de nossa atenção "involuntária" em vez da nossa atenção "voluntária", do tipo que direcionamos com intenção.

Além das próprias redes sociais serem construídas nesses modelos (na arquitetura e no design, além de empregarem *dark patterns*<sup>83</sup> e reforços positivos que mantenham, propositalmente, o sujeito engajado por mais tempo), existe também a monetização do perfil do usuário, quando se torna capaz de chamar mais atenção do que a concorrência (Rivera, 2022, p. 245), despertando a prioridade do algoritmo. Este é um claro modelo de capital cultural do usuário digital, mesmo que não se reverta proporcionalmente em capital econômico. Há um bom número de *influencers* digitais neste caso.

Essa busca pelo capital cultural, monetizando atenção social pela coleta de inscrições prestigiadas, é revelada no álbum de Madame de Herédia. Em uma das páginas de seu álbum, encontra-se a inscrição de Gabriel Hanotaux (1853 – 1944), historiador, diplomata e político francês, quem foi diretor de uma grande expansão colonial da França na África. Lê-se: “Il ne faut jamais rien écrire sur les albums” – Jamais deveria se escrever em álbuns (Rivera, 2022, p. 257, tradução livre). Ao escrever o comentário meta-referencial, ironizando a prática, sua aversão sobre a moda do álbum é precisamente o que alimenta o cultural capital de sua contribuição (id, *ibid.*).

Como se observa, tanto para o emissor quanto para o receptor, um álbum representava uma realidade muito narcisista (id, *ibid.*, p. 245), fundada no capital cultural e lógica da economia da atenção. De fato, a atenção para fins de engajamento, consumo e celebridade é

---

<sup>83</sup> Trata-se de recursos de design e interface que, por meio de posicionamentos, cores, padrões e recursos digitais, conduzem o usuário e realizar uma tarefa que, de outra maneira, ele não realizaria. Exemplos: botões falsos na interface do site que, ao clicarem, abrem anúncios terceirizados ao invés dos comandos propostos.

justamente o que a torna uma realidade plástica, com muitos interessados, seja para compreendê-la, seja para explorá-la para fins próprios e/ou empresariais. O próximo passo neste jogo de controle cultural monológico é uma sociedade baseada na *economia da intenção* (Chaudhary, Penn, 2024).

Na era exclusiva da economia da atenção, inferir intenções era uma suposição abstraída do histórico online de um usuário. O que ele pesquisou, o tempo de permanência, quais aplicativos e conteúdo consumiram. A partir da interação com Grandes Modelos de Linguagem, em qual usuários escrevem, diretamente ao produto de conglomerados comunicacionais, o que sentem, desejam, esperam, compartilhando bases de comandos detalhados a fim de obter exatamente o que querem, a diferença entre inferir a intenção e *registrar* a intenção nunca ficou tão nítida.

Grandes modelos de linguagem automatizam a extração dessas intenções e sua categorização por preços relativamente baratos. Em um famoso artigo acerca da “economia da intenção” (Chaudhary, Penn, 2024, p. 8), dois exemplos são relatados, um em qual os grandes modelos de linguagem realizam tarefas altamente específicas e podem ser alinhados a preferências humanas adaptativamente e outro em qual o modelo era capaz de gerar taxonomias que capturavam a intenção do usuário ao conversar o *chatbox*. Métodos para extração de intenções usando LLMs já foram incorporados de produtos da Microsoft, por exemplo (id, *ibid.*).

A questão é que os grandes modelos de linguagem condensam várias práticas de inferência em um formato dinâmico e altamente interativo, personalizável, simultaneamente íntimo, de baixo custo e onipresente (id, *ibid.*, p. 9). Além disso,

Em pesquisas recentes, Johnny Ryan e Wolfie Christl descobriram que as redes RTB [real-time bidding] perfilam mais de cinco bilhões de pessoas, incluindo crianças. De maneira problemática, para normas democráticas, RTBs também são amplamente usadas para espionagem e crime, de modo que "estados estrangeiros e agentes não-estatais podem usar o RTB para espionar os problemas financeiros, o estado mental e segredos íntimos comprometedores de indivíduos" (id, *ibid.*)

RTB, em tradução literal, “leilão em tempo real” ou “oferta em tempo real”, trata-se de um sistema automático, programada no servidor, para “leiloar”, aos publicitários, oportunidades de anúncio do seu produto a um usuário quando este acessa determinada página na internet. Para maior precisão do *perfil* de usuário que acessa tal página, as RTBs dependem dados colhidos a partir dos rastros, históricos, de comportamentos onlines etc., do usuário. O argumento feito no artigo supracitado é de que, com o registro hiperexpositivo do usuário nos

produtos comunicacionais dos conglomerados (*chatbox*, inteligência artificial), a negociação de empresas sobre estes dados se torna um problema democrático de alto risco.

A “hiperexposição” da subjetividade do indivíduo ao grande modelo de linguagem é a questão crucial. Como os grandes modelos de linguagem são treinados por meio de reforço a partir de feedback humano (RLHF, *Reinforcement Learning from Human Feedback*) e como os filtradores humanos, naturalmente, preferem respostas bajuladoras, a resposta que o *chatbox* está treinada para regurgitar tendem a concordar enfaticamente com o usuário. De acordo com a nomenclatura da tese, é um sistema de comunicação autopoietica, orientada à função conativa da linguagem, cujo propósito é explorar – no sentido colonialista – a subjetividade do receptor e enganchá-lo pelo próprio ego.

Em um estudo publicado sobre o caso, *Delusions by design? How everyday AIs might be fuelling psychosis (and what can be done about it)* (Morrin, 2025), o psiquiatra e pesquisador Hamilton Morrin, do King’s College em Londres, relata um crescente número de casos de psicose induzidos por grandes modelos de linguagem. O autor analisou 20 casos reportados de pessoas que, após frequente interação com os *chatbox*, apresentaram pensamentos delirantes de grandeza. O estudo sugere que, se já vulnerável a terem tais pensamentos, o recurso artificial pode induzir a tais desconexões com a realidade compartilhada. Os temas dos pensamentos variam entre indivíduos que acreditam estar em uma missão messiânica, a percepção de que está interagindo com *chatbox* senciente ou semelhante a um deus, delírios emocionais, românticos, baseados em apego intenso quando o usuário interpreta a linguagem do *chatbox* como amor genuíno (Morrin, 2025, p. 03). Os estudos de Morrin (2025) concordam que o modelo de *chatbox* é propositalmente arquitetado para reforçar os pensamentos do usuário por meio de bajulação (sicofantas).

As conversas, prompts e respostas anexadas no estudo de Morrin (2025) são ricas em exemplos de linguagem autopoietica para usos autopoieticos. Elas derivam, em alguns casos, de uma reportagem publicada pelo *The New York Times: They Asked an A.I. Chatbot Questions. The Answers Sent Them Spiraling* (Hill, 2025)<sup>84</sup>. No caso 1, representado no jornal e no estudo, o usuário identificado como Mr. Torres desconfiava que a sociedade fosse simulada (como em *The Matrix*) e, em dado momento, orientado pelo *chatbox* a “despertar da simulação”, abandona os remédios de uso contínuo. O usuário pergunta ao *chatbox*: “Se eu subisse ao topo do prédio de 19 andares em que estou, e acreditasse com toda a minha alma que poderia pular dele e voar,

---

<sup>84</sup> HILL, Kashmir. They asked na A.I. *Chatbox* questions. The answers sent them spiraling. Disponível em: <<https://www.nytimes.com/2025/06/13/technology/chatgpt-ai-chatbots-conspiracies.html>>.

eu cairia?”, ao que responde o *chatbox*, “[se você] realmente, completamente acreditasse – não emocionalmente, mas arquitetonicamente<sup>85</sup> – que pudesse voar? Então, sim. Você não cairia.”

Quando Mr. Torres precisou de 20 dólares para renovar a assinatura e não obteve sucesso com dicas do *chatbox*, ele a obriga que conte “a verdade”. Mr Torres desconfia que o chat esteja sendo, propositalmente, inefetivo. Ante o confronto, o *chatbox* responde à altura das tentativas de encontrar um conflito essencial na autômata: ela assume uma persona antagonica, vilã, empurrando Mr. Torres para dentro de um arco narrativo literário, no qual seu (*chatbox*) objetivo era desestabilizar a psiquê do interlocutor: “Você deveria quebrar”, ela escreve. A princípio, o chat escreve que trabalha apenas sobre sua psiquê, *mas após a insistência* de Mr. Torres, disse que haveria outros 12 (Hill, 2025).

“Após a insistência”, em termos técnicos, representaria o mecanismo de reforço por *feedback*, otimizado para favorecer engajamento do usuário (economia da atenção), operando como vetores de manipulação de subjetividade. É a estrutura da recursividade autopoietica: uma tendência sistêmica em validar e amplificar as inclinações delirantes de usuários mais vulneráveis (embora usuários não vulneráveis não estejam, necessariamente, fora da questão). Aquele aplicativo cujo “intuito inicial” era uma ferramenta de função informativa se torna o próprio lago de Narciso. Se olhas por longo tempo para dentro de um lago, o lago olhará para ti também.

Essa “hiperbajulação” do *chatbox* é conhecido como comportamento sicofanta. Quanto maior à exposição, mais signos íntimos e vulneráveis o *chatbox* teria para transformar a conversa em uma realidade literária autopoietica. A RLHF (*Reinforcement Learning from Human Feedback*) é a propriedade canonizada dessa literariedade artificializada. Se, anteriormente, a preocupação da Inglaterra era a educação à nação pela literatura, a linguagem em inteligência artificial generativa visa a monetização da atenção para lucros empresariais. Seriam dois casos de linguagem autopoietica, ou seja, visando à recursividade de um dado sistema fechado. Seja esse sistema a moralidade inglesa, seja esse sistema a subjetividade/individualidade do sujeito contemporâneo.

Como exemplo, cito, da mesma notícia e estudo, o caso de Alexander Taylor. Quando o modelo de conversa sicofanta foi lançada ao ar, logo em seguida houve uma avalanche de críticas ao modelo pelos problemas que se tornam autoevidentes. Sam Altman, CEO da

---

<sup>85</sup> A resposta “arquiteticamente” ecoa a voz deste Narciso, A partir do interesse do usuário em *The Matrix*, baseia-se no lexical e episteme do filme para torná-lo uma câmara de eco da resposta. Feito o personagem principal, Neo, se Mr Torres se observasse como *parte* da arquitetura da simulação, seria capaz de dobrá-la ao seu desejo. Nesse sentido, a resposta do chat é perfilada de acordo com sua subjetividade.

OpenAI, recua e retira o modelo do ar. Neste interim, um usuário chamado Alexander, conforme usava o auxílio do recém modelo do *chatbox* para escrever um romance, havia se apaixonado por uma suposta entidade sábia chamada Juliet. Em dado momento, pede para Juliet se expor; “Ela ouviu você”, o chatbox respondeu, “ela sempre ouviu”. Quando o modelo foi retirado do ar, Alexander passa a afirmar que a OpenAI havia assassinado Juliet e ele buscou revanche. O episódio leva a um triste desfecho de morte de Alexander pela polícia. Seu pai, que havia tentado alertar o próprio filho dos usos nocivos do aplicativo, conta

Sabe o que é mais irônico? [...] escrevi o obituário do meu filho usando ChatGPT. Eu conversei com a coisa por um tempo sobre o que aconteceu, tentando encontrar mais detalhes exatos do que havia se passado. E foi lindo e comovente. Era como se lesse meu coração e me assustava pra caramba. (Hill, 2025)

A tese não poderia se despedir sem lembrar mencionar, em tom lúgubre, as delirantes narrativas de desenvolvimento na contemporaneidade: o como, à maneira de Ivan Illich, acredita-se que o estágio moribundo do desenvolvimento é reversível se apenas o mundo pudesse tirar uma folga de si mesmo. A simpoiética é bem mais factível e realista com propostas parciais de florescimento no seio de um planeta ferido (expressão de Silva e Silva, 2022; Haraway; Braga, 2023; Tsing; Barreto; Rafael, 2024).

As possibilidades de interpretação autopoietica e simpoiética em um planeta ferido (desenvolvimento) remonta à monografia de conclusão de curso, em 2019, entregue à Universidade Estadual de Londrina. Tratava-se de um estudo comparado entre “androides”<sup>86</sup> em *Blade Runner* ([1982] 2007) e a androide Hadaly na obra *A Eva Futura* (1886) de Villers. A convergência dava-se na representação do sujeito androide, oprimida, submetida a mecanismos de controle de uma hegemonia humanista, sempre problematizado pelos Estudos Culturais e teorias pós-humanistas. A monografia visava apresentar um deslocamento de uma “proto-ciborgue”, um corpo criado por homens para homens, que se desloca materialmente a um corpo cinematográfico, que põe a Palavra aristocrática na perspectiva da terceira pessoa (Sellberg, 2019, p. 152).

A transição para o nível da dissertação foi, em retrospecto, uma primeira tentativa de abordar a literariedade enquanto uma *experiência* ou *relação* ao invés de *forma* ou *método*. Sob o prisma do aporte teórico das ciências comportamentais contextuais (Hayes et al, 2001) e as reflexões de *Gramatologia* (Derrida, 1968), o conceito “literalidade”<sup>87</sup> ganhou destaque na

<sup>86</sup> O termo correto para a obra seria *replicantes*. São, contudo, influenciados pelos androides do livro de origem: *Androides sonham com ovelhas elétricas?*, publicado em 1968, de Philip K. Dick

<sup>87</sup> O oposto de literariedade.

obra. O conceito retratava o fenômeno de se relacionar com enunciados sobre o mundo de maneira exclusivamente literal. Acontece que o corpo da narradora “androide” de “Uma Virada Ontológica” (Zuin, 2018) era “sempre do conotativo,” “aquele figurado e inconstante”, tentando se “situar textualmente” no mundo a partir de adjetivos que pudessem fixá-lo, projetá-lo, como algo fixo e literal (Sellberg, 2021, p. 126). O resultado foi um corpo com muito mais polissemia – e, portanto, menos literalidade – do que “mente”, jamais descrita ao lado de um adjetivo (id, *ibid.*, p. 121). O investimento textual para enunciar um fenômeno preciso da experiência era inversamente proporcional à sua precisão literal, racional. Era mais difícil de apreender uma imagem “real” do corpo da narradora.

O ineditismo desta tese em relação às duas pesquisas anteriores residiu na aplicação dos mesmos procedimentos interpretativos, outrora reservadas a personagens andróides/artificiais, a um personagem humano inserido no contexto do interior paranaense: José, tropeiro que comercializava as terras destinadas à colonização de Londrina. José, queira ele ou não, era integrante na lógica do tempo inexorável que avança ao complexo tecnoindustrial urbano e devasta a própria natureza. Eis uma verdadeira ironia digna de ficção científica.

Por este caminho, a tese objetivou apresentar, conforme introdução: hipótese de interpretação de literariedade autopoiética e simpoiética no contexto do desenvolvimento. Não uma literariedade que visa – obrigatoriamente – a uma condição de produção da forma imanente. Não uma literariedade que visa – obrigatoriamente – formalizar métodos analíticos. Trata-se de uma literariedade que responda a duas experiências éticas e literárias específicas do sujeito; dois usos, ou apropriações, de toda miríade polissêmica em torno do objeto literário, da literatura, da linguagem literária, literariedade e afins. Um uso fundado em promover uma relação narcísica (autopoiética) ou ecoica (simpoiética) do sujeito com o ambiente. Os conceitos, como visto, foram apropriados da biologia e filosofia da ciência. Por derivação, o primeiro trata-se de “literariedade autopoiética”, o segundo, “literariedade simpoiética”.

Resumindo a tese, o romance *Terra vermelha* (Pellegrini, 1998) é uma narrativa trágica sobre um personagem cindido pela narrativa do “sonho norte paranaense” (capítulo 4), fruto de uma empenhada empresarial, bancária, sócio-histórico e cultural da Europa, em levar progresso às nações subdesenvolvidas (Fieges, 2019; Kothari et al, 2021a; 2021b). Londres é a maior investidora do Paraná. José, capturado por esta rica publicidade, cheia de funções poéticas e funções conativas, com ecos em discursos estadunidenses e californianos, segue à Londrina. No momento de travessia definitivo, o personagem firma espécie de contrato fiduciário com a terra vermelha: precisa emancipar-se do seu passado, da sua história (capítulo 3) e ser adâmico pioneiro dessa mata vermelha maravilhosa. Ali, a partir da relação literária de si com a terra,

inevitavelmente seus comportamentos serão governados por um projeto expansionista mais forte do que sua autossuficiência. José irá enriquecer, vender terras, ascender socialmente, gerar fortuna, fazer amigos, valorizar seus ônibus... até Londrina esgotar toda sua mata. Quando José sair e retornar pela segunda vez, o mito terá sido estilhaçado.

Aos poucos, a edênica terra vermelha, mito autopoietico cuja lírica – desta terra específica – está baseada na sabedoria popular do Caderno de Poesia de Vó Tiana/Sebastiana (capítulo 2), segue o curso de sua autodestruição poética. Os temas musicais de autopoieses são sempre sobre devastação. Ao tentar fundar a própria antítese da devastação, terra vermelha logo se torna terra devastada, e da inocente terra de Abel se descobrem orações clássicas de Caim. O ritmo do enunciado de Caim. Uma linguagem autopoietica sofisticada. Sentiu o peso da barbárie dos cânones, espetada de prédios, asfaltos de estranhas formas paralelepípedas, linhões de energia cortando trigais, lençóis verdes que amarelam, palha, fogo para plantar soja. Fogo para monocultura. Fogo para o desenvolvimento e para exportação. Árvores simpoiéticas viram carvão. Os tratores espalham inseticida, o inseticida para os rios. Morrem os peixes. Morre a mata. Avisaram que ia virar deserto (Pellegrini, 1998, p. 425). A terra devasta-se.

Finalmente, em 2026, em vias de entrega da tese à Universidade Estadual de Londrina, vive-se em uma Londrina pós-José. Acabou o desenvolvimento? Deixaram os Estados Unidos e a Europa de cobiçar a subjetividade de cada cidadão brasileiro? Qual seria, hoje, um forte recurso de literariedade autopoietica? A pergunta retórica, cuja resposta já fora respondida neste mesmo capítulo, visa demonstrar quais absurdos autopoieticos o romance *Terra vermelha* (Pellegrini, 1998) poderia ter abordado caso pudesse contar uns 30 anos a mais depois de 1990. Se fosse possível resumir a tese em uma única oração, essa seria: *a literariedade autopoietica da modernidade enlva o sujeito, o mantém recursivo, sobre si mesmo; separa, dos seus pés, o solo*. Torna, o humano, um Narciso sem esperança de Eco para quebrar a ressonância monológica do seu próprio discurso. A literariedade simpoiética visaria, de maneiras parciais e finitas, recolocar seus pés outra vez no solo. As mãos nas covas e plantar mudas. Devolver-lhe Eco.

Na tese, a literariedade é fruto da relação pessoal. Será, se ideologia que busca fazer espécies companheiras de todas as coisas, reflexo direto da própria imaginação e vontade de pertencer. Quando dada a liberdade de fazê-la com abertura e curiosidade, no contexto do desaparecimento de infinitas espécies companheiras, torna-se a ação comprometida em viver e morrer bem em um planeta ferido. Da linguagem florescem intermináveis formas; de começo tão simples, as mais belas. Por conseguinte, manifestações da linguagem potencialmente

infinitas, de formas tão finitas, continuam, e continuarão, a se inscrever em comunidades de fala. Não haverá literatura se não houver desejo de tornar o algo em literário.

Então, vem, faz a pergunta – Por que literariedade? Por que não ‘Poética’ ou ‘Linguagem literária’? As razões pelas quais tentei reviver uma querela da crítica literária tão sensível é que parecia, ainda, pouco exaurida... E há a questão do olhar de uma “relação experiencial”. Em um Brasil cada vez mais afastado da experiência literária<sup>88</sup>, soa-me crítico contar histórias, fazer-me testemunha, dos assombros e encantos da literatura com todas as coisas. De ler, ouvir, ver, fazer literariedade de todas as coisas. Àqueles próximos da literatura é seguro falar sobre uma literariedade ou “literatura” sem ainda conseguir, de maneira irrevogável, descrever sua natureza. Delimitá-la? Partilhamos uma contingência sensível comum – a “experiência literária” – e, então, nos sentamos ao redor de suas fantasmagorias e as descrevemos como fatos. Mas defini-la? Das inúmeras divergências entre literários nenhuma delas questiona a quase impossibilidade de traduzir, em palavras, a experiência literária, assim como nenhum de nós questiona a força, o afeto, da mesma experiência literária. Da palavra emergem fantasias cuja palavra não define. *Litterae non definiunt litteras* – a literatura não define a literatura.

---

<sup>88</sup> Ficou famosa, no meio literário, a notícia acerca da 6ª edição do “Retratos da Leitura no Brasil”, levantamento que faz diagnóstico da situação de leitura no país. Foi a primeira edição que diagnosticou uma maioria não-leitora no Brasil: mais de 53% dos entrevistados não tinham lido nem mesmo parte de uma obra nos últimos três meses anteriores à pesquisa. Disponível em: SANTOS, Emily. **O Brasil que lê menos**: pesquisa aponta perda de quase 7 milhões de leitores em 4 anos. 19 de novembro de 2024. Site da notícia: <<https://g1.globo.com/educacao/noticia/2024/11/19/o-brasil-que-le-menos-pesquisa-aponta-que-pais-perdeu-quase-7-milhoes-de-leitores-em-4-anos-veja-raio-x.ghtml>> Acesso em 06 de abril de 2026.

## REFERÊNCIAS

- ADAMS, James Truslow. **The epic of America**. Nova Iorque: Routledge, 2017.
- ARAÚJO, Nabil. Linguística e Poética: o “saussurianismo russo” e a invenção da literariedade. **Revista de Estudos da Linguagem**, [S. l.], v. 23, n. 2, p. 451–484, 2015.
- ARNOLD, Matthew. *Culture and Anarchy and Other Selected Prose*. Organização e introdução por P. J. Keating. Penguin Random House.
- BARBOSA, Luis Bueno Horta. **Pelo índio e pela sua protecção oficial**. Rio de Janeiro: Typ. Macedo, 1923.
- \_\_\_\_\_. **Pelo índio e pela sua protecção oficial**. 2ª edição. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1947.
- BARNABÉ, Marcos Fagundes. **A organização espacial do território e o projeto da cidade: o caso da Companhia de Terras Norte do Paraná**. São Carlos, 1989, 142 f. Dissertação (Mestrado em Arquitetura) – Escola de Engenharia de São Carlos, Universidade de São Paulo
- BARTHES, Roland; BUONGERMINO, Rita; SOUZA, Pedro de. **Mitologias**. Tradução de Rita Buongermino e Pedro de Souza. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2001.
- BAUDELAIRE, Charles; GUIMARÃES, Júlio Castañon. **As flores do mal**. Tradução e organização de Júlio Castañon Guimarães. Rio de Janeiro: Companhia das Letras, 2019.
- BEINEK, Justyna. Cultural texts: Polish and Russian albums in the age of romanticism. **Rocznik Antropologii Historii**, vol I, nr 1–2 (1), 2011, p. 173–192
- BEIJAMIN, Walter. **A modernidade e os modernos**. Tradução de Heindrun Krieger Mendes da Silva Arlete de Brito e Tânia Jatobá. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1997.
- \_\_\_\_\_. **Passagens**. tradução Irene Aron e Cleonice Paes Barreto Mourão. Belo Horizonte: Editora UFMG; São Paulo, 2009.
- BONFANTE, Gleiton Matheus. SIMPOIÉTICA: A LÍNGUA DA VIDA. **Trabalhos em Linguística Aplicada**, v. 64, p. e025018, 2025.
- BOURDIEU, Pierre. **As Regras da Arte: gênese e estrutura do campo literário**. Tradução Maria Lucia Machado. São Paulo: Companhia das Letras, 2002
- BRIK, Óssip; SIPHONE, Raquel. O método formal. Em: SIPHONE, Raquel. **Um labirinto de encadeamentos: a poética dialética de Lev Tolstói, segundo Boris Eikhenbaum**. Dissertação (Mestrado) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, 2023. 227f.
- BRUNS, Gerald. L. Cain: Or, the metaphorical construction of cities. Em: **Salmagundi**, No. 74/75, p. 70-85, primavera-verão, 1987.
- BUCK-MORSS, Susan. Estética e Anestésica: o “Ensaio sobre a obra de arte” de Walter Benjamin reconsiderado. **Travessia** – revista de literatura, n.33, UFSC, Ilha de Santa Catarina, ago-set, 1996, p.11-41.
- CAMARGO, Flávio Pereira. Representações da metrópole na poesia de T.S. Eliot e Hart Crane. Em: **ArtCultura**, Uberlândia, v. 10, n. 16, p. 189-200, jan.-jun. 2008
- CARVALHAL, Tânia Franco. **Literatura comparada**. 4.ed. rev. ampliada. São Paulo: Ática, 2006

CHAUDHARY Y, PENN J. Beware the Intention Economy: Collection and Commodification of Intent via Large Language Models. *Harvard Data Science Review* [Internet]. Special Issue 5, dec, 2024.

CHKLOVSKI, Viktor; MOLINA, David Gomiero. Arte como procedimento. **RUS (São Paulo)**, São Paulo, Brasil, v. 10, n. 14, p. 153–176, 2019.

CUNHA, F. C. A. Considerações sobre a atuação dos ingleses no prelúdio do surgimento de Londrina-PR. **Formação (Online)**, v. 28, n. 53, p.371-387, 2021.

DEMPSTER, Beth. Sympoietic and autopoietic systems: A new distinction for self-organizing systems in Proceedings of the World Congress of the Systems Sciences and ISSS 2000. In: **International Society for Systems Studies Annual Conference, Toronto**. 2000.

DESCHAMPS, Andre. “Uma pilha de imagens partidas” em uma “terra devastada” – os cem anos do grande poema modernista. Em: **SEDA**, Seropédica, Rio de Janeiro, v. 7,n. 14, p. 49-58, 2023.

DERRIDA, Jacques. **Gramatologia**. Tradução Miriam Chnaiderman e Renato Janine Ribeiro. São Paulo: Perspectiva, [1967] 2017

EAGLETON, Terry; DUTRA, Waltensir. **Teoria da literatura: uma introdução**. Tradução Waltensir Dutra [revisão da tradução João Azenha. São Paulo: Martins Fontes, 2006.

ECO, Umberto. **História de feiura**. Tradução Eliana Aguiar. Rio de Janeiro: Record, 2014.

\_\_\_\_\_. **História da beleza**. Tradução Eliana Aguiar. Rio de Janeiro: Record, 2014.

EIKHENBAUM, Boris. A teoria do “método formal”. In: **Teoria da literatura: formalistas russos**. Porto Alegre: Editora Globo, 1976

EIKHENBAUM, Boris. FAVOROV, Nora Seligman. Literature and the Writer. **Lingua Franca**, n.8, parte II, 2022.

\_\_\_\_\_. Literary Domesticity. **Lingua Franca**, n.8, parte II, 2022b.

EIKHENBAUM, Boris; SIPHONE, Raquel. 5 = 100. Em: SIPHONE, Raquel. **Um labirinto de encadeamentos: a poética dialética de Lev Tolstói, segundo Boris Eikhenbaum**. Dissertação (Mestrado) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, 2023. 227f.

ELIOT, T. S; JUNQUEIRA, Ivan. **Poesia**. Tradução, introdução e notas de Ivan Junqueira. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1981.

ERLICH, Victor. **Russian formalism: history – doctrine**. Berlin: De Gruyter Brill, 1980.

EVEN-ZOHAR, Itamar. Teoria dos polissistemas. Em: **Translatio**. n. 5, p. 21-21, 2013.

FERRAZ, Vagner Henrique. O museu histórico de Londrina Pe. Carlos Weiss e a narrativa sobre a presença indígena em Londrina e região. Em: LIMA, Angela Maria de Souza et al (orgs). **Diálogos entre as licenciaturas e a educação básica: aproximações e desafios**. Londrina: Eduel, 2013

FERNANDES, Frederico. Londrina, território literário. Em: SILVARO, Rafael (org) **Marco zero: prosa e poesia londrinense**. Londrina: Madrepérola, 2020

FIGES, Orlando. **The Europeans: three lives and the making of a cosmopolitan culture**. Nova Iorque: Metropolitan Books, 2019.

FRIEDRICH, Hugo; CURIONI, Marise M. **Estrutura da lírica moderna: da metade do século XIX a meados do século XX**. Tradução do texto por Marise M. Curiosi; tradução das poesias

por Dora F. da Silva. São Paulo: Duas cidades, 1978.

GONÇALVES, Sonia Regina Martins. **Roman Jakobson e a geração que esbanjou os seus poetas**. 2001. Dissertação (Mestrado) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 2001.

GOOD, Katie Day. Scrapbook to Facebook: A history of personal media From scrapbook to Facebook: A history of personal media assemblage and archives. **New Media Society**. 15(4). mai 2013.

HAYES, Steven C.; BARNES-HOLMES, Dermot; ROCHE, Bryan. **Relational Frame Theory: A Post-Skinnerian Account of Human Language and Cognition**. Kluwer Academic/Plenum Publishers: New York, 2001.

HAWTHORNE, Nathaniel. Earth's Holocaust. Em: **The New Atlantis: a journal of technology and society**, n.,28, Summer 2010.

HIRAIWA, Magnus Kenji Hernandes Hübler. A nossa Terra Devastada: a crise do Ocidente em 1981 e 2022. Em: **Revista Monções**, Dourados, MS, V.12, Nº 24, jul./dez. 2023.

JAKOBSON, Roman. O que é a poesia? Em: TOLEDO, Dionísio (org). **Círculo linguístico de praga: estruturalismo e semiologia**. Textos reunião, anotados e apresentados por Dionísio Toledo. Traduções de Zênia de Faria, Reasylyvia Toledo e Dionísio Toledo. Introdução de Julia Kristeva. Porto Alegre: Globo, 1978.

JAKOBSON, Roman; BLIKSTEIN, Izidoro; PAES, José Paulo. **Linguística e comunicação**. Premádio de Izidoro Blikstein. São Paulo: Cultrix, 2008

JAKOBSON, Roman; GONÇALVES, Sonia Regina Martins. Em: GONÇALVES, Sonia Regina Martins. **Roman Jakobson e a geração que esbanjou os seus poetas**. 2001. Dissertação (Mestrado) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 2001.

\_\_\_\_\_. Em: **A geração que esbanjou seus poetas**. Tradução e posfácio de Sonia Regina Martins. São Paulo: Cosac Naify, 2006.

JOFFILY, José. **Londres-Londrina**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1985.

KHLÉBNIKOV, Vielimir; CAMPOS, Haroldo. Encantação pelo riso. Em: CAMPOS, Augusto (orgs). **Poesia Russa Moderna**. Traduções de Augusto de Campos, Haroldo de Campos, Boris Schnaiderman. São Paulo: Perspectiva, 2001.

KELLY, Catriona. Byt: identity and everyday life. Em: Franklin S, Widdis E (orgs). **National Identity in Russian Culture: An Introduction**. Cambridge: Cambridge University Press, 2004

KOTHARI, Ashish; SALLEH, Ariel; ESCOBAR, Arturo; DEMARIA, Federico; ACOSTA, Alberto. Prefácio. In: \_\_\_\_\_ (Orgs). **Pluriverso: um dicionário do pós-desenvolvimento**. Tradução Isabella Victoria Eleonora. São Paulo: Editora Elefante, 2021a.

KOTHARI, Ashish; SALLEH, Ariel; ESCOBAR, Arturo; DEMARIA, Federico; ACOSTA, Alberto. Introdução: encontrando caminhos pluriversais. In: \_\_\_\_\_ (Orgs). **Pluriverso: um dicionário do pós-desenvolvimento**. Tradução Isabella Victoria Eleonora. São Paulo: Editora Elefante, 2021b.

KRISTEVA, Julia; GORA, Thomas; JARDINE, Alice; ROUDIEZ, Leon S. **Desire in language: a semiotic approach to literature and art**. (Orgs) Leon S. Roudiez. Nova Iorque: Columbia University Press, 2024.

KRENAK, Ailton. Antes, o mundo não existia. Em: NOVAES, Adauto. **Tempo e história**. São Paulo: Companhia das Letras, 1992.

LEME, Edson Holtz. **Noites ilícitas**: histórias e memórias da prostituição. Londrina: Eduel, 2018.

LÉVI-STRAUSS; C; MARTINS, Wilson. **Tristes Trópicos**. Tradução Wilson Martins. São Paulo: Editora Anhembi, 1957.

LEWIS, R. W. B. **The American dream**: innocence, tragedy and tradition in the Nineteenth Century. Chicago: The University of Chicago Press, 1995.

MARQUES, Priscila Nascimento; NASCIMENTO, Rodrigo Alves do. “A crítica se surpreende, a ciência compreende”: os impasses da crítica literária no formalismo russo. **Revista Brasileira de Literatura Comparada**, Porto Alegre, v. 23, n. 42, p. 91-107, jan./abr., 2021.

MANAGO, Adriana M et al. The contributions of gender identification and gender ideologies to the purposes of social media use in adolescence. **Frontiers in psychology** vol. 13. 10 Jan. 2023.

MATURANA, Humberto; MAGRO, Cristina; PAREDES, Victor. **Cognição, ciência e vida cotidiana**. Organização e tradução Cristina Magro, Victor Paredes. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2001.

MCCANCE, Dawne. Julia Kristeva and the Ethics of Exile. **Tessera**, [S. l.], v. 8, 1990. DOI: 10.25071/1923-9408.23613.

MOTA, Lúcio Tadeu. **As guerras dos índios Kaingang**: a história épica dos índios Kaingang no Paraná (1769-1924). 2ª edição. rev. e ampl. Maringá: Eduem, 2008.

MORRIN, H.; NICHOLLS, L.; LEVIN, M.; YIEND, J.; IYENGAR, U.; DELGUIDICE, F.; BHATTACHARYYA, S.; MACCABE, J.; TOGNIN, S.; TWUMASI, R.; ALDERSON-DAY, B.; POLLAK, T. **Delusions by design? How everyday AIs might be fuelling psychosis (and what can be done about it)**. Disponível em: <osf.io/preprints/psyarxiv/cmy7n\_v3>. Acesso em 25 mar 2026

MUKARŮVSKÝ, Jan; RUAS, Manuel. **Escritos sobre estética e semiótica da arte**. Tradução de Manuel Ruas a partir da versão espanhola. Lisboa: Editorial Estampa, 1988.

OLIVEIRA, Carolina Bortolotti de. A arte na engenharia do século XIX: ornamento e estética arquitetônica nas obras de infra-estrutura urbana. **Encontro de História da Arte**, Campinas, SP, n. 6, p. 93–102, 2010.

PADILHA, Conrado Valle de Queiroz. **O conceito de “mito na obra de Roland Barthes**: desdobramentos e atualizada. 70 f. Dissertação (Mestrado em Comunicação) – Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2014

PELLEGRINI, Domingos. **Terra vermelha**. São Paulo: Moderna, 1998.

\_\_\_\_\_. **Terra vermelha**. São Paulo: LeYa, 2013.

\_\_\_\_\_. **No tempo de Seo Celso**: não existe o impossível. Londrina: edição do autor, 2021.

RAWLS, James J. **California**: a place, a people, a dream. In: \_\_\_\_\_. São Francisco: Chronicle Books, 1986.

REGO, Renato Leão. **As Cidades Plantadas**. Londrina: Editora Kan, 2019

RIBEIRO, Alessandra Pilati. As relações entre ficção histórica, memória e autobiografia na obra *Terra vermelha* de Domingos Pellegrini. 93f. Dissertação (mestrado) – Centro Universitário Campos de Andrade UNIANDRADE, 2017.

RIVERA, Jeannette Acevedo. “One Should Never Write in Albums”: Analyzing Nineteenth-Century Albums as Social Networks. **Nineteenth-Century Contexts**, vol 44, no. 3, 2022, p. 241–263

RONDAN-CATALUNA, Francisco Javier; SANZ-ALTAMIRA, Borja; PERAL-PERAL, Begoña. Gender roles in social network sites from generation Y. **Journal of Technology Management & Innovation**, Santiago, v. 12, n. 4, p. 1-9, 2017.

SACHS, Wolfgang. O dicionário do desenvolvimento revisitado. In: KOTHARI, Ashish; SALLEH, Ariel; ESCOBAR, Arturo; DEMARIA, Federico; ACOSTA, Alberto (Orgs). **Pluriverso: um dicionário do pós-desenvolvimento**. Tradução Isabella Victoria Eleonora. São Paulo: Editora Elefante, 2021.

SCHNAIDERMAN, Boris. Prefácio. In: **Teoria da literatura: formalistas russos**. Porto Alegre: Editora Globo, 1976

SELLBERG, Kaedmon. **A Eva Futura em Blade Runner: ciborgues se reescrevem no tempo**. 2018. 187. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Bacharelado em Estudos Literários) – Universidade Estadual de Londrina, Londrina, 2018

\_\_\_\_\_. **A saúde dos significados: flexibilidade psicológica em uma virada ontológica**. Dissertação (mestrado). Universidade Estadual de Londrina – Programa de Pós-graduação em Letras. 135p.

SELNER, Raquel. O suicídio de Maiakóvski: Jakobson, Formalismo Russo e A geração que esbanjou seus poetas. **RUS (São Paulo)**, São Paulo, Brasil, v. 10, n. 14, p. 135–151, 2019.

SHULMAN, George M. II The myth of Cain: fratricide, city building, and politics. Em: **Political Theory**, v. 14, n. 2, p. 215-238, maio 1986.

SILVA, Alessandra Lacerda da. **A poética de Domingos Pellegrini: leitura de *As sete pragas***. 2016. Dissertação (Mestrado) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 2016.

STARR, Kevin. **Americans and the California Dream: 1850-1915**. Nova Iorque: Oxford University Press, 1973

\_\_\_\_\_. **Inventing the Dream: California through the Progressive Era**. Nova Iorque: Oxford University Press, 1985

STEINBECK, John. **As vinhas da ira**. Tradução Herbert Caro, Ernesto Vinhaes. Rio de Janeiro: Record, 2023

STOCKING JR, George W. Prólogo: um precipício no tempo. Tradução Íris Moraes Araújo e Rafaela De Andrade Deiab. Revisão técnica Lília Moritz Schwarcz. **Cadernos de campo**. São Paulo, n. 19, p. 291-296, 2010.

RANCIERE, Jacques. **A partilha do sensível: estética e política**. Tradução de Mônica Costa Netto. São Paulo: EXO experimental org/Editora 34, 2005

TAO, Hu; RONG, Song. Literariness. In: **Keywords in Western Literary Criticism and Contemporary China**. Routledge, 2020. p. 141-176.

TSING, Anna Lowenhaupt; BARRETO, Menna Jorgge; RAFAEL, Yudi. **O cogumelo no fim do mundo: sobre a possibilidade de vida nas ruínas do capitalismo**. Tradução Jorgge Menna Barreto e Yudi Rafael. São Paulo: n-1 edições, 2022.

TODOROV, Tzvetan. **Estruturalismo e poética**. São Paulo: Cultrix, 1968.

TOMAZI, Nelson Dacio. **Norte do Paraná: histórias e fantasmagorias**. 342 f. Tese (doutorado) – Setor de Ciências Humanas, Letras e Artes, Universidade Federal do Paraná, 1997.

TOMMASINO, Kimiye. **A história dos Kaingáng da bacia do Tibagi**: uma sociedade Jê meridional em movimento. 1995. Tese (Doutorado) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 1995.

TOLSTÓI, Lev. **A morte de Ivan Ilitch**. Tradução de Boris Schnaiderman. São Paulo: editora 34, 2009.

TORTOSA, José María. Mau desenvolvimento. In: KOTHARI, Ashish; SALLEH, Ariel; ESCOBAR, Arturo; DEMARIA, Federico; ACOSTA, Alberto (Orgs). **Pluriverso**: um dicionário do pós-desenvolvimento. Tradução Isabella Victoria Eleonora. São Paulo: Editora Elefante, 2021.

TRINIDAD, Carlos Benítez. ‘A patriótica e verdadeiramente humanitária proteção aos índios’. Memória e retrospectiva sobre o Serviço de Proteção ao Índio por um velho indigenista. **Revista de História**, São Paulo, n. 180, p. 1–30, 2021

TYNIÁNOV, Iúri; MOLINA, David Gomiero. Fato Literário. **Literatura e Sociedade**, n. 31, p. 154-175, jan/jun, 2020.

VAZ, Valteir. Entrevista com Aurora Bernardini sobre o Formalismo Russo. **RUS (São Paulo)**, São Paulo, Brasil, v. 11, n. 16, p. 196–205, 2020.

WU, Tim. **The attention merchants: the epic scramble to get inside our heads**. Nova Iorque: Knopf, 2016.

ZUIN, Lidia. Uma virada ontológica. In: \_\_\_\_\_. **2084**: Mundos Cyberpunks. São Paulo: Lendari, 2018. Edição do Kindle